



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

“ENTRE SÉCULOS”: A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NOS DISCURSOS
PRODUZIDOS SOBRE CLEMENTINO PROCÓPIO EM CAMPINA GRANDE- PB

Ronyone de Araújo Jeronimo

CAMPINA GRANDE-PB

2017

**“ENTRE SÉCULOS”: A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NOS DISCURSOS
PRODUZIDOS SOBRE CLEMENTINO PROCÓPIO EM CAMPINA GRANDE- PB**

Ronyone de Araújo Jeronimo

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em História do centro de humanidades da Universidade Federal de Campina Grande – PB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: História Cultural das práticas educativas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regina Coelli Gomes Nascimento

CAMPINA GRANDE-PB

2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

J56e

Jeronimo, Ronyone de Araújo.

“**Entre Séculos**” : a construção identitária nos discursos produzidos sobre Clementino Procópio em Campina Grande-PB / Ronyone de Araújo Jeronimo. – Campina Grande, 2017.

144 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação: Profa. Dra. Regina Coelli Gomes Nascimento".

Referências.

1. Clementino Procópio – Campina Grande. 2. Produção Discursiva - Identidade.
I. Nascimento, Regina Coelli Gomes. II. Título.

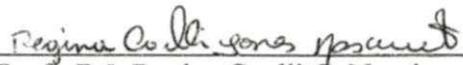
CDU 81'42(813.3)(043)

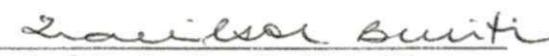
RONYONE DE ARAÚJO JERONIMO

**“ENTRE SÉCULOS”: A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NOS DISCURSOS
PRODUZIDOS SOBRE CLEMENTINO PROCÓPIO EM CAMPINA GRANDE- PB**

Dissertação Aprovada em 31 / 08 / 2017

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Regina Coelli G. Nascimento
(Orientadora UFCG)


Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira
(Examinador Interno UFCG)


Prof.^a Dr.^a Vivian Galdino Andrade
(Examinadora Externa UFPB)

Dedico esse trabalho a mais linda rosa que colhi, a minha amada Gláucia Santos de Maria.

AGRADECIMENTOS

Esse espaço é antes de tudo um lugar para demonstrar a minha gratidão as pessoas que de uma forma ou de outra me ajudaram nesse árduo trabalho de dissertar. Agradecer nem sempre é uma das tarefas mais fáceis, pois, sempre corremos o risco de ser injustos na nossa escrita. Tendo em vista, que são nesses momentos que muitas vezes a nossa memória impõe verdadeiros nevoeiros que nos impossibilita de dar crédito a todos os sujeitos ou instituições que corroboraram para produção desse trabalho. Sabendo desse risco é preciso não se omitir e adentrar na bruma que consome estas lembranças para poder demonstrar o meu reconhecimento perante a estas pessoas, que sem elas, possivelmente não existiria esse afã.

Nesse percurso de congratulação que iremos fazer nessas linhas é necessário reconhecer o papel decisivo da CAPES para a fomentação de diversas pesquisas em nosso Brasil. Apesar de vivermos tempos sombrios que afetam esse programa e que por conseguinte também afeta a nós pesquisadores. Reconheço que sem o suporte financeiro oferecido por esse órgão seria muito difícil desenvolver a pesquisa que produzimos. Um outro programa que não poderia deixar de agradecer é o do PPGH da Universidade Federal de Campina Grande que abriu as portas para mim, sou grato a todos os professores que compõe essa pós-graduação e aos funcionários que trabalham na sua secretária, nas pessoas de Felipe e Arnaldo, que sempre foram solícitos quando os requisitei.

Foi também nesse espaço que novamente tive oportunidade de trabalhar com a professora Regina Coelli, a qual, anteriormente já tinha me orientado no trabalho de conclusão do curso de licenciatura em história. Foi através dessa docente que adentrei no universo das pesquisas do campo da história da educação, sendo esse trabalho fruto desse incentivo. Logo, possuo imensa gratidão por essa pessoa que entrou em minha vida e igualmente a um farol, irradiou a sua luz sobre mim, iluminando e sinalizando os caminhos que eu deveria seguir. É por esse motivo que nesse momento de demonstrar reconhecimento pelas pessoas que tornaram possível a escrita desse trabalho, que eu não poderia esquecer de você, Regina o meu muito obrigado por tudo.

Ainda no ambiente acadêmico tive o prazer de conhecer outras pessoas especiais que foram importantes para essa pesquisa, foi através dessas pessoas que pude ter acesso a alguns materiais que foram importantes em nossas análises. Destaco os companheiros Elson e Alexandre que em muitas ocasiões me acompanharam em eventos e acervos e em alguns

momentos quando eu não podia se fazer presente a um desses espaços, os mesmos me forneciam os documentos que tratavam sobre minha pesquisa, agradeço pelo empenho e carinho que tiveram por mim ao longo dessa pesquisa. Também preciso agradecer pelas contribuições da professora Vivian Galdino que apontou sugestões para a melhoria desse trabalho, igualmente ao professor Iranilson Buriti a qual merece também o meu reconhecimento. Foi através de Vivian que consegui o contato da professora Itacyara Viana, que me forneceu alguns documentos digitalizados que me ajudaram a solucionar algumas dúvidas referentes ao sujeito que investiguei nesse trabalho, por esse ato de gentileza os meus sinceros agradecimentos.

Foi também através desta pesquisa que desenvolvi, que pude conhecer pessoas que me receberam em suas casas ou nos locais de trabalho. Foi o caso da Dona Iraci que abriu as portas de sua casa, erguida pelo Professor Clementino Procópio em 1909. Através dessa senhora pude conhecer parte do espaço que outrora foi residência do sujeito que pesquisei, além de colher algumas imagens do lugar. Além desse local, visitamos o quartel do 2º batalhão de polícia, o hospital Pedro I, o colégio Clementino Procópio e o cemitério do Monte Santo em busca de fotografar lugares de memória construídas pelas lembranças afetivas do sujeito pesquisado. Em todos esses espaços, obtive o consentimento de um responsável pelo local para fotografar. É por isso que se faz necessário agradecer ao Major Damasceno, a Eliane, a Rosenilton e a Fernando por ter concedido a permissão para fotografar os respectivos espaços.

Além desses sujeitos, é importante destacar o apoio familiar dos meus pais Romero e Ione que sempre estiveram ao meu lado torcendo pelo meu sucesso. Não teve um dia que eles não perguntaram sobre os andamentos do meu trabalho. Além deles dois, tive o incentivo do meu irmão Lucas Reydenes e de sua esposa e minha cunhada Helena Priscylla que a todo momento diziam que eu iria conseguir. Ao meu sobrinho Luan ainda recém-nascido, mas, que desde do anúncio de sua chegada já me motivara no intento de concluir esta pesquisa, para que no futuro o mesmo possa ler e conhecer o trabalho do seu Tio. Um outro familiar que preciso citar é o meu Tio Romeu, que em muitas ocasiões me ajudou através de suas lembranças sobre o passado de Campina Grande e a respeito do sujeito pesquisado. Não poderia deixar de citar dois amigos que também contribuíram para esse processo de escrita e de pesquisa, que são eles Aleciano e Felipe, para essas pessoas citadas meu singelo obrigado.

Por último, mas, muito importante, eu agradeço a Deus por manter forte nesse percurso tão árduo que é dissertar e também por ter colocado junto a mim uma pessoa tão

importante que é a minha companheira Gláucia. O seu carinho e sua motivação me mantiveram firme na produção desse afã, sem a mesma talvez não existisse esse trabalho. O meu muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar os discursos produzidos sobre Clementino Procópio na cidade de Campina Grande-PB, nos jornais, anuários e na escrita dos cronistas e memorialistas, discutiremos através dessas fontes como esses discursos construíram identidades para Clementino Procópio, algumas destas, se mantiveram vivas na memória do campinense, principalmente após a sua morte em 1935. A documentação que consultamos trata-se de jornais que circularam na Paraíba e em Pernambuco em finais do século XIX e começo do século XX. Entre esses impressos destacamos o Jornal “a União” (1935) da capital paraibana e o “Evolução Jornal” (1935) de Campina Grande, os dois meios de comunicação produziram discursos referente à morte do educador que nos permite problematizar a história de vida do sujeito através de uma perspectiva biográfica a partir Vavy Pacheco Borges. Imbuído por essas considerações que analisaremos as múltiplas faces adotadas pelo Professor ao longo da sua vida no município de Campina Grande-PB e sua trajetória antes da referida cidade. Abordaremos os discursos produzidos por cronistas e memorialistas, a exemplo de Ribeiro, Terceiro Neto e Dinoá, que apresentam o Professor em sala de aula, e através desses relatos discutiremos o comportamento do preceptor com os alunos, a metodologia aplicada e a imagem que os estudantes tinham do educador. Além dessas questões, também analisaremos os lugares de memória que produzem lembranças sobre o educador. Do ponto de vista teórico-metodológico nos aproximamos de Michel Foucault no que concerne a análise do discurso. Sobre o conceito de identidade nos apropriamos de Stuart Hall por entender que o sujeito estudado ao longo de sua vida possuiu diferentes identidades. Também trabalharemos com o conceito de memória enquanto um documento-monumento para utilizar essa percepção foi fundamental a leitura de Jacques Le Goff. A contribuição teórica desses autores e os caminhos metodológicos que irei percorrer permitirão alcançar os objetivos propostos.

Palavras-chaves: Clementino Procópio. Campina Grande. Produção discursiva. Identidade.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the discourses produced on Clementino Procópio in the city of Campina Grande-PB, in the newspapers, yearbooks and in the writings of chroniclers and memorialists, we will discuss through these sources how these discourses constructed identities for Clementino Procópio, some of these, if kept alive in the memory of the campinense, mainly after his death in 1935. The documentation that we consulted are newspapers that circulated in Paraíba and in Pernambuco in the late nineteenth and early twentieth century. Among these publications, we highlight the newspaper "a União" (1935) in the capital of Paraíba and the "Evolução Jornal" (1935) in Campina Grande. The two media produced speeches concerning the death of the educator, which allows us to problematize the subject through a biographical perspective from Vavy Pacheco Borges. Imbued by these considerations we will analyze the multiple faces adopted by the Professor throughout his life in the city of Campina Grande-PB and his trajectory before that city. We will approach the discourses produced by chroniclers and memorialists, such as Ribeiro, Terceiro Neto and Dinoá, who present the teacher in the classroom, and through these reports we will discuss the behavior of the preceptor with the students, the applied methodology and the image that the students they had the educator. In addition to these questions, we will also examine the places of memory that produce memories about the educator. From the theoretical-methodological point of view we approach Michel Foucault regarding the analysis of discourse. On the concept of identity we appropriate Stuart Hall for understanding that the subject studied throughout his life had different identities. We will also work with the concept of memory as a document-monument to use this perception was essential reading Jacques Le Goff. The theoretical contribution of these authors and the methodological paths that I will go through will allow to reach the proposed objectives.

Keywords: Clementino Procópio. Campina Grande. Discursive production. Identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Clementino Procópio e América Procópio e zoom dos acessórios.....	45
Figura 2- Anúncio sobre as mensalidades do Colégio São José.....	83
Figura 3- Cadeia (1), Construção do Cinema Capitólio (2), Igreja do Rosário (3), Usina da Luz (4)	94
Figura 4- Praça Clementino Procópio (1), Cinema Capitólio (2), Igreja do Rosário (3), Usina da Luz (4).....	94
Figura 5- Estátua de Argemiro Figueiredo.....	99
Figura 6- Monumento a Teodósio de Oliveira Ledo.....	99
Figura 7- Zoom da placa e fachada da Escola Clementino Procópio.....	105
Figura 8- Grupo Escolar Clementino Procópio.....	106
Figura 9- Lateral da Escola Clementino Procópio em 2011.....	106
Figura 10- Parte frontal da antiga casa de Clementino Procópio.....	109
Figura 11- Parte posterior da antiga casa de Clementino Procópio.....	110
Figura 12- Fachada do Hospital Municipal Pedro I.....	116
Figura 13- Planta baixa que localiza o que foi a Vila América.....	117
Figura 14- Família Procópio e conhecidos.....	121
Figura 15- Jazigo adquirido por Severino Procópio.....	125
Figura 16- Genealogia da Família Procópio.....	126
Quadro 1- Fontes analisadas; Ano/ número; Títulos das matérias e locais de pesquisa.....	21

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	CAPÍTULO 1: A PRODUÇÃO DISCURSIVA DE UM HOMEM MULTIFACETADO.....	25
	2.1 Entre as margens esquerda e direita do Rio Capibaribe	28
	2.2 De retirante a forasteiro	32
	2.3 Um bacharel autodidata.....	42
3	CAPÍTULO 2: UM EDUCADOR SOB A LENTE DOS SEUS DISCÍPULOS.....	56
	3.1 Um educador em foco.....	58
	3.2 “O propulsor da cultura campinense”: preparando os discentes para a vida intelectual em meio às descobertas da modernidade.....	67
	3.3 “Só muita palmatória para dar jeito” nesses jovens: o uso de recursos punitivos para disciplinar os discentes	73
	3.4 O declínio do Educandário São José e a aposentadoria do Mestre.....	81
4	CAPÍTULO 3: NÃO HÁ CORPO, NEM MATÉRIA, SÓ EXISTE AGORA LUGARES DE MEMÓRIA E TAMBÉM DE ESQUECIMENTO: A CONSTRUÇÃO DE LUGARES DE MEMÓRIA PARA CLEMENTINO PROCÓPIO EM CAMPINA GRANDE.....	87
	4.1 A memória de um professor no coração de Campina Grande.....	91
	4.2 Um grupo escolar intitulado Clementino Procópio.....	101
	4.3 A Antiga Vila América e os prédios que inspiram recordações do seu fundador....	108
	4.4 A família se desfazendo das lembranças do educador.....	118
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
	REFERÊNCIAS.....	137
	ANEXO A- FACHADA DO 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE CAMPINA GRANDE ONDE FICAVA LOCALIZADO O ANTIGO COLÉGIO SÃO JOSÉ.....	144

1 INTRODUÇÃO

Certo dia estávamos com uma turma abrindo a atual Rua Almeida Barreto, aproveitando a estrada que ia para o Cariri, quando ao passar diante da residência do Professor Clementino Procópio, ele se aproximou e indagou o que estávamos fazendo ali. Explicamos que estávamos alinhando a estrada, pois já havia quem quisesse construir casas por ali ‘E que nome pensam em dar a esta rua?’ Indagou ele... Respondi que ia sugerir ao prefeito o nome do ‘Professor Clementino’. ‘obrigado pela lembrança, meu filho – ele me respondeu –realmente eu sou conhecido como Professor Clementino. Clementino Procópio lembrará um Procópio qualquer e poucos lembrarão a minha passagem na vida, como mestre escola’... Não aceitaram a sugestão, pois o velho Professor era contrário à política do então prefeito. Anos depois, quando demoliram o prédio da antiga cadeia e construíram uma praça deram-lhe o nome de Clementino Procópio, esquecendo o nome que ele realmente deixou na história da cidade. (OLIVEIRA Apud SENA, 1999, p. 79)

A sugestão de Eurípedes de Oliveira¹ para homenagear Clementino Procópio em vida, pelos serviços prestados à educação campinense, não foram aceitas por motivos de desavenças políticas. Porém, após a morte do educador, uma praça situada no coração da cidade de Campina Grande, e uma escola, receberia o seu nome, para decepção do ex-aluno que tinha proposto o nome do educador para atual Avenida Almeida Barreto, não havia nenhuma referência para identidade que Clementino Procópio construiu para si, e de como gostaria de ser lembrado pelas gerações futuras: enquanto Professor. Assim, adotei ao longo desse trabalho a opção metodológica de enfatizar o sujeito que estarei investigando pela identidade que o mesmo se reconhecia. Mesmo sabendo que através dos discursos que irei analisar, serão apresentadas diferentes faces assumidas pelo mesmo em distintos momentos da sua vida.

Nesse sentido, acredito que a construção de uma narrativa perpassa caminhos espinhosos que por vezes nos desafia a buscar outros meios para seguir a jornada. Assim, nós que nos aventuramos a costurar histórias de vida indo aos arquivos munidos de nossas ferramentas, desde luvas e máscaras para nos proteger da poeira, nos vemos em um universo em que muitas vezes encontramos documentos importantes, mas também algumas frustrações diante de informações que não se batem.

¹ Nasceu em 1896 no município de canhotinho no agreste pernambucano, seu deslocamento para Campina Grande ocorreu em 1909. Nessa cidade Eurípedes Floresta de Oliveira foi responsável por fundar o Jornal o Rebate em 1932 ao lado de Luiz Gil de Figueiredo e Pedro D` Aragão, esse impresso circulou até o início dos anos de 1960. Além disso, escrevera para diferentes jornais que circularam em Campina Grande, falecera em 2001.

Outrossim, diante de alguns impasses que tive durante a pesquisa procurei construir uma colcha de retalhos com cada peça que encontrei. Além disso, essa costura foi pontilhada com as informações de um determinado sujeito, que muitas vezes se mesclam com algum acontecimento ou alguma situação que experimentei, pois nesse universo em que todos vivemos: “cada um de nós compõe a sua história” e junto delas identidades que construímos para nós e aquelas que nos são atribuídas.

Essa dissertação é um reflexo disso: uma narrativa sobre Clementino Gomes Procópio, sujeito esse que viveu “entre séculos” e que sobre sua vida foi construída identidades através de diferentes discursos, demonstrando o quanto estas são fluídas (HALL, 2015).

Neste trabalho, analiso os discursos que emergiram sobre Clementino Gomes Procópio na cidade de Campina Grande- PB em 1935. O cenário que iniciei essa discussão tem como cerne, primeiramente, a produtividade discursiva referente à morte do educador, tendo em vista que foi através desses discursos que encontrei as primeiras pistas para compreender a história de vida do referido sujeito. Nesse sentido, o desenvolvimento dessa pesquisa partiu da catalogação das fontes sobre “*O Decano da Educação Campinense*”², com o intuito de analisar a produção identitária nos discursos dos jornais: “A União” (que escreveu algumas linhas sobre a biografia do sujeito, e narrou a trajetória do velório, cortejo e sepultamento) e o “Evolução Jornal” (que discorreu sobre a vida de Clementino Procópio). Em segundo lugar, busquei apreender as experiências do sujeito aqui estudado enquanto professor a partir das narrativas dos cronistas, memorialistas e dos anuários. E por último, analisei a produção de lugares de memória e esquecimento para Clementino Procópio em Campina Grande.

Nesse sentido, o que me estimulou a desenvolver este trabalho foi através de uma pesquisa³ iniciada no ano de 2011. Outrossim, as primeiras iniciativas procedidas nesse projeto foram as visitas aos arquivos⁴ de Campina Grande com intuito de analisar e catalogar as fontes que tratavam sobre o sujeito. Com o desenvolvimento do estudo, fui localizando em jornais, revistas e anuários, notícias que davam conta sobre Clementino Procópio “o bom guia dos moços campinenses” (ANNUARIO, 1925, p.175). A partir desses fragmentos, pesquisei

² Na edição da Revista Evolução de N° 3 do ano de 1931 produzida pelo Instituto Pedagógico Campinense, traz em sua capa a foto do Professor Clementino Procópio com o título *O Decano dos Mestres Campinenses*. A mesma instituição que produzia a revista voltou reafirmar essa epigrafe em seu Jornal em 1935, em decorrência da morte do educador.

³ Esse projeto foi desenvolvido pelo Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de História da UFCG, orientado pela Professora Regina Coelli Gomes Nascimento intitulada “Cenas de (des) ordem: práticas e saberes disciplinares em Campina Grande-PB (1920-1940)”.

⁴ Biblioteca Atila Almeida e o arquivo público de Campina Grande.

outras fontes sobre sua militância na educação campinense nos arquivos da Paraíba, com a intenção de produzir uma escrita historiográfica sobre o mesmo.

Entretanto, percebi que havia poucos trabalhos⁵ acadêmicos sobre o educador, principalmente na área de História. A partir do levantamento da documentação e de sua catalogação mirei na possibilidade de escrever uma história que contemplasse a sua vida. O primeiro resultado dessa pesquisa foi a produção do artigo. “*Memória e esquecimento: Histórias do Professor Clementino Procópio um “morto ilustre” em Campina Grande-PB*”⁶. Após a escrita desse trabalho me surgiram outras dúvidas que me permitiu direcionar essa pesquisa para a produção de um trabalho de conclusão de curso intitulado ““*O Decano dos mestres Campinense*”: *Histórias do Professor Clementino Procópio em Campina Grande-PB (1877-1910)*”.

Destarte, ao finalizar a monografia percebi que existiam outras interrogações que não poderiam ser respondidas naquela ocasião. E por esse motivo achei apropriado discorrer sobre outras questões nesse trabalho dissertativo através das leituras e pesquisas que fiz nos arquivos de Campina Grande⁷, João Pessoa⁸, e no acervo da Hemeroteca digital. Dito isso, dentre esses questionamentos podemos destacar: Como os discursos fúnebres dos Jornais “A União” e “Evolução Jornal” produziram diferentes identidades para Clementino Procópio? Como as práticas e experiências educativas foram narradas pelos anuários, cronistas e memorialistas do interior paraibano? Quais seriam os espaços em Campina Grande que produziram lugares de memória para Clementino Procópio? Assim, compreendemos que essas e outras questões não foram respondidas pela historiografia e foram contempladas nesse trabalho.

De acordo com Terceiro Neto (1999) e dados contidos no Anuário de Campina Grande (1925), Clementino Procópio nasceu no dia 3 de março de 1855 no sítio Chéus em Bom Jardim, Município do Estado de Pernambuco. Ele era filho de Lourenço Gomes Procópio e Maria Francisca de Brito. O seu pai era agricultor e possuía uma pequena propriedade, que

⁵ Tivemos acesso ao trabalho desenvolvido por Rodrigues e Silva (2012) no âmbito pedagógico que trata sobre as escolas de Campina Grande.

⁶ JERONIMO, R. A. Memória e esquecimento: histórias do Professor Clementino Procópio um morto ilustre em Campina Grande-PB. In: II Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades, 2012, Caicó. II Colóquio Nacional História Cultura e Sensibilidades, 2012, p. 688-702.

⁷ Arquivo Público de Campina Grande-PB e a Biblioteca Atila de Almeida.

⁸ Espaço Cultural da Paraíba, Casa José Américo de Almeida, Instituto Histórico e Geográfico do Estado da Paraíba e o Núcleo de Documentação de História Regional.

desta terra retirava o sustento de sua família que o ajudava. Todavia, ele não se interessava muito pela labuta rural, e sim, pelo aprendizado das letras. Foi em busca de adquirir conhecimento que o mesmo saiu de Bom Jardim aos 15 anos para viver no subúrbio do Recife, com o apoio do cônego Joaquim Gonçalves Ferreira, que observava no filho do seu Lourenço um futuro sacerdote. De lá voltou com um bom aprendizado em Latim e Filosofia para o seu seio familiar, após quatro anos de estudos no Recife. Todavia, a sua estadia com a família seria breve, tendo em vista que este se mudaria em 1874 para o povoado do Batalhão (atualmente, município de Taperoá-PB), na Província da Paraíba, abriria uma escola. Porém, em 1877 o educador seria expulso pela seca que castigava a localidade.

Em 1877, quando uma seca cruel castigou todo o nordeste, o jovem Professor Clementino Procópio retirou-se de Taperoá para Campina Grande. A escola ficou vazia. Em Taperoá e circunvizinhanças não havia um só menino a estudar. Famintos e sedentos, os guris transformaram-se em retirantes e mendigos. Não foram poucos, adultos e crianças, a morrer de inanição, tal como aconteceu com os animais. (TERCEIRO NETO, 1999, p. 202)

Dessa maneira, o autor ainda sugere que o mesmo havia chegado à cidade de Campina Grande “no lombo de um burro”, refugiado da seca que assolava a área que engloba, atualmente, a região Nordeste, nos idos de 1877, e fixou-se em uma residência na referida cidade. Terceiro Neto (1999) acrescenta que no ano posterior a sua chegada, Clementino Procópio funda uma casa de ensino. E dessa maneira que o jovem retirante iniciaria sua trajetória como educador na cidade de Campina Grande-PB. Segundo o cronista Ronaldo Dinoá (1993, p. 232) “Clementino Procópio teve toda sua vida dedicada exclusivamente ao magistério. Ele ensinou durante sessenta anos a três gerações, não só daqui, como também em estados vizinhos”.

Todavia, resumir a vida do mesmo apenas ao magistério seria um equívoco, já que ele teve uma vida pública conturbada em Campina Grande no século XIX. De acordo com Terceiro Neto (1999), o educador se envolveu em embates políticos ao lado dos conservadores contra os adeptos do ideário republicano na referida cidade, principalmente por estar aliado por laços de amizade com o juiz de direito Antônio da Trindade Antunes Meira Henriques⁹ do partido conservador. Nesse sentido, ao me propor analisar os discursos

⁹ Desembargador Trindade como é conhecido nos dias atuais pelo fato de existir uma Rua do Centro de Campina Grande que recebe essa nomeação. Nasceu em Campina Grande no século XIX, foi Juiz de Direito e intendente da mesma. Sendo líder do partido Conservador na localidade, exercera o cargo de Deputado Federal entre os

produzidos sobre Clementino Procópio na cidade de Campina Grande-PB, nos jornais, anuários e na escrita dos cronistas e memorialistas, discutiremos através dessas fontes como esses discursos construíram identidades para o mesmo, algumas se mantêm bem vivas na memória do campinense, principalmente após a sua morte em 1935.

Assim, alguns cronistas ao escreverem sobre o educador, expressavam que ele seria o pioneiro da educação campinense; alguns chegaram a conviver com o mesmo, na condição de alunos, a exemplo de Hortênsio Ribeiro¹⁰; outros ouviram depoimentos de pessoas que o conheceram; já outros se apropriaram de fontes referentes ao educador, é o caso de Ronaldo Dinoá. Para as fontes do século XX, que se difundiram na escrita dos cronistas, Clementino Procópio era o “Decano dos Mestres campinenses”. A produtividade discursiva sobre o mesmo na cidade de Campina Grande não se resume apenas ao século XX e sim também ao século XIX. Outro discurso é apresentado principalmente pela primeira fase do Jornal Gazeta do Sertão, (impresso campinense que circulou entre os anos de 1888 a 1891), que nos apresenta identidades diferentes das que foram repassadas pelos cronistas e principalmente pelas fontes do século XX.

Este trabalho dissertativo é estimulado por essa variedade de discursos que promovem diferentes identidades sobre Clementino Procópio e que possibilitam analisar historicamente esse sujeito. Nesse sentido, adotei um recorte temporal e espacial, que tem como ponto de partida o ano de 1935, para desenvolver o nosso estudo. O mesmo justifica-se em razão de ser um ano que marca o desaparecimento do Professor e que em decorrência dessa perda, são produzidos alguns discursos que nos possibilita lembrar a história desse sujeito através de jornais, anuários e nas narrativas dos cronistas e memorialistas.

Assim, para nos debruçarmos na análise das questões que serão trabalhadas no decorrer desta dissertação, teremos como aporte teórico e metodológico as discussões feitas pelo filósofo francês Michel Foucault (2013), no que concerne à análise do discurso. De acordo com Bittencourt (2009, p.150) “Os estudos baseados em Foucault preocupam-se com os micropoderes e as diversas estratégias de dominação, desde a organização familiar aos presídios, escolas, hospitais, etc.” Foucault trabalha o conceito de discurso dando atenção para

anos de 1894 a 1905, falecera em 1911. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/HENRIQUES,%20Ant%C3%B4nio%20da%20Trindade.pdf> 29/07/2017

¹⁰ Hortênsio de Souza Ribeiro nasceu em Campina Grande no dia 31 de janeiro de 1895, filho de João Maria de Souza e de Minervina de Miranda Lima. Escritor, advogado e jornalista falecera em 15 de novembro de 1961. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2016/01/31-de-janeiro-aniversario-de-hortensio.html#comment-form> Acesso em 29/07/2017.

a produção de poder que essa atividade linguística gera na sociedade, principalmente criando interdições na fala ou na escrita, que se constitui enquanto “zonas de silêncio que são estabelecidas” (LUCA, 2010, p.114).

Por exemplo, de acordo com os jornais que produziram matérias sobre a morte de Clementino Procópio em nenhum momento é apresentado algum tipo de acontecimento negativo, pois a intenção dos discursos fúnebres não era apontar os erros do educador e sim apresentar um morto enquanto um sujeito dotado de valores que merecia figurar na memória dos campinenses. Assim, o discurso age nessa situação como um regulador do que pode e do que não pode se dizer. Segundo Foucault “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder no qual nos queremos apoderar”. (FOUCAULT, 2013, p.10). O que Foucault nos apresenta na sua escrita é que o discurso é uma ferramenta de poder, para legitimar algo, é necessário se produzir um argumento.

É pensando o discurso como uma prática do poder que analisei a produção discursiva na cidade de Campina Grande sobre Clementino Procópio, buscando observar os diferentes discursos que são apresentados sobre o educador que legitimam diferentes personalidades do mesmo. Podemos observar isso nas diferentes fontes que analisei, por exemplo, no Jornal Gazeta do Sertão (1889, N°21), o educador é visto como um homem indigno por praticar atos vis contra uma figura pública da cidade, não sendo a primeira vez que o atacava. Em outro discurso produzido em razão da morte do Professor, pela Evolução-Jornal o formador é apresentado “Como o mestre querido, o velhinho atencioso, que todos admiravam, num misto de muda veneração”. (EVOLUÇÃO-JORNAL, 1935, N° 8.). Já na escrita do cronista Ronaldo Dinoá (1993), Clementino Procópio teria sido um “homem dos mais destacados desta terra”. Nesse sentido, os exemplos apresentados nos apontam diferentes discursos que foram produzidos em diferentes momentos da vida do sujeito, sendo importante destacar as intencionalidades que os escritos promovem, principalmente para investigarmos quais as identidades surgiram para o sujeito pesquisado a partir dessas fontes que citamos.

Partindo dos exemplos que destacamos, podemos perceber que os discursos produzem identidades que não possuem um eu unívoco. A cada exemplo citado o educador era apresentado de uma maneira diferente. Dessa maneira, sobre o conceito de identidade, dialogamos com Stuart Hall (2015) por entender que no discurso a identidade não é fixa. Para o autor as identidades tornam-se:

[...] uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos. (HALL, 2015, p. 11-12)

É o que acontece com Clementino Procópio nos diferentes momentos que são apresentados nos exemplos anteriores. A construção identitária produzida pelos discursos nos apresenta diferentes faces para um sujeito. Partindo de uma pesquisa que só busque trabalhar apenas uma das fontes citadas, o educador pode ser pensado como um homem “vil” ou como um homem a qual os “historiadores e cronistas somente dirigem, de forma unânime, referências elogiosas”. (RODRIGUES & SILVA, 2012, p.3). Em função das fontes podemos observar diferentes discursos, tendo em vista o recorte histórico, por exemplo, no século XIX, o preceptor ainda não era reconhecido por todos os meios sociais de Campina Grande, alguns o viam com preconceito principalmente por ser “forasteiro” e possuir proximidade com a elite urbana que igualmente ao Professor suas origens não pertenciam a cidade. O século XX chegou e os discursos mudaram, as fontes deram notoriedade ao Professor, é o caso do Anuário de Campina Grande de 1925 quando afirma que “O Professor Clementino Procópio é o homem que maior benefício espiritual tem prestado a Campina Grande” (ANNUARIO, 1925, p.175). É importante destacar que as mudanças nos discursos se dão em razão da relação de poder que estes discursos promovem para a construção das identidades sobre Clementino Procópio, enquanto “forasteiro”, professor, retirante, político e rábula. Isso demonstra a relação existente entre os discursos e a fluidez das identidades.

A minha preocupação diante da análise dessas fontes está pautada em um esforço biográfico sobre a história de vida de Clementino Procópio, semelhante à preocupação da Historiadora Vavy Pacheco Borges sobre a produção de uma biografia, tendo em vista que quando estudamos histórias de vidas nos deparamos constantemente com lacunas, para suprir esses vazios de acordo com (BORGES, 2010, p. 217) será necessário examinar “o que é possível ou provável” colher dos documentos que temos acesso. Dessa maneira, apontarei prováveis situações baseados nas fontes, que por vezes apresentam contradições de datas e de informações. Isso pode ser justificado quando em alguns momentos tive que retroceder no tempo para compreender a história de vida do sujeito, como igualmente avancei para facilitar a compreensão da minha narrativa para o (a) leitor (a). Assim, em um primeiro momento descrevi a saída de Clementino Procópio de Pernambuco (1874) para a Paraíba, e avancei minha escrita para o período contemporâneo para visitar os espaços (materiais) de memória

debruçando a minha análise dos documentos que corroboram para a construção de uma história de vida que se inicia com a morte do educador (1935).

Nesse sentido, as discussões referentes ao conceito de memória trabalhado pelo Historiador Jacques Le Goff (2013), será importante para discutirmos como os discursos fúnebres (1935) produziram lugares de memória para Clementino Procópio, tendo em vista que essas narrativas motivaram as autoridades locais há prestarem homenagens que se constituem como verdadeiros monumentos. De acordo com Le Goff a concepção de monumento é distinguida desde antiguidade romana por essas duas acepções:

- 1) Uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: Arco do triunfo, coluna, troféu, pórtico etc.;
- 2) Um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte (LE GOFF, 2013, p.486).

A última, corrobora com as homenagens que foram proferidas ao Professor pelas autoridades públicas do município e do estado que decidiram nomear uma praça (1936) e uma escola (1937) com o nome do educador. Esses dois espaços que receberam o nome do Professor, se constitui enquanto um documento-monumento. Esses lugares se apresentam como fontes históricas, pois “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que ai detinham o poder.” (LE GOFF, 2013, p. 495). Sendo essas relações uma forma do passado se impor ao futuro com suas próprias representações, logo o documento-monumento é fruto do poder que o produz em uma determinada época.

O futuro aceita essas imposições do passado, porém, nem sempre reconhece o valor dos objetos e espaços. No caso de Clementino Procópio as pessoas que trafegam a praça que atualmente recebe o seu nome, sabem quem era ele? Como os espaços são muitas vezes ressignificados é imaginável que existam sujeitos que transitam pela praça e não reconheçam a mesma pelo seu nome oficial e sim pelas denominações populares, por exemplo: Praça dos Hobbies, do coreto e etc. Mesmo havendo esse desconhecimento a praça é um lugar de memória que corporifica lembranças de um sujeito que viveu no passado de Campina Grande. É por esse motivo que estudaremos esses lugares enquanto documentos-monumentos.

Para esse tipo de análise foi necessário o uso do recurso da imagem que para o historiador Nelson Schapochnik trata-se de um suporte da memória que celebra a vida e entroniza os mortos. Através da fotografia podemos constatar a história visual dos sujeitos e dos lugares. Porém, existe ressalvas que necessitamos fazer quando utilizamos esse auxílio,

pois, “Embora a fotografia constitua um vestígio de alguma coisa que realmente existiu, não pode ser “vista” como uma imagem exata dessa coisa” (SCHAPOCHNIK, 1998, p.459). Portanto, a imagem é fruto da captação de um momento que fabrica recomendações para rememorarmos no presente. É dessa forma que iremos examinar essas fontes com intuito de estabelecer diálogos que promovam a compreensão do sujeito e dos espaços que se constitui enquanto lugares de memória.

Do ponto de vista metodológico, a análise do discurso e as questões de identidade e memória nos darão suporte para compreendermos historicamente as diferentes faces construídas para o mesmo. As fontes que permitiram desenvolver esse trabalho foram a *Evolução-Jornal* (1935), e o *Jornal União* (1935). O primeiro era um veículo de comunicação produzido em Campina Grande que circulou entre os anos de 1934 a 1936, de acordo com sua primeira edição o impresso foi gerado sobre “a glória do Instituto Pedagógico” pelo fato do idealizador do jornal ser proprietário da instituição de ensino. Já o segundo impresso é produzido na capital do Estado da Paraíba, sua circulação permanece até os dias atuais, sendo um veículo de comunicação estatal pertencente ao governo do Estado da Paraíba, o seu primeiro exemplar foi lançado em 1893. Esses dois periódicos foram utilizados para analisar os discursos fúnebres e a produção de identidades e de memória para Clementino Procópio durante sua vida.

E dessa maneira que se fez necessário analisar os discursos da primeira fase do *Jornal Gazeta do Sertão* que circulou entre os anos de 1888 a 1891. O impresso foi o primeiro veículo de comunicação de Campina Grande e pertencia a Irineu Joffily e Francisco Retumba. Os dois sujeitos compunham as bancadas do partido Liberal na cidade de Campina Grande e eram proprietários de terras. Os discursos produzidos por esse jornal nos revela outra face para Clementino Procópio que nos permite contrapor com os discursos que foram produzidos em decorrência da morte do educador. Outros periódicos também compõem esse trabalho, são eles: o “*Jornal A Razão*”, “*A Voz da Borborema*”, ambos da Paraíba; “*Diário de Pernambuco*” e “*Jornal de Pequeno*”, de Pernambuco; e o “*Correio da Manhã*” do Rio de Janeiro. Além dos usos das *Revista Evolução* e da *Revista Manaíra* e o *Anuário de Campina Grande*. Estas fontes deram suporte para as análises historiográficas que fiz nesse trabalho dissertativo. Assim, para uma melhor compreensão das fontes, construí um quadro explicativo especificando as documentações consultadas, como podemos visualizar a seguir:

QUADRO 1- Fontes analisadas; Ano/ número; Títulos das matérias e locais de pesquisa

FONTES ANALISADAS	ANO/ NÚMERO	TÍTULO	LOCAIS DE PESQUISA
EVOLUÇÃO JORNAL	1934/ n° 4 1935/ n° 8	“Tudo passa” “Homenageando um morto ilustre”	Biblioteca Átila de Almeida- Campina Grande- PB
JORNAL UNIÃO	1896/ n° 787	“Governo do Estado”	Hemeroteca Digital
JORNAL UNIÃO	1935/ s/n 1935/ s/n	“Professor Clementino Gomes Procópio” “Professor Clementino Procópio”	Biblioteca Municipal do município de Esperança-PB
JORNAL GAZETA DO SERTÃO	1888/ n°2 1888/ n°10 1888/ n°15 1889/ n°21 1889/ n°32	“É grave” “Ao Público” “Chronica Judiciaria” “Desacato ao juiz de direito de Campina Grande e Juizo de Direito de Campina Grande, 14 de maio” “Violência”	Hemeroteca Digital
JORNAL A RAZÃO	1919/ n°14 1920/ n°31	“Em torno da Instrução” “Colégio São José”	Conselho Higiênico
JORNAL VOZ DA BORBOREMA	1938/ n°10	“Crônica”	Maria Raquel Silva
JORNAL VOZ DA BORBOREMA	1938/ s/n°	“A livraria do Professor Clementino Procópio”	Danielly Vieira Inô Espíndula
JORNAL DA PARAÍBA	2014/ Fascículo 5	“A figura autoritária do Mestre Escola”	Arquivo Pessoal
DIÁRIO DE PERNAMBUCO	1936/ n°172 1951 n°102	“Da Parahyba Inaugura-se novos grupos escolares no interior” “As cigarras crucificadas”	Hemeroteca Digital

JORNAL PEQUENO	1910/ n°151	“Tempos Idos XIV O primeiro castigo”	Hemeroteca Digital
JORNAL CORREIO DA MANHÃ	1956/n°19443	“Coisas dignas de nota”	Hemeroteca Digital
REVISTA EVOLUÇÃO	1931/ n°3	“Professor Clementino Procópio”	Biblioteca Átila de Almeida
REVISTA MANAÍRA	1949/ ano-X	“Campina e um mestre de tres gerações”	Alexandro dos Santos

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017

Além disso, para um melhor desenvolvimento desse trabalho outras fontes além dos jornais, anuários e revistas foram trabalhadas, como por exemplo, obras raras, como é o caso do livro escrito por Severino Gomes Procópio, filho de Clementino Procópio intitulado “*Meu depoimento: Revolta de Princesa e Revolução de 1930*”. O livro é autobiográfico e é constituído por quatro capítulos que vai desde os primeiros passos de Severino Procópio até sua renúncia do cargo de prefeito de Campina Grande em 1945. O diálogo com essa obra permitirá entender algumas lacunas existentes nos jornais e nas obras dos cronistas de Campina Grande. Pois, o pesquisador dos jornais e revistas trabalha com que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso da conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa (LUCA, 2010 p.140) Dessa maneira, se faz necessário o uso de outros recursos, além dos periódicos e dos magazines para produção de nossa escrita.

Também utilizei em minhas análises bibliográficas as obras produzidas pelos cronistas e memorialistas da cidade, tendo em vista que esses autores produzem discursos que nos dão suporte para discutir as diferentes faces de Clementino Procópio. Nesse caso, os autores e obras que evidenciam o referido sujeito são esses: Cristino Pimentel, “*Abrindo o livro do passado*” (2011), Epaminondas Câmara “*Alicerces de Campina Grande*” (2006) e “*Datas Campinense*” (1998), Dorgival Terceiro Neto “*Paraíba de ontem, evocações de hoje*” (1999), Hortênsio de Souza Ribeiro “*Vultos e Fatos*” (1979), Moacir Andrade “*Vultos Paraibanos*” (1998), André de Sena “*Eurípedes Oliveira, jornalista e construtor de açudes*” (1999), Ronaldo Dinoá “*Memórias de Campina Grande*” (1993), Lino Gomes da Silva Filho “

Síntese Histórica de Campina Grande” (2005). Portanto, entendo que a partir das leituras que fiz e dos materiais que elenquei para a execução deste trabalho, bem como, dos caminhos metodológicos que apontarei, poderei alcançar os objetivos que me propus.

Dito isso, dividi a dissertação em três capítulos. No capítulo 1 (A Produção Discursiva de um Homem Multifacetado) discorro sobre as diferentes identidades do sujeito que são apresentadas nos discursos fúnebres. A partir dos relatos da *Evolução Jornal* e *Jornal União* construímos uma narrativa referente ao velório e cortejo do corpo do Professor e a forma como os diferentes setores sociais de Campina Grande se mobilizaram em torno do evento que marcou a despedida do educador. Diante das homenagens que foram publicadas, percebemos que a produção dos discursos possuía uma ênfase para a identidade de educador. Porém, é necessário apontar que os mesmos veículos de comunicação que noticiam a morte do Mestre Escola apresentam outras identidades que foram construídas pela produção discursiva, que nem sempre o sujeito advogava para si. Dessa maneira, nesse capítulo mergulharemos na análise desses discursos fúnebres, dialogando com as fontes que compreendem a atuação de Clementino Procópio e as faces assumidas ou construídas pelo discurso.

Já o Capítulo 2 (Um Educador Sob a Lente dos Seus Discípulos) analiso a produção discursiva dos memorialistas e cronistas sobre o Professor Clementino Procópio, destacando a relação do educador com seus alunos em sala de aula e as práticas de ensino adotadas pelo mesmo. Construo essa narrativa através da escrita de alunos que compartilharam vivências sobre si em crônicas ou em livros de memórias ou que foram alvos desses escritores. Essas fontes nos permitiram adentrar a classe do afamado Professor, e nos possibilitou explorar as metodologias utilizadas pelo mestre para ensinar e disciplinar os corpos que compunham o seu alunado. Também examino o comportamento do preceptor perante os seus alunos fora da classe, através dos discursos que os mesmos produziram sobre o educador.

E por último temos o Capítulo 3 (Não há corpo, nem matéria, só existe agora lugares de memória e também de esquecimento: A construção de lugares de memória para Clementino Procópio em Campina Grande) onde analiso a produção de lugares de memória sobre Clementino Procópio, ressaltando a existência de alguns espaços na cidade de Campina Grande que recebem o nome do educador, que surgiram antes e após a sua morte com intuito de homenageá-lo, e que se constitui enquanto um documento-monumento (a exemplos da praça, escola, hospital Pedro I. e o jazigo). O que esses espaços nos revelam sobre o Professor, quais as lembranças esses lugares promovem sobre o sujeito estudado? Essas serão

algumas das questões que discutirei nesse capítulo e foram fundamentais para produção desse trabalho dissertativo.

2 CAPÍTULO 1: A PRODUÇÃO DISCURSIVA DE UM HOMEM MULTIFACETADO

Quanto dói desse golpe o desvairado açoite! Porque, se ele da tumba entrou na eterna noite, mais negra é a noite atroz de quem lhe deve o ser! ... (LUNA, 1997, p.70)

Em uma tarde fria e chuvosa do mês de maio de 1935 em Campina Grande, quase cinco mil pessoas se reuniram em frente ao Cine Fox em uma terça-feira 28 do mês corrente, para aguardar o cortejo fúnebre de um velho mestre escola que tinha falecido no dia anterior. Os comerciantes decidiram fechar as portas em respeito ao morto, enquanto as escolas¹¹ da cidade decidiram cancelar as aulas e convocar os discentes a comparecerem ao séquito, devidamente fardados representando as instituições educacionais às quais eram pertencentes. Diversas autoridades municipais e estaduais se faziam presentes naquele acontecimento, enquanto telegramas de pesar chegavam a Campina Grande de todo nordeste lamentando a morte do Professor. O prefeito Antônio Pereira Diniz¹² acamado não pode comparecer à solenidade, todavia, enviou auxiliares para que pudessem representá-lo.

Na Vila América¹³ foram realizadas romarias a partir da divulgação da morte do velho mestre escola. As pessoas que se locomoveram até aquela localidade prestavam suas condolências aos familiares do morto e velavam o corpo inerte entre soluços e choro. Após as encomendações solenes do padre José Luiz é iniciado o cortejo, a casa inanimada se despedia do antigo morador, o qual não mais cuidaria do jardim que alegrava aquele lugar e que admirava os transeuntes que passavam por aquelas imediações. Em procissão o corpo foi levado, mas grandes homenagens eram esperadas antes do seu enterramento. Essas demonstrações de reconhecimento do trabalho do educador aconteceram, quando a comitiva que levava o mestre escola se aproximou das redondezas da Rua Maciel Pinheiro já se avistava uma multidão que aguardava a passagem do préstito para acompanhar o morto no seu último adeus.

Os estudantes das escolas de Campina Grande compareceram devidamente fardados aquela ocasião obedecendo ao convite que as instituições de ensino fizeram. Segundo Ribeiro

¹¹ Na época estavam em atividade: O Instituto Pedagógico Campinense, Colégio Imaculada Conceição (Damas), Pio XI e o Grupo Escolar Sólon de Lucena.

¹² Natural de Alagoa Nova-PB a qual nascera em 1908, foi um político paraibano que exerceu o cargo de prefeito de Campina Grande entre 27 de junho de 1934 a 12 de agosto de 1935. Também exercera os cargos de Deputado Federal e Senador, falecendo em 1984 na cidade do Rio de Janeiro.

¹³ Compreendia parte do atual Bairro do São José e uma parte do Bairro da Liberdade.

(1979) dois mil escolares se fizeram presentes a esse acontecimento, o tiro de guerra do Instituto Pedagógico Campinense recepcionou o cortejo. A multidão tornou o percurso até o cemitério de Nossa Senhora do Carmo¹⁴ ainda mais lento, o espírito dos presentes era de tristeza, a comoção aumentaria na chegada ao cemitério, era a hora de se despedir do mestre escola que instruiu diversas pessoas, ao longo de sessenta anos dedicados à educação. A sepultura aguardava mais um vivente, que a chama da vida tinha se extinguido. Após algumas preces, o corpo foi sepultado, diante do túmulo o jornalista Luiz Gomes, emissário do governo municipal, discursou fazendo uma síntese histórica da vida do educador, antigos discípulos também falaram em memória do mestre. Depois de vários discursos, foi finalizado o ritual fúnebre, o público que se fazia presente no cemitério se dispersou, só restaram às flores que embelezavam o jazigo do mestre escola, com ansiedade os jornais do estado da Paraíba noticiaram esse acontecimento, já aguardando as grandes homenagens póstumas de sétimo dia que seriam preparadas pelos moradores de Campina Grande para celebrar a memória do educador.

E quem era esse morto, que mobilizou uma parte da população campinense a pararem os seus afazeres para acompanhar o seu funeral? Tratava-se de Clementino Gomes Procópio a qual sua longevidade a frente do magistério da cidade de Campina Grande seria reconhecido em vida e, posteriormente, após a sua morte como o “Decano dos mestres Campinenses”. Essa denominação talvez acabe escondendo outras faces que o sujeito adotou ao longo de sua vivência na referida cidade. Todavia, em razão de sua morte, matérias fúnebres foram produzidas pelos meios de comunicação de Campina Grande e da Capital da Paraíba que ressaltavam outras identidades para o sujeito que não se resumia apenas a do Professor. O Impacto que ocasionou a notícia da morte do Decano chamou atenção da população campinense, sabendo da importância do morto houve por parte dos meios de comunicação o desejo de noticiar sobre o acontecimento, e principalmente após toda comoção que o velório do educador teve.

Segundo o cronista Hortênsio Ribeiro Campina Grande vivenciou “um espetáculo inédito na história das grandes dores” (1979, p. 93). Entre os jornais que escreveram matérias fúnebres para Clementino Procópio, está o jornal “A União” da capital paraibana e o “Evolução jornal” de Campina Grande. Os dois jornais analisados enfatizam o óbito e as qualidades do Decano, e é unanimidade o desejo dos dois impressos de homenagear o morto, com diferenças nas abordagens. Enquanto o veículo de comunicação campinense emite em

¹⁴ Mais conhecido atualmente como Cemitério do Monte Santo.

forma de crônica todo seu pesar em razão da morte do Professor, o jornal União produz duas matérias, uma no dia posterior a morte do educador informando do acontecido e abordando o histórico do sujeito. E a outra matéria narrava à apoteose que tinha sido as manifestações da população campinense em virtude do velório e sepultamento do Mestre Escola.

A análise dessas matérias fúnebres possibilita discutir as identidades do morto que se eternizara nos escritos dos cronistas e memorialistas enquanto Professor. Porém, ao longo do tempo em que viveu na cidade de Campina Grande apresentaria diferentes faces que não são difundidas pelas fontes escritas no século XX. A morte do educador traria à tona o seu passado, as lembranças dos seus feitos seriam novamente narradas e com eles outras identidades seriam construídas, é importante ressaltar que os quase sessenta anos dedicados ao magistério campinense não seriam deixados de lado, às duas matérias referentes ao seu óbito possui posturas semelhantes ao destacar em primeiro plano o educador. E as mesmas evidenciam duas outras faces do sujeito: o político e o rábula¹⁵. Essas outras identidades foram assumidas ao mesmo tempo em que Clementino Procópio exercia a profissão de Professor, causando em sua vida grande impacto tanto positivamente quanto negativamente, é o que problematizarei no decorrer desse capítulo.

É importante destacar que as identidades não são veiculadas explicitamente em muitas ocasiões elas aparecem nas entrelinhas dos discursos que são propagados pela imprensa, as evidências dadas às profissões revelam importância dessas para a construção identitária do sujeito, e a partir delas poderemos investigar as relações que as mesmas tiveram na vida do Decano. Todavia, o simples fato do Jornal a União destacar que Clementino Procópio não era natural de Campina Grande, já o situava enquanto mais um forasteiro que fizera morada na cidade. É na busca de compreender como as identidades produziram diferentes faces para Clementino Procópio que analisaremos esses discursos fúnebres. E destacaremos através dessas questões as principais identidades construídas por esses jornais, a saber: forasteiro, retirante, político e rábula.

¹⁵ O rábula no Brasil era um advogado que não possuindo formação acadêmica em Direito, obtinha autorização do órgão do Poder Judiciário para exercer, em primeira instância, postulação em juízo.

2.1 Entre as margens esquerda e direita do Rio Capibaribe

Era o venerando mestre natural do lugar cheos situado à margem esquerda do Rio Capibaribe, no município de Bom Jardim, do vizinho Estado de Pernambuco, onde nascera a três de março de 1855. (Jornal A União, 1935).

O Rio Capibaribe corta o Estado de Pernambuco e “Em suas margens viu nascer, e crescerem muitas vidas¹⁶” entre estas estava Clementino Procópio, natural de Bom Jardim, cidade do interior pernambucano, aonde deu seus primeiros passos. Seus pais Lourenço Gomes Procópio e Maria Francisca de Brito viviam da agricultura. Segundo Terceiro Neto (1999) o pai de Clementino Procópio era “plantador e criador”.

No almanaque administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro de 1891 a 1940, indica que Lourenço Gomes Procópio era negociante de algodão no Recife, seu nome é veiculado em 1901¹⁷. Isso poderia indicar a que cultura agrícola a família Procópio cultivava, contudo, ainda existe a possibilidade da pessoa citada no almanaque não ser o pai do educador, a idade avançada justificaria essa hipótese, tendo em vista que era comum no século XIX os pais registrarem seus filhos com a mesma grafia, sem uma abreviação que indicaria que era filho, igualmente é feito hoje com acréscimos do Junior ou propriamente Filho. A existência de outro Lourenço Gomes Procópio pode ser uma mera especulação, mas, existe a probabilidade, tendo em vista que de seu enlace matrimonial com Maria Francisca de Brito tiveram outros filhos além de Clementino Procópio e Maria Francisca Pereira Coelho. Contudo, não encontramos as fontes que poderiam sanar essa dúvida com os nomes dos demais filhos que surgiram dessa união, é devido a essa falta que não podemos afirmar a existência desse sujeito com o mesmo nome do progenitor.

A documentação localizada (TERCEIRO NETO, 1999; PROCÓPIO, 1962) informa que quando Clementino Procópio se deslocou para o distrito do Batalhão na província da Paraíba, em 1874, a sua família ainda vivia em Bom Jardim, no mesmo lugar aonde tinha nascido e vivido sua infância, se depois de sua partida o seu pai decidiu deixar aquela localidade para viver no Recife, as fontes infelizmente nos impõem o silêncio, exceto por aquele registro já relatado que poderia se tratar de outro familiar, que igualmente a

¹⁶ CELESTINO, Roberto. O Rio Capibaribe – Um gigante pernambucano. 2012. Ver <<http://poesiaacordeis.blogspot.com.br/2012/04/o-rio-capibaribe-um-gigante.html>> Acesso em: 20/07/2016

¹⁷Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=20735&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> Acesso em: 25/08/2016.

Clementino poderia ter deixado seu torrão familiar para constituir moradia em outro lugar, principalmente para vender as mercadorias produzidas pela família. O destaque assumido pelo Professor entre os demais filhos do senhor Lourenço ocorreu, segundo um memorialista, devido “Um deles, Clementino, fez o curso primário e gostava de leitura, mais do que do labor rural a que todos da família se dedicavam.” (TERCEIRO NETO, 1999, p.201-202). Apesar de viver na área rural o filho do senhor Lourenço era avesso à labuta cotidiana de sua família, o seu desejo era de dar seguimento à vida estudantil, cursou o ensino das primeiras letras com o Professor Torquato Laurentino Ferreira de Mello que ensinava a uma légua¹⁸ da onde nascera no povoado de Malhadinha que ficava na margem direita do Rio Capibaribe.

Logo, entre a margem direita e a esquerda do Rio Capibaribe Clementino Procópio optou pela direita, essa escolha não se deve pelo posicionamento político adotado pelo mesmo já na sua vida adulta e sim pela oportunidade de continuar a estudar. Na margem direita estava à educação enquanto na esquerda estava a vida rural a qual o jovem filho do senhor Lourenço não demonstrava tanta empolgação, apesar de ter nascido e convivido sua infância nesse ambiente. Financeiramente não sabemos o porquê da família Procópio não ter investido fundos para que seu filho cursasse o ensino secundário. Uma das hipóteses é que o custo seria muito alto para o senhor Lourenço Gomes Procópio pagar, para manter o seu filho em um internato no Recife, um gasto que a família naquele momento não poderia fazer. Além disso, na época em que Clementino Procópio almejava cursar o ensino secundário a população brasileira era formada por uma população agrária. Logo não existia por parte dos poderes públicos ou estatais a intenção de oferecer instrução para todos. Dessa maneira,

A “multiplicidade” de escolas deveria, portanto, se restringir ao mundo urbano e se destinar aqueles cujas profissões exigissem, pelo menos, a habilitação preliminar de saber ler e escrever”. (PINHEIRO, 2002, p.30).

Diante dessa circunstância para o filho de Senhor Lourenço o seminário tornou-se uma alternativa. O jovem Clementino Procópio era Acólito¹⁹ e demonstrava desenvoltura para se tornar um sacerdote, quem teria observado esse dom foi o capelão daquela localidade, o cônego Joaquim Gonçalves Ferreira da Cruz. Com 15 anos de idade, e motivado pelo padre que o via com capacidade para ser vocacionário, partira para o subúrbio do Recife para ingressar no seminário. De acordo com Terceiro Neto (1999), em 1870 o filho do seu

¹⁸ A medida em léguas é diferente de país para país, atualmente o comprimento de uma légua no Brasil é equivalente a seis quilômetros, todavia, na época das sesmarias uma légua equivalia a 6,6 quilômetros. Disponível em: <https://dicionariogramatica.com.br/tag/quanto-km-em-uma-legua/> Acesso em: 24/08/2016.

¹⁹ Ajudante de altar que auxilia o padre nos ritos da Igreja Católica, comumente conhecido como coroinha.

Lourenço se tornaria um dos internos da instituição religiosa e o seu destino estava sacramentado, seria padre. Ledo engano, o poder de convencimento do capelão utilizado para mobilizar a família Procópio para aspiração do filho sacerdote, deu a oportunidade que tanto almejava, que era dar seguimento aos seus estudos, mesmo que fosse no seminário. Essa pode ter sido uma das hipóteses do filho do seu Lourenço ter abandonado o seminário em 1874 e voltado para sua casa.

Clementino Procópio se utilizou dos artifícios de ser ajudante do cônego da sua localidade para continuar estudando, e abandonar a lida do campo. No seminário pôde concluir seu aprendizado em latim e pôde desenvolver o seu conhecimento em Filosofia e foi por intermédio do seminário que criou gosto por ensinar. Existem algumas contradições referentes ao tempo em que o Professor passou enquanto seminarista, o jornal *A União*²⁰ (1935) destaca que o mesmo deixara o seminário em 1872 e iniciara a carreira no magistério no povoado do Batalhão na província da Paraíba. Todavia, o próprio filho do Decano, Severino Gomes Procópio ratificou que seu pai só abandonara o seminário em 1874. Foi através do seminário que Clementino iniciara a sua carreira enquanto Professor, nas horas vagas em Tigipió, no subúrbio de Recife, ele instruía as crianças próximas ao seminário. Oficialmente é citado que sua primeira aula²¹ foi em 1872, logo se encontrava em Recife e foi por essas imediações que se iniciou a trajetória do filho do senhor Lourenço no magistério.

Após abandonar o seminário volta a sua terra natal, com 19 anos, não era mais aquele garoto que tinha deixado a família para se tornar sacerdote. A decisão de deixar o seminário antes de se tornar padre pode ter surpreendido a família Procópio, tendo em vista o forte apelo que teve para ingressar na instituição religiosa. Possivelmente os familiares creditaram a desistência do jovem devido à pouca idade que tinha, mas com o passar dos anos e com a maturidade percebeu que o seu lugar não era aquele. Todavia, o tempo no seminário teria forte influência na vida do jovem, o aprendizado adquirido naquela instituição e os preceitos assimilados permaneceriam atrelados a sua vida, veremos ao longo desse capítulo comportamentos que demonstram que o educador transgrediu esses ensinamentos, todavia os discursos que mais foram difundidos em razão de sua morte foram a moral que o mesmo emanava para os campinenses, sendo considerados pelos cronistas do século XX enquanto um sujeito modelo para Campina Grande (DA SILVA, 2006, p.120).

²⁰ O jornal *A União* citado foi veiculado no dia 28 de Maio de 1935.

²¹ Em 5 de junho de 1872 Clementino Procópio ministrou sua primeira aula e em 1922 foi comemorado os 50 anos desse acontecimento um homenagem dos alunos e ex-alunos. Ver: Anuário de Campina Grande 1925 para 1926.

Essa moral relacionada aos bons costumes destacada por Da Silva poderia ser um reflexo do tempo vivido no seminário, a qual, Clementino Procópio colheu alguns frutos, inclusive a aspiração ao magistério. Se antes o jovem filho do senhor Lourenço não demonstrava interesse pela lida rural, depois do tempo na instituição religiosa é que se tornou quase nulo. Nesse sentido, na sua volta começaria a ensinar os meninos do seu povoado, que ainda necessitava atravessar o Rio Capibaribe para aprender as primeiras letras, para os garotos do distrito de salgadinho a estadia do novo Professor seria breve. Tendo em vista, que no mesmo ano que voltara a seu seio familiar, sentiu a necessidade de desgarrar dos seus entes queridos buscando uma vida autônoma. Pois, já possuía uma profissão que dela poderia retirar o seu sustento e por esses motivos partiu para a província da Paraíba. De acordo com o discurso de posse de Mabel Amorim²² na Academia de Letras de Campina Grande o educador teria partido para o distrito do Batalhão em razão da “Sua natureza que invocava outros ares²³”

E aí surgem novas contradições, alguns relatos indicam que a propriedade onde lecionou no distrito do Batalhão era de seu pai Lourenço Gomes Procópio, quem faz referência a essa posse é Severino Gomes Procópio (1962, p.19). Todavia, há possibilidade de engano por parte do seu filho, como já apresentamos até agora, a família Procópio não seria nessa ocasião tão abastada, a propriedade de fato não os pertenciam, o sítio denominado Lagoa Queimada pertencia a um morador local chamado Enéas Vilar dos Santos Barbosa (TERCEIRO NETO, 1999, p.202). Entre 1874 a 1877, o educador vivera no distrito do Batalhão situado no Cariri paraibano, e lá alcançou êxito enquanto Professor, sua escola desde a sua inauguração recebeu alunos em busca de aprendizado do curso de primeiras letras, as fontes não indicam se havia mensalidades ou se o ensino era gratuito. O fato do educador estar abrigado em uma propriedade de um sujeito que não sabemos se possuía algum vínculo de amizade com o filho do senhor Lourenço ou com a família Procópio, é de se imaginar que havia sim uma mensalidade, até por que o Professor necessitava do dinheiro para sobreviver.

Em 1877, uma seca que assolaria o Nordeste brasileiro e que não pouparia o Distrito do Batalhão, fez com que o Professor necessitasse deixar aquele lugar, não há como saber se o educador pensou na possibilidade de voltar para sua terra natal e novamente está ao lado dos seus familiares. Mas, o destino tomado pelo Professor foi outro, é dessa maneira que Campina

²² É uma escritora alagoana radicada em Campina Grande, em 2013 herdou a cadeira 9 da academia de letras de Campina Grande que tem enquanto patrono Clementino Procópio.

²³ Disponível em: http://cafecomresenhas.blogspot.com.br/2013_08_01_archive.html Acesso em: 15/07/2016

Grande conheceria aquele que se tornaria “O Decano dos mestres Campinense”. As identidades construídas para o sujeito até então, estão ligadas ao cotidiano do campo e pela influência do seminário. A nova empreitada do educador irá apresentar a fluidez das identidades do sujeito e as novas faces, que o discurso de sua morte buscou revelar, as origens e a trajetória até a cidade que desempenhou importante legado nos possibilitam compreender os posicionamentos assumidos por Clementino Procópio que desde muito jovem adotou o lado direito do rio, a preferência pela direita vai muito além da analogia feita para as margens do Rio Capibaribe.

2.2 De Retirante a Forasteiro

No meu Cariri
quando a chuva não vem
não fica lá ninguém
somente Deus ajuda
se não vier do céu
chuva que nos acuda
macambira morre
chique-chique seca
juriti se muda²⁴.
(CAVALCANTE, 1951²⁵).

Igualmente a Juriti, Clementino Procópio seguiu o mesmo destino, não queria acabar igual à macambira, esperar pela chuva talvez não fosse a melhor solução, tendo em vista, que “no Distrito do Batalhão e circunvizinhanças não havia nenhum menino a estudar” (TERCEIRO NETO, 1999, p.202). Era comum, nos períodos de seca na região que hoje engloba o Nordeste brasileiro haver êxodos nas localidades onde o efeito climático era mais devastador, os deslocamentos de pessoas para outras localidades esvaziava as áreas mais afetadas e com isso havia evasão escolar.

A seca de 1877²⁶ teve efeitos devastadores para área que hoje corresponde ao Nordeste brasileiro, e o Cariri paraibano não ficaria de fora dessa estiagem. Sem ter como prover seu

²⁴ CAVALCANTE, Rosil. In: No meu cariri. Disponível: <https://www.vagalume.com.br/marines/meu-cariri.html> Acesso em: 31/07/2016

²⁵ Apesar da letra de Rosil Cavalcante ter sido produzido em outro momento histórico. A Abordagem do tema da seca nos dois momentos históricos são semelhantes a diferença são os destinos tomados pelos sujeitos, mas, a questão do êxodo eram análogas.

²⁶ De acordo com Albuquerque Junior (1988, p.272) A seca de 1877 é incorporada enquanto um marco para o discurso oligárquico utilizado pelas classes dominantes da região que engloba atualmente a região Nordeste. “O

sustento, Clementino Procópio abandonou o povoado do Batalhão, e em um clima em que era corriqueiro observar pessoas morrendo de inanição, não adiantava secar igual ao chique-chique sem ter uma previsão de chuva para reavivar o ser. Era necessário buscar novas paragens por que sem chuva “não fica lá ninguém”. Em busca de um lugar fértil e com abundância de água o retirante parte para fugir da morte, mas, muitas vezes é no caminho de Canaã que este desaba sem vida. A circunstância transformou o Professor em um retirante, levava consigo apenas alguns pertences que podiam ser transportado no burro que o ajudaria na sua locomoção, pelas terras ressequidas caminhara, atravessara por rios secos e pela caatinga adentro se embrenhara para chegar a seu destino.

Após três ou quatro dias desembarcou em Campina Grande, município situado no Agreste paraibano. À cidade também estava sob influência da seca, a falta de cereais e de outros condimentos já deixava a população temerosa e a preocupação aumentava com a passagem dos retirantes. Tornou-se uma prática constante os saques na feira de Campina Grande, as autoridades municipais por intermédio do Intendente Antônio da Trindade Antunes Meira Henriques se mobilizavam para adquirir condições para amenizar essa situação (SILVA FILHO, 2005, p.72-73). Essa ajuda veio do governo imperial segundo Procópio (1962) Campina Grande tornou-se o destino dos muitos refugiados da seca em razão da cidade sediar o auxílio advindo do Imperador D. Pedro II para amenizar os efeitos da estiagem.

O caminho que dava suporte para o retirante repousar para seguir a sua caminhada até o litoral paraibano ou pernambucano, agora seria um lugar de desembarque daqueles que sofriam os efeitos da seca. Todavia, essa responsabilidade assumida por Campina Grande afetaria a população da cidade que aumentaria consideravelmente em um ano. Segundo (SILVA FILHO, 2005, p.73) eram mais de mil migrantes até julho de 1877, o custo de vida da população campinense tinha aumentado, em decorrência do rápido crescimento demográfico que a cidade tinha sofrido, gerando na população descontentamento com os novos moradores do município. Enquanto isso, parte dos investimentos enviados pelo Imperador D. Pedro II para combater a estiagem foi utilizado para iniciar as obras do paço municipal (ao lado da igreja de Nossa Senhora da Conceição), e da cadeia municipal (atual Praça Clementino Procópio) ao lado da Igreja Nossa Senhora Rosário. Para o intendente municipal responsável pela administração desses recursos o Dr. Antônio da Trindade Antunes

que diferenciava essa seca com as demais era o fato de que esta estava ocorrendo num momento de dificuldade para região, ou seja, para sua classe dominante.”

Meira Henriques essa era uma das formas de gerar emprego para os refugiados da seca (SILVA FILHO, 2005).

No caso de Clementino Procópio, foi diferente, pois este teve a proteção do senhor Joaquim Viera de Araújo Correia²⁷ que o acolheu na cidade e ofereceu condição para no ano posterior fazer sua aula inaugural, mantendo-se na profissão que desempenhava (SILVA FILHO, 2005). É dessa maneira que surge na cidade de Campina Grande no ano 1878 a escola São José, instituição que perduraria até 1932, quando são encerradas as funções da instituição em decorrência do surgimento de educandários modernos²⁸ na cidade. A instituição era privada, mas recebeu alunos que as famílias não possuíam condições de arcar com os pagamentos das mensalidades, seja pelo um ato de boa ação do Professor ou por existir um auxílio público municipal que permitia o acesso de jovens carentes no São José.

Apesar da longevidade no magistério campinense era compreensível a preocupação do Professor em se manter apenas da instrução das crianças e de jovens, para construir alicerces e para poder desfrutar de uma estabilidade financeira, era necessário desempenhar outras funções, tendo em vista, que os acontecimentos que ocasionaram seu deslocamento do Distrito do Batalhão não fossem preponderantes para uma nova retirada às pressas. Em Campina Grande, se aproxima de pessoas que igualmente a ele não eram nascidos no município e vistos pelos tradicionais campinenses enquanto forasteiros. É dessa maneira que inicia sua trajetória na política, seus primeiros passos na cidade além de fundar a escola São José, foi efetuar amizade com o intendente municipal e Juiz da cidade Dr. Antônio da Trindade Antunes Meira Henriques a qual se tornou correligionário (ANDRADE,1998). Essa proximidade com uma das principais lideranças de Campina Grande e do interior paraibano faria com que Clementino Procópio colhesse bons frutos que permitiriam o seu estabelecimento e criar vínculos com o município.

Em um pequeno espaço de tempo (cerca de três anos) residindo na cidade, se estabelece e adquire condições financeiras passando a contar em sua residência com mão de obra escrava. “Eram quatro escravos: Joaquina com 33 anos; Ana com 13 anos; Maria 28

²⁷ Sobre esse sujeito existem poucas informações nos materiais que consultamos, tudo indica que o mesmo também exercia o Direito de maneira provisionada tendo em vista que seu nome quando aparece nas apelações no “Jornal do Recife” em 15 de setembro de 1886 não é acrescentado o Dr, comumente colocado antes do nomes dos bacharéis em Direito. É por intermédio desse sujeito que Clementino Procópio possivelmente se aproximaria do Dr. Antônio da Trindade Antunes Meira Henriques. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&pesq=Joaquim%20Vieira%20de%20Ara%C3%BAjo%20Correia> Acesso em 29/07/2017.

²⁸ Estamos tratando do colégio Imaculada conceição (DAMAS) e o Pio X, ambos inaugurados em 1931.

anos e Gertrudes com 9 anos.” (PROCÓPIO, 1962, p.20). Isso em 1880 quando já sinalizava o fim da escravidão no Brasil e o número de escravos na região que hoje corresponde ao Nordeste era muito reduzido, segundo (SILVA FILHO, 2005) no ano que o Professor adquiriu essas mulheres, o número existente de escravos registrados em Campina Grande era de 1130 e na província da Paraíba era de 25595. O que chama atenção dessa compra de mão de obra é o fato de se tratar apenas de mulheres, algumas muito jovens, uma provável hipótese que justificaria essa aquisição era que essas mulheres trabalhariam no serviço doméstico, tendo em vista, que no ano da compra possuía 25 anos de idade e tinha acabado de contrair laços matrimoniais, as escravas seriam um presente para dar suporte nas atividades do lar que seriam administradas pela D. América Procópio. As fontes não informam o destino dessas mulheres, o que podemos enfatizar é que todos os escravos foram libertos no dia 13 de Maio de 1888 em Campina Grande e em todo o Brasil. (SILVA FILHO, 2005).

A participação na política constituiu uma das identidades de Clementino Procópio ao longo de sua vida, com sua morte os jornais que noticiaram o seu óbito fizeram questão de destacar essa identidade. O Jornal União (1935) relatou que “Politicamente, também teve uma atuação digna de ser apreciada, o saudoso preceptor, acompanhando fielmente o partido conservador, como um dos seus mais combativos e presigiosos elementos” enquanto o Evolução Jornal (1935) destacou que “no cenário político, onde militou com atitudes dignas, lutando ardorosamente, pelo partido que se filiou”. Os dois jornais possuem discursos semelhantes, falam que o educador exercera a política dignamente e que foi um ferrenho defensor do partido conservador do qual fazia parte. As atitudes “decentes” descritas pelos dois jornais divergem com os discursos que foram produzidos pelo jornal A Gazeta do Sertão no século XIX, a defesa ao partido conservador assumia atos extremos que rompiam com a decência política e partiam para atos pessoais que desapreciavam autoridades que rivalizavam politicamente.

Na cidade de Campina Grande, constrói alguns desafetos, o mais destacado foi com o Juiz de Direito da cidade Dr. Austerliano Correia de Crasto, que entre os anos de 1884 a 1890 travaram verdadeiros embates, que só acabaram com a transferência do juiz para outra comarca. O jornal Gazeta do Sertão denunciava o complô do partido conservador sobre a chefia do então Juiz da capital Dr. Antônio da Trindade Antunes Meira Henriques para apressar a transferência do juiz de Campina Grande

Para este fim foi procurado, dentre os mais indignos habitantes desta cidade, um indivíduo que se havia nella refugiado, foragido do termo de Batalhão;

sob promessa de um emprego com que se lhe podesse matar a fome, e de uma patente para esconder a indignidade de seu nome, Clementino Gomes Procópio, obtiveram d'elle a execução de actos os mais revoltantes contra a pessoa do digno juiz, Dr. Austerliano. (JORNAL GAZETA DO SERTÃO, 1889, N°21).

Esse fragmento do discurso do jornal Gazeta do Sertão apresenta algumas posturas adotadas por Clementino Procópio e consideradas indignas por alguns contemporâneos seus e apresenta estereótipos que ficaram nas entrelinhas das matérias fúnebres. O fato de o Professor ter chegado a Campina Grande igual “a todo retirante” e ser um forasteiro, contribuiu para produção de identidades negativas que eram difundidas por uma parte da população campinense, oriunda das famílias tradicionais da cidade e que eram ligadas a propriedades rurais que não aceitavam o crescimento dos forasteiros ligados ao comércio, que aos poucos estava despontando graças ao algodão que em finais do século XIX, já estava produzindo lucros e fazendo com que os forasteiros dedicados ao comércio campinense despontasse financeiramente e permitisse o controle da política municipal.

Nesse sentido Gurjão (2000, p.30) afirma que os forasteiros eram tratados com desprezo por parte das famílias tradicionais que “isolavam-se em suas fazendas, deixando o povoado entregue aos que vinham de fora, a quem eram menosprezados”. Esses sujeitos alvo do preconceito das famílias antigas se estabeleciam na área urbana e obtinha sucesso no comércio ou em outra atividade urbana, rivalizando com as famílias tradicionais. Porém, quando outros forasteiros desembarcavam em Campina Grande e obtinham rapidamente o mesmo sucesso, esses outrora forasteiros se passavam por antigos para discriminar os recém-chegados. Os editores chefes do jornal Gazeta do Sertão, por exemplo, faziam parte de uma elite ligada ao campo e que compunham a frente do partido liberal na cidade de Campina Grande, logo era comum que fosse produzido discursos desse tipo contra o educador.

Seus atos contra o juiz municipal em algumas ocasiões foram “condenáveis” e a Gazeta do Sertão procurava mostrar o lado do Juiz enquanto vítima. Desde a chegada do Juiz Dr. Austerliano Correia de Crasto a comarca de Campina Grande em 1884 se acirrariam as disputas políticas na cidade, pelo fato que nesse momento histórico “todos os magistrados militavam na política e se tornavam chefes e líderes nas localidades onde exerciam a judicatura.” (TERCEIRO NETO, 1999, p.202). Em Campina Grande não era diferente, havia sim essa influência do magistrado e pendia para o lado dos liberais, é por isso que os conservadores da cidade conspiravam contra o juiz para assumir o controle da política local sem influência de um forte opositor. O educador corroborava com seu grupo político atacando

o juiz através do jornal Conservador, a partir de artigos escritos pelo mesmo utilizando pseudônimos que difamavam o magistrado e criticava sua capacidade para estar à frente da comarca de Campina Grande (JORNAL GAZETA DO SERTÃO, 1889, N°21), esses escritos ocasionaram para o Professor alguns processos por desacato a autoridade, todavia, conseguira ser absorvido em todas as ações que respondia na justiça.

O tempo de exercício de um magistrado do Direito em uma comarca era de quatro anos, porém, poderia ser estendido caso não houvesse necessidade de troca. O que ocorreu em 1888, o Dr. Austerliano Correia de Crasto completou o tempo para a sua transferência e não fora removido, no ano posterior para acelerar o processo de transição os conservadores decidiram arquitetar um plano para macular a imagem do juiz que impossibilitasse sua permanência no exercício de sua função no município de Campina Grande. Entre os sujeitos que planejavam essa ação estava Clementino Procópio que tinha apoio de Monsenhor Sales²⁹, do juiz municipal da cidade Alfredo Deotado Espínola e do comerciante Cristiano Lauritzen³⁰. Segundo a matéria do jornal a Gazeta do Sertão o projeto era envolver o Juiz de Direito em um tumulto em que o mesmo fosse obrigado a intervir fisicamente em uma situação contra uma autoridade, a do cadete Francisco Rozas do Rego Vasconcellos que interceptaria um cidadão (que no caso foi um estrangeiro da cidade) que estivesse portando uma arma, para dar mais ênfase, tinha que ser em um lugar público³¹.

O melhor lugar de Campina Grande naquela época para criar tumulto, pela proporção da cidade, era na feira³², aonde todos campinenses e visitantes transitavam em busca de

²⁹ Luiz Francisco Sales (Monsenhor Sales) nasceu em 02 de novembro de 1846 em Areia na Paraíba. Ordenou-se padre em 1877 pelo Seminário de Olinda. Em 1885 veio para Campina Grande e permaneceu nessa cidade até seu falecimento em 1927. Ver: (MEMORIAL URBANO DE CAMPINA GRANDE, 1996).

³⁰ Nascido em 1847 na Dinamarca, Cristiano Lauritzen partira de seu país de origem para o Brasil em 1867, o imigrante antes de chegar a Campina Grande trabalhara enquanto mascate pelas províncias do atual nordeste brasileiro. Em terras campinense se estabeleceu e constituiu família, vivera a princípio do comércio a qual obteve êxito a frente da Casa Inglesa. Cristiano Lauritzen também foi político exerceu o cargo de prefeito de Campina Grande entre os anos de (1889-1891) e de (1904-1923). Esse só deixaria o cargo em virtude do seu próprio falecimento em 18 novembro de 1923, até hoje o Dinamarquês é o gestor que mais tempo passou a frente do cargo de prefeito de Campina Grande, somando os mandatos foram 21 anos no poder. Ver: (RIBEIRO, 1979, p.247)

³¹ De acordo com Gurjão (2000, P.32) A conduta assumida por ambas as facções políticas de Campina Grande eram “separatistas, preconceituosa, discriminatória e, não raras vezes violenta, combatendo os adversários de forma arbitrária”.

³² A feira de Campina Grande no ano de 1889 se situava na Rua Seridó (atualmente Rua Maciel Pinheiro) e era constantemente deslocada em razão da potencialidade econômica que representava a mesma para a cidade. As disputas entre liberais e conservadores determinavam o local que a feira fosse ocupar em benefício do grupo que estava no poder.

Disponível: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2010/05/feira-central-o-coracao-de-campina.html#.V8CJWFsrJ1s> acesso em: 26/08/2016.

mercadorias, mas, o público que iria testemunhar a truculência do Juiz de Direito frustrou a ação dos opositores, por esses motivos.

Achava-se o dr. Austerliano na feira desta cidade, quando um pequeno incidente, talvez a senha do tumulto, se dava a alguma distancia, entre um soldado e um estrangeiro, para a tomada de uma arma; e nesta ocasião o cadete Rozas, atirando o cavallo, em que montava, sobre os feirantes, teria peitado sobre o dr. Austerliano, se elle não tivesse rapidamente se desviado, exprobando sua imprudência. Este simples facta bastou para que surgissem em posição ameaçadora o dr. Espinola e Clementino , atirando insultos contra o digno juiz, que, imediatamente socorrido por alguns amigos e seu irmão, foi d'ali retirado, sem haver felizmente soffrido ou atirado a mais leve pancada. (JORNAL GAZETA DO SERTÃO, 1889, N°21).

“E o feitiço voltou contra os feiticeiros” é o que melhor resume a citação acima, todo o cenário que tinha sido devidamente pensado para criar o tumulto e envolver o Dr. Austerliano Correia de Crasto na ocorrência que acarretaria na sua transferência para outra comarca seria desmanchado. A princípio, pelo fato do Juiz de Direito não ter reagido ao afrontamento do cadete, pois uma atitude mais enérgica do magistrado poderia transparecer para os transeuntes que por ali trafegavam e que testemunhariam o acontecimento que o Juiz de Direito teria se excedido após um momento de desatenção do cadete. O comportamento do magistrado desagradaria dois observadores que aguardavam atentamente o desenrolar da ação, como não acontecera da maneira que tinha sido planejado, os sujeitos saíram da espreita para atacar o Dr. Austerliano Correia de Crasto com insultos, para ver se havia algum tipo de reação que pudesse justificar a saída da comarca, mas, no público havia amigos do Juiz de Direito que interviram e evitaram que o magistrado se envolvesse na confusão, os sujeitos que confabularam esse ato fracassaram no seu propósito. Além disso, o Professor Clementino Procópio seria agredido com “um soco nas narinas³³” efetuado pelo farmacêutico Ildefonso Augusto de Oliveira Azevedo que desferira o golpe no momento de excesso dos dois sujeitos. Essa agressão ainda foi alardeada pelos opositores do magistrado, todavia, as testemunhas derrubaram qualquer hipótese da participação do Juiz de Direito.

Esse tumulto acabaria com a prisão de Clementino Procópio que nutria pretensões políticas ambiciosas, sua intenção era compor os quadros da assembleia legislativa provincial da Paraíba que seriam realizadas no ano de 1890. A sua prisão um ano antes das eleições, tornariam suas aspirações remotas, pelo menos naquele momento, todavia, de acordo com as fontes analisadas para esse trabalho, esse teria sido o único momento que se especulara a candidatura do Professor a um cargo político, mesmo sendo um sujeito que possuiu uma força

³³ Ver: JORNAL GAZETA DO SERTÃO, 1889, N°21.

no cenário local, houve por parte do educador a abdicação dessa postulação pelo fato deste não ter exercido nenhum cargo legislativo e nem executivo ao longo de sua vida. A prisão do Professor é um exemplo de que nem sempre suas atitudes na política foram dignas conforme foram narradas pelas matérias póstumas, “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas” (FOUCAULT, 2013, p.52-53), que são propensos a mudanças no decorrer do tempo.

A sua prisão foi vista pela sociedade campinense no momento que foi efetuada através de diferentes discursos, o jornal O conservador creditou a detenção aos desmandos do Dr Austerliano Correia de Crasto e a truculência do delegado da cidade de Campina Grande, destacando que a população ficou revoltada com o ato. Enquanto que o veículo de comunicação campinense publicou que “a prisão de Clementino foi um acto de energia e de justiça, que toda a população desta cidade aprovou.” (JORNAL GAZETA DO SERTÃO, 1889, N°32). Através dos discursos que foram produzidos por esses dois meios de comunicação, podemos analisar que a população de Campina Grande ficou dividida entre os que apoiavam o Professor e os que não apoiavam, e não podemos descartar os sujeitos que ficaram avessos a esse assunto. Mas, nas duas abordagens é pregada a unidade de aceitação do público algo difícil de ter ocorrido, o próprio discurso dos dois jornais é uma prova que não houve coesão³⁴.

A prisão de Clementino Procópio corrobora com a lealdade citada pelos discursos fúnebres que ressaltavam a sua fidelidade ao partido que se filiou, principalmente ao juiz Antônio da Trindade Antunes Meira Henriques, ao qual o Professor seguiu até a morte do mesmo em 1911. Essa retidão aos laços políticos que adotara e o espírito combativo que assumira contra os rivais do seu grupo resultara na sua prisão e na frustração de planos ambiciosos que na boca dos opositores do educador se tornaram motivo de chacota, era comum em uma roda de conversa esse assunto ser ventilado e seguido de comentários desse tipo “E quem já esteve na cadeia pode ser deputado, perguntava um inocente? Porque não? Retruca outro; o vigário e o Espínola não estão cabalando por elle”? (JORNAL GAZETA DO SERTÃO, 1889, N°32). Esses comentários além de atingir o Professor buscava atacar os fomentadores que trabalhavam em prol de sua campanha, a detenção do futuro candidato gerou embaraço entre seus correligionários, que mesmo sabendo que os motivos que levaram a ser preso eram justificáveis para o grupo que pertencia.

³⁴ De acordo com Câmara (1949, p.69) havia dois grupos que defendiam seus interesses na cidade de Campina Grande, tais eles: Os conservadores e os Liberais. O primeiro era composto por sujeitos ligado ao comércio enquanto o segundo eram formado por “homens identificados à terra pela tradição”.

Mas, a prisão sempre ocasiona efeito negativo para aqueles que são retidos, quem continuaria trabalhando em favor da candidatura de um sujeito que esteve detido? Esse questionamento é levantado por razão do abandono da permanência do apoio eleitoral ao Professor e a preferência por lançar outra candidatura, foi o que de fato ocorreu no ano posterior, o próprio Vigário da cidade de Campina Grande saiu candidato e conseguiu vencer o pleito. A prisão frustrou as intenções do educador, mas, esse não agiria dessa maneira se não houvesse respaldo para isso, é tanto que sua estadia na cadeia não duraria muito tempo. A defesa dos interesses da principal liderança do seu partido o juiz Dr. Antônio da Trindade Antunes Meira Henriques, a qual, o Professor demonstrava gratidão pelos favores concedidos por este, demonstra que suas pretensões não poderiam ser superiores aos desejos do seu mentor, sendo assim, seu principal propósito era defender o líder conservador e manter todos os benefícios adquiridos desta relação³⁵.

Os eventos que o levaram à cadeia podem ser vistos enquanto atos de pouca maturidade de um sujeito que vislumbrava ascender politicamente na província da Paraíba. Todavia, era usado enquanto um escudo pelo juiz Antônio da Trindade Antunes Meira Henriques que queria a todo custo expulsar o Juiz de direito de Campina Grande. Algo que foi concretizado no ano de 1890, quando Dr. Austerliano Correia de Crasto foi transferido para outra comarca. E é justamente nesse ano que o educador vislumbrava se tornar Deputado provincial, na sua impossibilidade de se candidatar apoiou a campanha eleitoral do vigário (Monsenhor Sales) que, como já destacamos aqui, saiu vitorioso. Podemos pensar que a vida política do Professor só proporcionou inúmeros desafetos, mas, ao contrário disso, houve momentos que adversários se tornaram admiradores, esse foi o caso do presidente do Estado da Paraíba Álvaro de Machado³⁶. Com a mudança do regime político no Brasil de monarquia para república, os conservadores paraibanos, antes contra a mudança de regime, aderiram rapidamente ao novo regime, temendo perder os privilégios conquistados na monarquia. De acordo com Gurjão (2000, p.34) essa súbita mudança se dar em favor de cargos no novo governo, e para a manutenção dos grupos políticos que se formaram no período monárquico na Paraíba, os sujeitos que compunham tanto o partido conservador quanto o partido liberal permaneceram sua trajetória política, para Gurjão essa permanência evidencia o caráter

³⁵ Nomeação de Professor público da cidade de Campina Grande; promoção de Tenente a Capitão da Guarda Real; autorização para advogar mesmo sem diploma e atuar como subdelegado do município campinense entre outros.

³⁶ Nascido no município de Areia-PB em 5 de março de 1857, Álvaro Lopes Machado governou a Paraíba em duas oportunidades de 1892 a 1896 e de 1904 a 1905, falecendo em 1912.

continuísta da estrutura política paraibana existente na monarquia que prosseguira no regime republicano.

Essa tendência também foi seguida pelo Professor que acompanhou a decisão do Dr. Antônio da Trindade Antunes Meira Henriques, no qual o docente era correligionário político. Todavia, os ânimos políticos mudariam a partir de 1892 na Paraíba quando as duas antigas facções políticas da monarquia, liberais e conservadores, formariam os quadros do Partido Republicano da Paraíba e do Partido Autonomista. Esse último era formado por insatisfeitos da base política do ex-presidente da Paraíba, Venâncio Neiva³⁷ que acabara sendo destituído por Floriano Peixoto e em seu lugar foi nomeado Álvaro Lopez Machado, que compunha a antiga base do Partido Liberal. O novo presidente, buscando centralizar o seu governo buscou afastar de cidades importantes para sua administração opositores por meio de decretos, entre eles Clementino Procópio que não aceitara a remoção para a cidade de São João do Rio do Peixe imposta pelo governo em razão de possuir, em terras campinenses, outras atividades, que não permitiam que o mesmo deixasse a cidade, inclusive a direção do seu estabelecimento de ensino. O educador preferiu não se prender ao cargo e afrontou o presidente estadual com a emissão de um decreto.

Clementino Procópio baixou, também, um decreto nos seguintes termos: “o Professor público, vitalício da cidade de Campina Grande, resolve nesta data remover o Presidente do Estado Dr. Álvaro Lopes Machado, para igual cargo no Estado do Sergipe. Cumpre-se”. Meteu-o em um envelope de ofício e remeteu para o presidente, que em resposta, nomeou um Professor para o substituí-lo e não mais lhe pagou os vencimentos por alguns anos (PROCÓPIO, 1962, p. 22).

O decreto emitido pelo Professor não possuía nenhum valor institucional ou jurídico, porém, foi uma forma irônica de contestar a posição do presidente da província da Paraíba. O docente afastado da instrução pública permaneceria atuando na instrução privada. Porém, haveria reconciliação por parte do Presidente Álvaro Machado e Clementino Procópio apenas em 1896, ainda na administração do mesmo, em visita a Campina Grande a comitiva do presidente foi recepcionada pelos campinenses. Segundo Procópio (1962) não foi encontrado entre os correligionários do presidente na cidade um sujeito habilitado para discursar, percebendo essa falta, a cúpula de recepção ao presidente convidaria Clementino Procópio para discursar que prontamente aceitara o convite. Diante do histórico apresentado até agora,

³⁷ Nascido na Capital paraibana em 21 de julho de 1849, foi o primeiro a governar a Paraíba após a proclamação da república no Brasil em 1889 e se manteve no poder até 1891. Venâncio Neiva morreria em 1939 no Rio de Janeiro.

era imaginável que o Professor pronunciasse impropérios na sua oratória ao governante, todavia, não acontecera isso, o docente falaria em nome da cidade que o acolheu e promovera mudanças na sua vida. Em prol de melhorias, o educador discursou e até mesmo elogiara a administração de Álvaro Machado, o discurso deve ter passado uma boa impressão para o administrador, tanto que na volta à capital readmitiu o Professor público da cidade de Campina Grande também por intermédio de decreto³⁸.

A política constituiu uma face para Clementino Procópio que se diferencia das outras funções que o mesmo exercera, é através de sua participação nessa área que nos é apresentado um sujeito combativo que não mede as palavras ou as ações contra os adversários do seu partido, esse comportamento gerou para si alguns infortúnios, mas, também proporcionou benefícios. É através dessa participação na política que podemos conhecer um pouco das identidades que assumira ao longo da sua vida, e principalmente compreender os posicionamentos assumidos pelo educador que nos remonta a sua infância e juventude e a falta de interesse pela as atividades rurais. Na cidade de Campina Grande é observado a sua aspiração ao urbano³⁹ e as atividades que compõe essa região, por esse motivo seria contraditória pertencer a outro núcleo político na cidade que não fosse o do partido conservador composto por sujeitos ligados ao comercio e que na sua maioria também eram forasteiros no município. A participação em um grupo que compartilhava de opiniões semelhantes justifica sua interação e sua defesa.

2.3 Um Bacharel autodidata

Em Campina Grande, além da influência política que exercera, também militara no foro e essa atuação seria lembrada pelos discursos fúnebres dos jornais “Evolução” e “A União”, os dois veículos de comunicação exaltam a sua participação no direito com destaque às vitórias. O primeiro jornal afirmava “Ora, surgia no foro, o advogado eloquente, conquistando belos triunfos, em nossos auditórios, em prol de direitos postergados⁴⁰” enquanto o outro “iniciando se no foro como advogado talentoso, o Professor Procópio

³⁸ Reintegrado o cidadão Clementino Gomes Procópio, Professor público vitalício, do ensino primário, na cadeira do mesmo ensino da cidade de Campina Grande, ficando sem efeito a portaria de 16 fevereiro de 1893 pela qual foi removido da referida cadeira (JORNAL UNIÃO, 1896, N° 787).

³⁹ “No ultimo quartel do século, já se registra a importância da cultura algodoeira para o município campinense. A partir desta mercadoria, o espaço urbano de Campina Grande foi reorganizado em função da produção dessa matéria-prima na condição de ponto de confluência e articulação do sertão algodoeiro ao mercado internacional, via Recife”. (SILVA, 2000, p. 26)

⁴⁰ Evolução Jornal, ano 1, Campina Grande, 10 de junho 1935, número 8.

conseguiu seguidas vitórias⁴¹”. Os impressos dão visibilidade à atuação do Professor na área do direito e nos apresenta mais uma de suas faces mesmo que introdutória. Todavia, esses jornais não nos apresentam o cenário existente naquela época, proporcionando assim questionamentos sobre como Clementino Procópio conseguiria permissão legal para advogar? A resposta para essa indagação pode ser explicada pela conjuntura da época, era comum no século XIX que sujeitos que possuíam boa desenvoltura com as palavras e um bom conhecimento da legislação recebessem uma autorização do IAB⁴² para advogar, mesmo sem possuir o diploma, esses advogados ficaram conhecidos no Brasil enquanto rúbulas.

Os rúbulas surgiram no Brasil em razão das proporções continentais que possuía o território brasileiro, apesar de no século XIX existir faculdades de Direito nas províncias de São Paulo e Pernambuco. Muitas cidades sofriam com a falta de advogados para exercer a função no foro, Campina Grande não era isenta desse problema, e é por essa razão que conseguiria autorização para advogar, mas, para receber essa concessão, era necessário que um juiz local requisitasse ao IAB a permissão para exercer advocacia. Quem interviria em favor do Professor era o intendente de Campina Grande na época e também Juiz de Direito da cidade Dr. Antônio da Trindade Antunes Meira Henriques. A intervenção do magistrado surtiu efeito e o Professor “trabalhou no foro criminal, como advogado provisionado” (PROCÓPIO, 1962, P.20), as fontes infelizmente não nos permite destacar o tempo que esse atuou no direito, porém, o nome do educador aparece recorrentemente nas matérias do Jornal Gazeta do Sertão entre os anos de 1888 a 1891 prestando os seus serviços enquanto um advogado provisionado.

O último registro datado em que é apresentado enquanto advogado, se remete ao ano de 1903, e situa quanto ao número reduzido de profissionais do Direito existente em Campina Grande no começo do século XX. Só seis sujeitos⁴³ que residiam na cidade estavam habilitados pela IAB para advogar entre eles o Professor, dos demais apenas dois eram bacharéis, dessa maneira os rúbulas se apresentavam como alternativa para suprir a carência de catedráticos do direito, “para patrocinar postulações e defesas” (TERCEIRO NETO, 1999,

⁴¹ Jornal União, João Pessoa, 28 de Maio de 1935.

⁴² O Instituto dos Advogados Brasileiros é uma entidade formada por intelectuais que surgiu no ano de 1843, sua tarefa primordial era a criação da Ordem dos Advogados Brasileiros, que devido a impasses só surgiria em 1930. Por quase noventa anos o IAB foi o órgão que legitimou as ações dos profissionais do Direito e mesmo com a criação da OAB a entidade permanece ativa. Disponível: <http://www.iabnacional.org.br/institucional/historia-da-instituicao> Acesso em: 31/08/2016.

⁴³ Entre eles estavam os bacharéis Bento José Alves Viana e José Honorato da Costa Agra e os Rúbulas José Martins da Cunha, João Antonio Francisco de Sá, Clementino Gomes Procópio e Manuel Aureliano de Albuquerque Maranhão. Ver: (Silva Filho, 2005, p. 100).

p.203). Esse encargo o educador assumira sem titubear, mesmo possuindo um compromisso com a instituição de ensino que fundara, a qual ensinava e administrava, sem deixar de lado o magistério, exceto por algumas ocasiões em que era forçado a interromper as suas aulas devido às audiências para quais era requisitado. Apesar de serem constantes as interrupções ocasionadas pelo trabalho no foro, o educador soube conciliar os dois ofícios empregados. E através dessas atividades o discurso promoveria identidades diferentes para o sujeito, haja vista, de se tratar de profissões distintas que em alguns momentos da vida do Professor convergiram em relação ao assistencialismo promovido pelo mesmo, mas, esse assunto trataremos mais à frente. Por ora discorreremos os efeitos do ofício do foro na vida do preceptor radicado em Campina Grande, sabendo que os discursos fúnebres tanto do jornal “União” quanto do “Evolução” repercutem a morte de um “Professor” e não de um “rábula”.

O fato de uma identidade se destacar diante das demais nos discursos fúnebres não reflete a essência do sujeito. “Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado” (HALL, 2015, p.16), dessa maneira, o discurso se limita em algumas ocasiões a legitimar apenas uma identidade, sobre esse assunto, Foucault (2013, p.28) destaca que o discurso possui autoria, logo a opção por apresentar um sujeito múltiplo ou não fica a cargo de um autor ou no caso de um meio de comunicação de sua equipe editorial. É preciso analisar essas fontes impressas e fotográficas do sujeito pesquisado para podermos perceber alguns traços que nos apresentam influências ditadas, por exemplo: pela função de rábula. Sabemos que cada profissão possui um ethos particular que condiciona a maneira de se vestir e de se comportar no meio social, e a advocacia não seria diferente. Assim, mesmo exercendo um cargo provisionado, o Professor precisava se vestir e se comportar enquanto um advogado, tendo em vista que a função exigia isso dele. Mas é interessante pensar que nos momentos em que não era requisitado para exercer o ofício de rábula, havia uma publicização das prerrogativas profissionais nas indumentárias usadas pelo Professor.

Em uma época que uma simples fotografia não era algo casual, e os custos para fazer esse tipo de registro não permitiam que a prática fosse algo comum na vida cotidiana dos sujeitos, é de imaginar que havia toda uma preparação para a produção de um retrato pensando os pormenores, e o que a imagem buscava retirar daquela ocasião da família ou da pessoa que estava sendo fotografada. Diante disso, podemos constatar em uma imagem do educador com sua esposa Dona América o cenário em que o casal está sendo fotografado. À direita, o esposo encontra-se sentado em uma cadeira que aparenta ser de madeira, com as

mãos apoiadas nas pernas e os pés cruzados, enquanto a sua esposa está de pé à esquerda com o antebraço esquerdo apoiado na cadeira, e o plano de fundo contrasta com as roupas do casal. Segundo o historiador Nelson Schapochnik a posição do casal na fotografia era comum para os padrões da época “marido e esposa podiam se alternar na composição vertical da imagem (com um deles de pé e o outro sentado), como também apareciam dispostos lado a lado.” (SCHAPOCHNIK, 1998, p.481) O Professor é apresentado na imagem de terno, sapatos, camisa longa e gravata borboleta, além de outros acessórios que nos chamam atenção, no caso do acessório em formato de gilete e um anel que está na mão esquerda do mesmo.

Figura 1: Clementino Procópio e América Procópio e zoom dos acessórios



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco, ano inexistente

A princípio sob um olhar desatento imaginamos que o anel que o Professor está utilizando se trata de uma aliança, um dos motivos que nos faria pensar dessa maneira é a mão e a localização onde está o anel, na mesma mão em que a Dona América também ostenta o mesmo artefato circular. Todavia, se olharmos com mais atenção, observaremos que o anel usado pela esposa do Professor é diferente. O objeto circular que o educador está utilizando possui no seu centro uma pedra que aparenta possuir tonalidade vermelha, pelo fato da fotografia não ser colorida não podemos concluir qual é a cor exata. Mas, o artefato utilizado por Clementino Procópio é análogo aos anéis adquiridos pelos formandos a bacharéis de Direito. Sobre esse assunto, o advogado Talavera (2008) detalha que “o enorme anel de formatura com uma descomunal pedra vermelha cintilante é lugar comum entre os rábulas conservadores que ensejam a dar publicidade aos seus encargos⁴⁴”.

Supondo que o anel utilizado pelo Professor fosse realmente o mesmo artefato que os formandos recebiam em decorrência da conclusão do curso de Direito, como Clementino Procópio conseguiu esse artefato? Tratava-se de uma réplica? As fontes materiais não nos possibilitam evidenciar realmente o caráter da peça, todavia, podemos situar duas hipóteses prováveis para o acessório, a primeira é que realmente se tratava de um anel de Bacharel que poderia ser um presente do seu filho, Severino Gomes Procópio que se formaria em Direito na Faculdade do Recife e enquanto prova de gratidão presenteara o pai com a honraria. Mas, existe uma segunda possibilidade do artefato se tratar de uma réplica do original e ser uma peça usada pelo educador para chamar atenção, e dar notoriedade para sua imagem, tendo em vista que a fotografia é “intencional e culturalmente codificada, um instrumento de transposição, de análise, de interpretação e até de transformação da realidade” (DE PAULA, 1998, p.21), logo esse objeto não passaria despercebido pelas lentes fotográficas.

As possibilidades abordadas em relação ao anel utilizado por Clementino Procópio pode se tratar de uma mera especulação, formulada através da análise interpretativa de uma imagem. Todavia, é interessante ressaltar que a fotografia se apresenta no métier historiográfico enquanto uma fonte semelhante a um documento escrito que necessita ser interpretado para ser absorvida pela escrita do historiador que seleciona os pontos que farão parte da sua argumentação, além de investigar as intencionalidades que a imagem busca reproduzir. Diante desse cenário seria errôneo descartar as possibilidades que a fotografia possibilita pensar o artefato circular que o Professor estava utilizando, poderia se tratar apenas de uma aliança, uma hipótese que não pode ser descartada e nem confirmada, tendo em vista,

⁴⁴ Disponível em: <<http://www.paginalegal.com/2008/03/27/o-rabula/>> Acesso em 05/09/2016.

as diferenças de anéis usados pelo Professor e sua esposa. Essa diferença nutriu indagações que nos levam a tradição e a simbologia do uso do artefato nas cerimônias de formaturas “De acordo com os orientais, o anel de formatura deve ser utilizado pelo formando no dedo anular para atrair energia positiva, garantindo assim, reconhecimento profissional e prestígio⁴⁵”. O uso do acessório pelo educador buscava mostrar suas capacidades enquanto intelectual que mesmo sem um diploma conseguira da IAB a autorização para atuar enquanto advogado provisionado que naquela época impunha de considerável respeito.

A esse respeito, o que faria com que prestasse auxílio ao Juiz Municipal da cidade o Dr. Alfredo Deodato Espínola em algumas ocasiões. A sua presença foi vista pela imprensa campinense em certo momento enquanto desnecessária pelo fato do Professor não possuir as qualidades devidas para ser mentor de um juiz que era diplomado, como podemos ver abaixo:

Completamente ignorante da matéria, sem a menor prática da presidência do Jury, o sr. dr. Espinola errava quando procurava acertar; principalmente quando consultava ao auxiliar que tinha ao lado, e que fechou a escola para vir servir-lhe de Ciryneu. Aos jurados causou espanto que S. S., formado em direito, tendo na Promotoria um amigo, para vergonha de sua classe, conservasse a seu lado, quasi sempre, um indivíduo que, por lei, não tinha o direito de penetrar no recinto do tribunal, e que, sabendo de cor alguns termos do formulário, julga-se com capacidade para advogar e servir de mentor a S. S. (JORNAL GAZETA DO SERTÃO, 1888, N°15).

O caso judicial apresentado pela Gazeta do Sertão foi veiculado na seção “crônica judiciária” e o fato em questão ocorrera no dia 26 de Novembro de 1888. O acontecimento a ser julgado se tratava do assassinato de um sujeito identificado como Bartholomeu Francisco, os acusados pelo crime eram dois soldados que interceptaram o sujeito em uma de suas diligências e apreenderam uma faca. Esse insatisfeito buscou reaver a arma branca que tinha sido apreendida, a ação provocou seu assassinato, os dois soldados seriam presos e sentenciados a cumprir pena na cadeia pública. O ocorrido se sucedeu em 1885 e já tinha sido julgado em três ocasiões sempre com a punição dos soldados, tendo o advogado dos acusados incessantemente apelado pelo um novo julgamento. Nessa nova deliberação noticiada pela Gazeta do Sertão o Juiz de Direito de Campina Grande Austerliano Correia de Crasto que presidira as outras sentenças seria afastado e quem presidiria esse julgamento era o Juiz Municipal o Dr. Alfredo Deodato Espínola. O novo Juiz despertava a esperança da defesa de

⁴⁵Disponível em: <<http://formatura.com.br/dicas-de-formatura/202/a-importancia-do-anel-na-formatura.htm>> Acesso em 07/09/2016.

absolvição de seus clientes, Mas, o que ocorrera foi novamente a condenação dos sujeitos, sendo que dessa vez o advogado teria motivos suficientes para pedir anulação do julgamento.

Segundo o discurso produzido pelo jornal Gazeta do Sertão, que apresentamos um trecho, o Juiz Alfredo Deodato Espínola desconhecia a matéria e por esse motivo convocara seu amigo Professor e advogado provisionado a comparecer ao auditório para auxiliá-lo na questão. Analisando o discurso do impresso é necessário observar o que está além do texto ou atrás da máscara que esconde o rosto e suas intenções com que está sendo produzido. É necessário lembrar que os sujeitos que estão sendo questionados pelo o impresso são opositores políticos do grupo que é proprietário do jornal. Dessa maneira existe a tentativa do meio de comunicação campinense de apresentar uma autoridade local enquanto um sujeito incapacitado que não possui competência para presidir um júri, a qual se qualificou através de longos anos de estudo, como este poderia exercer sobre a política de Campina Grande alguma representação? Esse seria o questionamento levantado pelo discurso do Jornal Gazeta do Sertão que nutria o desejo de desqualificar as ações do Juiz que era ligado ao grupo Conservador. Todavia, o impresso não atenta para a inexperiência que era comum aos juízes municipais que “eram nomeados entre bacharéis com um mínimo de um ano de prática no foro judicial para períodos de quatro anos” (NASCIMENTO, 2013, P.1) com a possibilidade de renovação dos contratos por mais quatro anos, quando estes não eram promovidos a Juiz de Direito.

As fontes não nos permitem destacar o ano da posse do Dr. Alfredo Deodato Espínola ao cargo de Juiz Municipal em Campina Grande. Mas, as circunstâncias que o levaram a chamar Clementino Procópio para exercer a função de promotor no julgamento dos dois réus acusados de matar Bartholemeu Francisco, sustenta a hipótese do Juiz Municipal não possuir experiência para presidir o Júri. Por essa circunstância convidaria o Professor para servir de auxiliar nesse caso, os motivos para esse convite era o período de atuação de Clementino Procópio, desde o início da década de 1880, ele exercia a função de rábula, sendo sua especialidade a área criminal, essas qualidades tornavam sua presença importante para o Juiz Municipal que necessitava de experiência. Todavia, a participação do educador ocupando a cadeira de promotor seria alvo de críticas por parte da Gazeta do Sertão que colocaria em cheque o diploma do Dr. Alfredo Deodato Espínola, além de desqualificar o Professor por não ser dotado de um diploma. As acusações do impresso em partes eram acertadas, o preceptor não poderia atuar enquanto promotor pelo fato de não apresentar qualidades legais para estar à frente desse cargo, mesmo que interinamente, já que a autorização do IAB permitia que o

Professor apenas atuasse no foro enquanto um advogado provisionado, logo esse possuía direito legal de penetrar no recinto diferente do que foi evidenciado pelo jornal, o que não podia era exercer a função a que foi requisitado pelo Juiz Municipal.

Apesar das críticas, a presença do educador nesse julgamento teria sido decisivo segundo o Jornal Gazeta do Sertão para evitar um desastre maior, já que a maneira em que o Juiz Municipal estava conduzindo a apreciação do caso provocou no júri uma má interpretação do fato. Os réus novamente seriam condenados por assassinato, mas a pena de reclusão seria diferente, dessa vez o cúmplice seria condenado há mais tempo de prisão do que o executor. A “condemnação não foi publicada por haver entrado seu Professor no tribunal e o ter prevenido do desastre” (JORNAL GAZETA DO SERTÃO, 1888, N°15). E é dessa maneira que encerra esse acontecimento sem um veredito final, um novo julgamento haveria de ser marcado, e esse caso não seria solucionado pelo menos nessa ocasião.

No dia posterior, precisamente no dia 27 de Novembro de 1888 é relatado pela mesma crônica judiciária que novamente o Dr. Alfredo Deodato Espínola presidiria mais uma vez um Júri, mesmo depois dos acontecimentos do dia anterior. Tratava-se de um novo caso envolvendo 18 réus envolvidos em um assassinato e um ferimento a uma pessoa, esses acontecimentos se deram em Mulungu, desses envolvidos sete iriam ser julgados em Campina Grande. A princípio quem iria julgar esses sujeitos era o Juiz de Direito Austerliano Correia de Crasto, que abdicara por estar “sentindo-se encomodado, e prevendo que não poderia resistir o trabalho ininterrompido de 2 ou 3 dias, passou a jurisdição ao municipal para encarregar-se deste julgamento” (JORNAL GAZETA DO SERTÃO, 1888, N°15). Ao receber o ofício para presidir um novo júri o Juiz Municipal ameaçou não aceitar a presidência por circunstâncias dos eventos que culminaram no cancelamento de um julgamento nos últimos trâmites. Mas, segundo a Gazeta do Sertão o Dr. Alfredo Deodato Espínola foi obrigado a aceitar a dirigir o julgamento, pelo fato de haver interesse particular do seu amigo o Dr. Antônio da Trindade Antunes Meira Henriques pela absolvição de três réus que tinham enquanto advogado Clementino Procópio.

De acordo com a Gazeta do Sertão existia um ambiente para que estes réus fossem absolvidos, isso se não fosse o Juiz Municipal que ainda estava sobre o efeito do acontecimento do dia anterior. Segundo o mesmo impresso campinense o aspecto do Dr. Alfredo Deodato Espínola não era um dos melhores e aparentava estar fazendo um enorme sacrifício se fazendo presente na presidência do Júri. É por esse motivo que o mesmo cria um pretexto para adiar o julgamento, a alegação do Juiz é que não havia os despachos essenciais

para o julgamento e nem tão pouco as testemunhas necessárias. Essa decisão desagradou Dr. Rego Melo, advogado de alguns réus que afirmou que:

O pretexto da falta de despacho era fútil, porque elle estava com os autos, a pena e a cadeira de juiz de direito era mesmo para, proferir despachos, que fossem necessários; salientou que os réos se achavam presos ha mais de um anno e procurava-se propositalmente procrastinar o julgamento, (JORNAL GAZETA DO SERTÃO, 1888, N°15).

A alegação do Dr. Rego Melo de que o Dr. Alfredo Deodato Espínola estava com todos pré-requisitos para julgar os réus, são legítimas. Todavia, o mesmo não estava se sentindo bem para presidir, mesmo havendo interesses do grupo político que o juiz fazia parte, esse não foi capaz de julgar outro caso, um dia após o julgamento fracassado dos acusados de matar Bartholomeu Francisco. Logo esse não agira propositalmente com intuito de prejudicar nenhum dos sujeitos que iriam ser julgados e sim para se resguardar das críticas dos seus opositores, pois um novo deslize poderia ser fatal para sua carreira no judiciário. Essa manobra do Juiz Municipal, além de desagradar os demais advogados envolvidos, deve ter gerado insatisfação por parte do Dr. Antônio da Trindade Antunes Meira Henriques que contava com a decisão de seu correligionário para absorver alguns de seus aliados. Após esse acontecimento Dr. Alfredo Deodato Espínola deve ter prestado esclarecimentos ao líder político do partido conservador na província da Paraíba, tendo em vista que o cancelamento poderia fazer o Juiz de Direito da comarca de Campina Grande reassumir a presidência do júri, tornando a absolvição dos réus advogados por Clementino Procópio mais difícil. Tendo em vista a relação conflituosa do Professor com o magistrado no campo da política que se estenderia para os auditórios campinenses.

Mesmo na área do Direito, Clementino Procópio estava sob a influência do Dr. Antônio da Trindade Antunes Meira Henriques, pelo fato deste ter conseguido através do seu prestígio a autorização para o Professor advogar junto ao IAB. Logo o preceptor ficava a disposição para defender os assuntos de interesse do seu mentor político quando era requisitado, não seria diferente no caso dos três réus que o juiz da capital nutria interesse pela absolvição e que prontamente o Professor assumira a defesa dos acusados. O foro também se tornou um ambiente propício para os embates entre Clementino Procópio e o Dr. Austerliano Correia de Crasto. Nesse sentido, os primeiros exemplares da Gazeta do Sertão já nos apresentam alguns registros destacando um incidente relacionado à insistência do educador para que os documentos recebessem as assinaturas do Juiz de direito que eram necessárias

para dar seguimento nos processos, o problema era o horário que o rábula procurava o juiz para assinar essas papeladas, constantemente depois do fim do expediente.

Ha dias tem sido importunado o Dr. Austerliano, com petições a despachar, por pessoas do referido Professor Clementino, a horas inconvenientes, como sejam as do jantar e depois de fechado o expediente; e não obstante as tem elle despachado. Na terça-feira, repetiu-se a mesma scena, sendo, porem, autor o próprio Clementino, que, encontrando aberta, uma das janellas da salla da frente, a ella imprudentemente recostou-se esperando que o Dr. Austerliano terminasse o seu jantar. (JORNAL GAZETA DO SERTÃO, 1888, N°2).

As atitudes tomadas por Clementino Procópio foram difundidas enquanto uma afronta ao Juiz de Direito pela Gazeta do Sertão, divulgada em uma pequena nota do impresso intitulado “É grave”. A intenção do meio de comunicação era pedir as autoridades paraibanas mais atenção para os constantes eventos de desacatos sofridos pelo Dr. Austerliano Correia de Crasto que representava o poder judiciário campinense, ocupando um cargo que simbolizava autoridade. As designações que a sua ocupação atribuíam no cenário de Campina Grande demonstrava que o magistrado era desprovido de segurança por parte da força policial da cidade que fazia vistas grossas as denúncias do Juiz quanto as permanentes perturbações a sua residência. O impresso apela ao governo paraibano que demita o Major Ursulino que era conivente com as ações contra o Juiz de Direito. O impresso ainda questiona se o Dr. Austerliano Correia de Crasto tivesse saído nessa ocasião, o que teria acontecido? E aponta que provavelmente o magistrado teria destemperado se tivesse havido o encontro, já que nas outras oportunidades não era o Professor que estava indo a sua residência pessoalmente e sim pessoas o representando “Felizmente foi esta evitada, por não ter apparecido o Dr. Austerliano, mas seu irmão, que despediu o importuno observador” (JORNAL GAZETA DO SERTÃO, 1888, N°2). Se não fosse o irmão do juiz, a Gazeta do Sertão aponta que alguma coisa ruim teria acontecido pelo motivo de Clementino Procópio está acompanhado de outros sujeitos.

Embora as circunstâncias pesem contra Clementino Procópio, é necessário analisar as intencionalidades do discurso produzido pela Gazeta do Sertão, como já destacamos ao longo desse trabalho o jornal campinense pertencia a um grupo político aliado as posições do Juiz de Direito, logo esse assumiria em algumas oportunidades a função de escudo do magistrado. Como não possuímos outras fontes que nos propicie obter outro olhar para esse evento, precisaremos então apresentar informações que nos forneçam mirar outros horizontes para os

discursos produzidos pelo meio de comunicação de Campina Grande. Apesar da Gazeta do Sertão enfatizar que a pretensão do Professor era realmente provocar uma situação constrangedora, evidenciando que isso teria sido pronunciado em público pelo o mesmo, não sabemos se o Professor realmente teria esse intuito. Tendo em vista que nessa época o preceptor acumulou múltiplas funções, além de atuar enquanto Professor da Escola São José, a qual era fundador e administrador, tinha acabado de incorporar os quadros públicos do magistério paraibano. Como destacamos anteriormente o preceptor era ativo no meio político campinense e provincial. O Direito então se apresentou enquanto uma nova incumbência que representava mais uma parcela do tempo para o educador, em razão do trabalho no fórum é que esse em alguns momentos foi obrigado a faltar aos seus deveres enquanto um preceptor, para defender as causas de seus clientes.

Com tantas ocupações o dia se tornava curto, poderia ser esse o motivo de Clementino Procópio “importunar” o Juiz de Direito à noite? Essa seria uma das possibilidades plausíveis que em nenhum momento a Gazeta do Sertão faz referência em seu discurso, pois o seu intuito era mostrar o Professor enquanto um sujeito desviante da ordem que desacatava uma autoridade que representava o poder da justiça em Campina Grande. Não era o intuito do impresso apresentar outras possibilidades para esses eventos, o seu objetivo no entanto, era o de dominar as ações dos leitores reduzindo “a uma só figura todas as coerções do discurso: as que limitam seus poderes, as que dominam suas aparições aleatórias e as que selecionam os sujeitos que falam” (FOUCAULT, 2013, p.35). A Gazeta do Sertão induzia os seus leitores a se posicionar contra o Professor, era essa a intenção do jornal, pois se houvesse o propósito de apresentar todos os fatos dando espaço aos dois lados uma melhor interpretação dos eventos seria construída pelos consumidores do impresso, mas, esse não era o desejo do meio de comunicação campinense, pois no seu discurso deveria haver intencionalidade que repercutisse nos feitos do Professor um ato de desacato contra o juiz.

O envio de documentos à noite para a residência do Juiz de Direito após o encerramento do expediente para ser despachado era inconveniente e o Professor possuía essa noção, em outras ocasiões o mesmo enviava emissários quando necessário. Apesar da relação conturbada entre os dois sujeitos o assunto que levava Clementino Procópio até a casa do Dr. Austerliano Correia de Crasto deveria se tratar de um documento importante, infelizmente a Gazeta do Sertão não situa de que se tratava o assunto. O que podemos observar é que havia necessidade de um despacho imediato, se o assunto não merecesse importância o rábula não teria se deslocado até a casa do juiz e sim teria feito igual às outras ocasiões. Todavia, é a

presença do Professor que incomoda no discurso da Gazeta do Sertão e não que o Dr. Austerliano Correia de Crasto teria criado um precedente por despachar os documentos que eram levados pelos emissários do educador. Se desde o início o juiz não tivesse deliberado os papéis que eram enviados, era provável que o preceptor não procedesse da maneira que foi narrada. A ida do Rábula até a casa do magistrado daria um motivo para a Gazeta do Sertão produzir uma abordagem que gerasse para o seu público a percepção de desacato, incitando que objetivo real dessa afronta era “recomeçar as lutas de Campina⁴⁶”. O clima entre esses sujeitos já não era bom, desde a chegada do Juiz de Direito a Campina Grande, já havia embates e se acirraria ainda mais nos últimos anos que precederam a transferência do Juiz para outra comarca, essa relação conflituosa ganharia evidência através do surgimento do primeiro impresso campinense que relataria alguns eventos que envolvia esses dois.

A diferença visualizada no registro feito pela Gazeta do Sertão não é tanto do objeto ou do domínio e sim do ponto de ataque de perspectiva e de delimitação do que seria publicado, uma visita de um emissário não merecia um relato, pelo fato de se tratar de um intermediário enviado por quem de fato era o interessado, pois para a divulgação da notícia como foi evidenciado era necessário à presença de um sujeito que possuía atrito com o magistrado. Clementino Procópio se apresenta então na narrativa do impresso enquanto esse sujeito que já possuía um histórico de divergências com o Juiz de Direito de Campina Grande, e por esse motivo o jornal se viu interessado em produzir um discurso sobre este evento ocorrido na casa do Dr. Austerliano Correia de Crasto, pelo fato de já haver a pouco tempo um processo instaurado contra o Professor emitido pelo magistrado em circunstância de calúnias que foram veiculadas pelo Jornal O Conservador da capital da província da Paraíba no ano de 1887 que teriam sido redigidos pelo rábula.

É importante salientar que o responsável por julgar os autos contra o educador era o próprio Juiz de Direito de Campina Grande, dessa maneira a condenação se tornava quase certa e é por essa razão que ele se desloca para Recife montado em um lombo de um cavalo no ano 1888 para requerer um Habeas-Corpus no Superior Tribunal, que na época a província da Paraíba pertencia a essa jurisdição. Se utilizando do artifício de ser rábula, o Professor fez a sua própria defesa e foi bem sucedido. “Conseguindo através de um acórdão que o juiz fosse afastado do processo e responsabilizado pelo que ocorresse se insistisse em continuar à frente da ação penal (TERCEIRO NETO, 1999, p.203). Essa sentença foi lavrada em primeiro de

⁴⁶ Ver: JORNAL GAZETA DO SERTÃO, 1888, N°2.

Agosto de 1888⁴⁷, e em 7 Setembro do mesmo ano foi publicado as ações consideradas enquanto desacato por Clementino Procópio, logo a intenção do impresso era demonstrar para seus leitores conhecedores do assunto que o magistrado continuava sendo alvo do Professor na produção do seu discurso.

Os discursos que analisamos até agora na sua maioria foram veiculados pela Gazeta do Sertão e apontam que o Direito foi utilizado pelo Professor como uma ferramenta que o ligava a política local e em defesa dos interesses dos seus correligionários, fomentando atritos com sujeitos considerados adversários políticos. Essa seria a conclusão retirada das abordagens que evidenciamos até o momento. Mas, o trabalho no foro não se resume apenas a relação política do educador, é nesse cenário que surge o Clementino Procópio que segundo (PIMENTEL, 2011, p.46) “advogava de graça, pagando do seu bolso até custas aos desgraçados que, como Amélia do serrote, recorriam ao seu espírito bondoso”. Esse relato corrobora com os discursos que foram promovidos referentes à morte do educador, é importante situar que esse tipo de ação ocorreu em algumas ocasiões em que o preceptor se solidarizou com o pedido dos sujeitos que não possuía nem um tipo de condição financeira para arcar com os procedimentos jurídicos.

E quem era essa Amélia do Serrote que Clementino Procópio defendera? E que crime ela cometera? A mulher em questão se tratava de uma prostituta que encontrara no seu caminho um ex-cangaceiro do grupo de Antônio Silvino e João da Banda. Ele vivia em Campina Grande há algum tempo não se metia em confusão. O sujeito se chamava José Maria de Oliveira conhecido enquanto Serrote, e o destino infelizmente colocaram frente a frente essas duas almas. Serrote e seu espírito de cangaceiro se meteria novamente em um tumulto espancando Amélia Mendes, esse não esperava que dessa ação recebesse um beijo⁴⁸ mortal dado por uma mulher que buscava se defender das mãos que a socavam. É devido à morte de Serrote que ela recebe a alcunha de Amélia do Serrote. O assassinato representava uma ação de legítima defesa, porém, a acusada era uma mulher que vivia as margens da sociedade e ninguém se importaria que ela fosse presa e ficasse um bom tempo detida. Era necessário apelar pela caridade de algum sujeito que se compadecesse de seu drama, é nessas circunstâncias que surge o educador para amparar-la. “No Júri, Clementino em sua defesa “disse que aquela mulher deveria ser premiada com medalha de ouro por ter tirado um mostro

⁴⁷ Essa informação foi retirada do Livro “Meu depoimento: Revolta de Princesa e Revolução de 1930”, publicado em 1964 de autoria de Severino Gomes Procópio.

⁴⁸ O beijo é uma analogia feita por Cristino Pimentel sobre a punhalada que Amélia Mendes efetuou em Manoel Serrote com uma arma branca. Ver: (PIMENTEL, 2011, P.46)

que vinha tirando a tranquilidade da sociedade campinense.”” (ANDRADE, 1998, p. 19). O júri absorveria a mulher e esta ficaria grata ao rábula pelos serviços prestados.

Sobre esse caso infelizmente as fontes não situam em que ano ocorrera o julgamento ou assassinato, mas, pelo relato do cronista Cristino Pimentel esses eventos se sucederam no século XX. Esse tipo de procedimento adotado por Clementino Procópio no século XX, seria recorrente, é por esse motivo que se faz necessário discutir os discursos que foram produzidos sobre o Professor enfatizando essas ações de “generosidade” por meio das abordagens fúnebres. Mas, esse assunto não cabe a esse tópico, que buscou levantar questionamentos perante a identidade do Rábula nos discursos que foram fabricados pelas fontes que discutimos, e através destes registros percebemos que o Direito proporcionara não só prestígio e reconhecimento a Clementino Procópio, mas, sim uma nova face que foi assimilada através do ofício que era exercido, tendo influência nos vestuários que eram utilizados, até os modos de se comportar em certas ocasiões. Esse trabalho também gerou frutos, se o educador não foi bacharel, o seu filho Severino Gomes Procópio se graduou na faculdade de Direito de Recife, tendo também um neto Clóvis Cavalcante Procópio que na Década de 1940 se tornara promotor em Campina Grande. Esses exemplos ressaltam a relevância que o Direito assumiu na vida do rábula.

Ao longo desse capítulo, pude analisar algumas identidades de Clementino Procópio que foram produzidas pelas matérias póstumas, que descreveram através dos seus discursos um sujeito multifacetado. No próximo capítulo, visualizaremos o sujeito Clementino Procópio não mais pelos periódicos, mas pela ótica de alguns de seus ex-alunos, é por isso que analisaremos os discursos que foram produzidos pelos cronistas e memorialistas, referentes às práticas e as experiências educativas implantadas dentro e fora da sala de aula por Clementino Procópio.

3 CAPÍTULO 2: UM EDUCADOR SOB A LENTE DOS SEUS DISCÍPULOS

A palavra do mestre é a luz que, do alto, rola d'alma na escuridão, pondo-a linda e risonha... E, dela, a Glória vem, dela surgem, da escola, Astros cujo esplendor cai sobre o mundo e o enfronha! ...É a fonte donde emana o sublime, o perfeito: O riso da Bondade, o gládio do Direito, a Razão, a justiça e a poesia, a cantar! ... (LUNA, 1997, p.64).

Será que todos os pais a porta da escola dizem ao filho “Coragem para luta” ou só Sérgio⁴⁹ teve a oportunidade de ouvir esse conselho de seu pai? Decerto em algumas ocasiões precisamos ouvir de nossos progenitores alguma palavra de incentivo para nos manter firme nos nossos intentos. Todavia, alguns gestos de sinceridade, semelhantes ao gesto do pai de Sérgio, são salutares para o desenvolvimento do sujeito, pois é difícil adentrar em um ambiente que nunca frequentamos. Lembro a primeira vez que fui à escola, eu era bem mais moço que o personagem de Raul Pompéia, tinha por volta dos cinco anos, hoje as crianças começam sua vida escolar ainda mais cedo. Recordo que estava animado para o meu primeiro dia de aula, porém, tudo mudou quando adentrei ao prédio da escola, vi muitas crianças que eu não conhecia, era estranho, pois eu não tinha muito convívio com outras crianças já que minha maior interação era com meu irmão e minha mãe que tinha ido me deixar na escola e não poderia ficar comigo para enfrentar aquilo juntos. Quando ela foi embora algumas lágrimas brotaram no meu rosto, tive vontade de correr ao seu encontro e voltar para o meu lar onde eu estava habituado. Com o tempo fiz amizades e logo a escola se tornou um espaço amigável e ao mesmo tempo cheio de desafios, já que é na escola que somos apresentados ao convívio social com os demais sujeitos, e é também nesse espaço que aprofundamos nossos laços hierárquicos construídos através da relação do discente com o docente.

É através desses laços hierárquicos que construímos algumas admirações, lembro que do pré-escolar a quarta série a personalidade que me chamava atenção no colégio que estudava era a da diretora Neta, pela maneira com que ela geria o espaço que era responsável, a sua presença passava segurança para os discentes e docentes. Sempre estudei em escola pública e a presença de uma diretora “linha dura”, e que não tinha medo de bater de frente com alguns sujeitos que na própria comunidade “representava temor”, chamava atenção, até parecia que esses sujeitos a respeitavam e evitavam ficar em frente do portão do colégio

⁴⁹ É um personagem da obra “O Ateneu” do escritor Raul Pompéia, a trama se passa em um colégio interno em meados do século XIX no Brasil. Esse trabalho foi publicado pela primeira vez em 1888 seriado na Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro.

quando ela estava presente. Até hoje eu nunca vi um gestor agir dessa maneira, talvez essa tenha sido a mesma impressão construída por Sérgio perante Aristarco diretor do Ateneu. Existem similaridades, mas, as épocas são diferentes, enquanto eu produzo uma narrativa do começo da década de 1990, o escritor Raul Pompéia produz um ambiente ficcional, porém, verossímil atmosfera escolar existente no século XIX. Essa distância temporal produz inúmeras diferenças, tanto nos modelos educacionais adotados nessas diferentes épocas quanto nas metodologias aplicadas, porém, a relação de empatia do docente com o discente parece similar.

O educador nessas duas narrativas aparece através da lente dos discentes, sendo este alvo constante da produção discursiva dos mesmos, por estar cotidianamente próximo dos sujeitos que o observam. A familiaridade despertada dessa relação é culminante para produção destes discursos, é por isso que Aristarco e Neta aparecem nessa narrativa, mesmo após ter se passado anos do tempo que conviveram mais intensamente, mas permanecem na memória dos sujeitos que outrora focalizaram suas lentes para estes docentes.

Nesse sentido, em Campina Grande, o Professor Clementino Procópio se destacou por despertar em seus alunos o desejo de escrever algumas considerações sobre a época em que os mesmos frequentaram os bancos do colégio São José. A título de exemplo, temos as recordações de um de seus alunos, cujo nome não é expresso pelo artigo que foi publicado pela revista *Manaíra*⁵⁰, nessa escrita existem traços nostálgicos sobre os medos e inseguranças de ir à escola pela primeira vez e de se “desgarrar” dos braços dos pais, semelhante ao que eu e Sérgio vivenciamos. Sobre esse processo transitório ele narra da seguinte maneira:

A minha matricula no Colégio São José, a 6 de janeiro de 1917, quase escrita com as tintas dos meus olhos lacrimosos, fés-se pensar que dali não poderia nunca mais avistar os meus saudosos pais, desilu-me rever, ainda aqueles campos de minhas pueris diversões e não iria jamais bater nas aguas barrentas do Araçagi. (REVISTA MANAÍRA, 1949, Ano-X).

O Colégio do qual o estudante narra, o São José, era administrado pelo Professor Clementino Procópio, que assumia a responsabilidade de gerir o ambiente escolar, e de ser o

⁵⁰Essa magazine foi “fundada na cidade de João Pessoa, no ano de 1939, foi transferida para Campina Grande, no ano de 1948, devido a iniciativa do industrial campinense José Marques de Almeida, dono da Indústria Têxtil Marques de Almeida. Bimestral, seu primeiro número campinense saiu em outubro/novembro daquele ano. Com o fim da *Revista Manaíra*, em 1951, com a justificativa da falta de patrocinadores”. (GAUDENCIO, 2014. p.264)

único a lecionar nessa instituição, era à época dos Mestres Escolas.⁵¹ Mas, não foi só nesse ambiente que os jovens do interior paraibano tiveram a oportunidade de ter contato com este mestre, o mesmo ensinara na iniciativa pública e também atuara enquanto Professor do Grêmio de Instrução de Campina Grande. Todos os alunos que dividiram seus espaços com esse educador e conquistaram destaque regional ou nacional possuem em suas biografias a citação que foram alunos do mesmo.

As produções discursivas feitas pelos alunos de Clementino Procópio perpetuaram uma identidade que mesmo após cem anos da morte do antigo mestre, com dificuldade, permanecem vivas. São os escritos dos discípulos que na atualidade possuem mais fácil acesso que legitimam uma face que o mesmo gostaria de ser lembrado que era enquanto Professor. Nesse capítulo, o objetivo é discutir as narrativas dos cronistas e memorialistas acerca das práticas e experiências educativas desse sujeito. As fontes que iremos trabalhar nesse capítulo tratam em sua maioria de testemunhos considerados para Borges (2010) enquanto puros, ou seja, aqueles depoimentos narrados por pessoas que conviveram ou conheceram o sujeito, a exemplo de familiares, amigos, e no caso que estamos estudando, os alunos. É através desses relatos que poderemos adentrar a sala de aula do referido educador para compreendermos a maneira pela qual o mesmo se comportava perante o seu alunado. É com intuito de abordar como se dava essas práticas no ambiente escolar que iremos analisar os discursos produzidos pelos cronistas da cidade Campina Grande sobre o Professor e sua relação com os alunos em sala de aula, observando as práticas educativas do docente para manter o controle tanto da classe, como do seu estabelecimento de ensino.

3.1 Um Educador em foco

O Professor Clementino era um homem que prestou grande colaboração a esta cidade como educador. Várias gerações passaram pelo seu colégio: Argemiro Figueiredo e outras pessoas de representação na cidade. O Professor era também advogado (rábula), com autorização para advogar no fórum local, latinista, contando com larga cultura humanística e tinha uma grande autoridade sobre os seus alunos, e ex-alunos e na cidade. (TEJO, 1984, p.9).

⁵¹ Era um docente que assumia sozinho o ensino de um grupamento de alunos de diferentes níveis de escolarização, era uma prática comum desenvolvida pela educação brasileira, no século XIX e começo do XX. Ver: LAMARÃO, 2011, p.29.

Ao chegar em Campina Grande em 1877, diversos olhares focaram suas lentes para o novo forasteiro. Apesar da cidade ter recebido um número considerável de migrantes naquele ano, o sujeito que chegava montado “no lombo de um burro e tangendo outro com modesta bagagem” (TERCEIRO NETO, 2002, p.108) deve ter gerado na população campinense algum tipo de curiosidade. Quem é esse homem? De onde vêm? Qual será o seu destino? E outras especulações que muitas vezes fazemos quando avistamos algo que para nós é desconhecido. Para aqueles que observavam a chegada daquele sujeito que possuía baixa estatura seria difícil de imaginar que o mesmo conquistaria respeito e autoridade naquele lugar. Apesar das várias funções que Clementino Procópio exerceu em Campina Grande ao longo de sua vida, e que apontamos algumas dessas atividades nas páginas do capítulo anterior, foi na educação que o mesmo conseguiria “alavancar” os seus feitos para os anais da história campinense.

Campina Grande, em 1877, era uma cidade que ainda possuía ares de vila, tendo em vista que o processo de emancipação de Campina Grande deveu-se a conjuntura política local. De acordo com Silva (2000, p.19) os interesses de proprietários rurais com influência política na província da Paraíba se sobrepujaram diante das condições oferecidas pela nova cidade do interior que só possuía quatro ruas no momento de sua elevação e não preenchiam as determinações inerentes para esse processo. Contudo, houve a elevação em 1864, e dessa data até 1877 pouca coisa tinha mudado na nova cidade: sua economia permanecia dependente do comércio de produtos agrícolas, tendo a sua feira local enquanto um propulsor para a circulação desses produtos na região. Mas, é devido à seca que assolou a área que hoje engloba o Nordeste e castigara o Sertão paraibano que a mesma iniciara o seu processo de desenvolvimento, tendo a política local participado ativamente para adquirir os benefícios assistencialistas advindos do império para poder manter a demanda de migrantes que se refugiaram em Campina Grande. Com essa demanda financeira, algumas obras estruturais para a cidade foram desenvolvidas, como já relatamos no primeiro capítulo tendo em vista manter os refugiados da seca ativos produtivamente, afastando os mesmos da ociosidade que poderiam levar esses sujeitos a atentarem contra a ordem social.

É nesse cenário que Clementino Procópio se apresenta, segundo o historiador paraibano José Octavio de Arruda Mello, enquanto um Heterodoxo do progresso e “é sob este ângulo que o perfil do velho mestre se encontra bem esboçado, correspondendo seus passos à dinâmica de uma época de clara transição “rurbana”” (MELLO, 1978, P.314), que a cidade de Campina Grande iniciava. Havia nesse processo transitório a necessidade de se promover melhorias para o desenvolvimento urbano, com isso a gestão municipal buscando suprir as

ausências existentes na nova cidade, foi em busca dos benefícios que o governo imperial promovia para as localidades que recebessem os refugiados das secas. Mesmo Campina Grande sofrendo com a estiagem que abalava o sertão paraibano, a mesma serviu de refúgio para muitos retirantes que encontraram naquele lugar uma nova morada. Com a ajuda financeira advinda do império, as terras campinenses foram “invadidas” por emigrantes, na sua maioria formada por pessoas carentes de recursos, todavia, entre esses refugiados se encontravam intelectuais e pequenos comerciantes que também percorreram o caminho que levava a nova cidade que se localizava no alto do planalto da Borborema. Esses sujeitos “sanariam” algumas das necessidades que aquele local carecia, esse seria o caso de Clementino Procópio que “supriria” a urgência de educadores e de instituições de ensino, fundando no ano de 1878 a escola São José.

Na época, a cidade tinha apenas duas escolas primárias: uma masculina e outra feminina. Segundo o relatório, os pais reclamavam da qualidade do ensino e começaram a matricular os filhos em salas de aula privadas, que surgiram a partir de 1878. (JORNAL DA PARAÍBA, 2014, Fascículo 5, p.3).

A escola inaugurada em 1878 seria a primeira instituição de ensino privado da cidade de Campina Grande. Devido a qualidade do ensino que estavam sendo ofertada pelas cadeiras isoladas naquela época na nova cidade, muitos pais preferiram pagar para colocar seus filhos na escola recém inaugurada, acreditando que a nova casa de instrução oferecesse uma melhor condição de ensino para seus filhos. Tendo em vista, a qualidade do aprendizado que estava sendo ofertada pela instrução pública, o educador pernambucano obteria êxito na empreitada de seguir atuando no magistério, profissão que já vinha exercendo desde e o Distrito do Batalhão (Atualmente Taperoá). De acordo com Andrade (1998, p.20) a aula inaugural da instituição educacional ocorreu em 5 de Julho de 1878, porém existe um desencontro nas fontes no que concerne a localização da escola. Comumente é apontado por algumas fontes⁵² que a instituição se localizava na atual Rua D. Pedro I onde hoje funciona o quartel do batalhão da polícia. Todavia, essa instituição só foi transferida para esse espaço em 1910, quando o Professor decidiu construir um prédio que abrigasse estritamente o empreendimento educacional, já que antes o preceptor ministrava suas aulas na sua própria residência. Logo, a escola São José possivelmente funcionou por alguns anos, em algum lugar do atual centro da cidade de Campina Grande, pois o Professor só adquirira a propriedade que ficaria conhecida na localidade como Vila América em 1898. De acordo com Procópio (1962, p. 22) o seu pai

⁵² ANDRADE, 1998, p.20.

comprara a propriedade Urbano Freire de Araújo que na época ficava mais de meia légua⁵³ da cidade.

Essa distância em 1878 seria um empecilho para o educador arregimentar discentes para sua escola, um dos motivos seria a localização, tendo em vista que na época que a mesma foi adquirida por Clementino Procópio quase não existia residências nas proximidades daquele lugar. Imagine quando o Professor ministrou suas primeiras aulas em Campina Grande? O acesso deveria ser acidentado e cheio de vegetação, só o trajeto para chegar a esse lugar que é apontado por alguns cronistas e memorialistas como sendo o local a qual foi fundado a Escola São José, já desmotivaria os pais da mocidade campinense a matricular seus filhos na nova casa de ensino. Para uma melhor comodidade do Professor que necessitava se estabelecer financeiramente e para facilitar o ingresso dos discentes a sua casa de ensino surgiria na área que hoje corresponde ao centro da cidade de Campina Grande, pelo fato de ser mais acessível para os interessados em desfrutar daquele novo ambiente que estava sendo inaugurado.

Tudo indica que a escola surgiu na mesma casa a qual o preceptor residia, e essa prática era muito comum naquela época, porém, havia quem criticasse essa realidade. De acordo com Pinheiro (2002, p.73) “Alguns gestores da instrução pública consideravam “promiscua” a convivência entre os discípulos e a família do Professor”. Essa problemática abrangia a iniciativa pública da província da Paraíba devido as baixas remunerações recebidas pelos educadores e os mesmos não possuíam condições de alugarem casas para instruir os seus discentes, logo as aulas eram ministradas em suas residências, e essas práticas desagradavam os gestores da instrução pública. É por esse motivo que surgirá

a Lei nº 455, de 22 de junho de 1872, que proibia o Professor público de residir na mesma casa em que lecionava, lemos: “José Evaristo da Cruz Gouvêa, doutor em medicina pela faculdade da Bahia e Vice-presidente da Província da Paraíba: Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial resolveu e eu sancionei a lei seguinte: Art. 3º – Os Professores públicos não poderão lecionar nas casas de sua residência, sob pena de perderem a gratificação que percebem para aluguel de casa, além da responsabilidade pela desobediência. Art. 4º – A proibição de que trata o artigo antecedente não compreende as Professoras. (PINHEIRO E CURY, 2004, p. 49).

⁵³ O equivalente de meia légua no Brasil atualmente é de 3 quilômetros. Disponível em: <https://dicionariogramatica.com.br/tag/quanto-km-em-uma-legua/> Acesso em: 19/04/2017.

A Lei nº 455 restringia às Professoras pelo motivo das mesmas se manterem solteiras enquanto atuavam no magistério, diferente dos Professores que possuíam muitas vezes mulheres e filhos, no mesmo espaço que ministravam suas aulas. Com a lei outorgada em 1872 essa prática se tornaria irregular na província da Paraíba, e os Professores que não cumprissem teriam suas gratificações canceladas. Todavia, Clementino Procópio era preceptor do ensino particular, como essa lei o atingiria? A princípio essa lei não foi empecilho para o educador, pois quando o mesmo inaugurou a escola São José em Campina Grande, o mesmo era solteiro, contraindo votos matrimônios com a D. América em 1880. Uma união que perdurou por 55 anos, sendo encerrada pelo falecimento do mestre, mas é através desses laços afetivos que se inicia os questionamentos levantados pela opinião pública da cidade que debate sobre a conduta do Professor de ensinar na mesma casa em que o mesmo “recebia ternuras de sua amante” (MIRANDA, 2012, p.122). Era dessa maneira que D. América, a princípio, foi tratada pela população Campinense, tendo em vista que na década de 1880, o seu companheiro não era mais o sujeito que tinha chegado semelhante a muitos retirantes fugindo da seca: aos poucos Clementino Procópio estava se tornando uma pessoa pública, conhecido pelo seu trabalho à frente da Escola São José e por seu ativismo político e atuação no fórum municipal. Essas incumbências o tornavam alvo das lentes apuradas dos moradores de Campina Grande, que condenavam a conduta do educador de viver com uma mulher a qual, o mesmo não era casado oficialmente na igreja. Sobre esse assunto a historiadora Itacyara Viana Miranda transcreve algumas linhas do jornal O Publicador trazendo maiores detalhes:

O correspondente e nem outro qualquer *grey* poderá negar que Clementino Gomes Procópio reside com sua amasia na mesma casa onde funciona a aula publica, contra determinação expressa da lei provincial n. 455 de 22 de junho de 1872; que se apresenta com ella em reuniões, que fa-la acompanhar-se publicamente de seus alumnos, etc, etc, e que faz tanta ostentação desse seu estado reprovado, que se apresentando na matriz d’esta freguezia para ser padrinho de um baptisando, confessou-o espontaneamente (e com emphase) ao Padre, pelo que este o repellio, deixando de effectuar o baptisamento com tal *responsável*. E’ esta a conducta moral do exímio Professor!!! (O PUBLICADOR Apud MIRANDA, 2012, p.121-122)

A relação entre Clementino Procópio e D. América estava em evidência, ganhando um espaço na mídia provincial da Paraíba, no dia 4 de Maio de 1886 é veiculada essa nota pelo Jornal O Publicador da Capital paraibana. O mesmo aponta que a conduta do educador era “reprovável” e era contrária aos princípios morais, e o jornal designa pejorativamente a companheira do mestre sob o termo de amasia. De fato, o Professor não era casado legalmente

com a D. América nessa época, apesar de viverem juntos desde 1880, o preceptor só veio oficializar a situação dos dois em 1896. Após 16 anos de convivência e dois filhos, é que o educador se casaria na Igreja da Nossa Senhora da Conceição⁵⁴.

Esse assunto não é abordado pelos seus discípulos, nem tão pouco pelos seus familiares quando os mesmos relataram as suas experiências com o mestre, talvez por se tratar de um assunto delicado que não merecia ser relatado para a posterioridade. Dessa maneira não sabemos os motivos que levaram o educador a viver “desviante” dos costumes de sua época, uma das hipóteses plausíveis é que esse comportamento adotado pelo Professor tivesse algum tipo de influência do tempo em que foi seminarista em Olinda, algum acontecimento que tivesse sido estopim para a sua saída do seminário e criado algum tipo de desapontamento com igreja católica. Outra hipótese, seria a busca por uma esposa que fosse ligada à família tradicional campinense, pois era muito comum entre os séculos XVIII e XIX homens que vivenciavam um processo de ascensão social viverem “amasiados” (segundo o dito popular da época) com mulheres de famílias humildes, quando o mesmo ascendia largava essa companheira e casava com uma mulher do grupo social que o mesmo almejava. As fontes não nos possibilitam dar maiores detalhes para saber se de fato esse era o caso de Clementino Procópio, são apenas hipóteses levantadas, devido as poucas informações existentes referente a sua esposa, e o pouco que sabemos sobre a vida pessoal de D. América é que a mesma também era pernambucana igual o seu companheiro, de resto não conhecemos as origens daquela que dividiu meio século de sua vida ao lado do Decano da educação Campinense.

Decerto, essa relação deve ter sido prejudicial para ambos, e principalmente para D. América que sofria com os comentários maldosos que eram proferidos contra ela na cidade de Campina Grande. O fato do seu companheiro ser uma pessoa pública chamou atenção da mídia local, transformando o relacionamento “fora dos padrões” daquela época, em um acontecimento prejudicial para sua carreira no magistério campinense e para D. América que tinha sua “honra maculada” pelos dizeres que feriam sua dignidade. Todavia, o casal se manteve forte e enfrentaram as turbulências que a união dos dois proporcionava no ambiente em que habitavam. De acordo, com o trecho mencionado do Jornal O Publicador o Professor não se importava muito com a situação em que vivia e até mesmo se vangloriava daquela circunstância. Sendo chamado a atenção do padre de Campina Grande, quando o mesmo buscava batizar um dos seus afilhados. Assim, todo esse ambiente construído em relação a

⁵⁴ O casamento ocorreu em 29 de Setembro de 1896. Disponível em: <https://www.myheritage.com.br/site-family-tree-263256061/pereira-de-mendonca-procopio?familyTreeID=1&rootIndivudalID=1500363#> Acesso em 27/04/2017

união do educador, começaria afetar a atmosfera de sua escola, pelo fato desse mesmo local ser sua residência. É o que reforça Miranda quando aponta:

Vida pessoal e vida profissional se misturavam em um ambiente que talvez fosse pouco propício para a execução das aulas, principalmente quando estavam à frente dessas cadeiras de ensino Professores com posturas que se julgavam inadequadas. A conduta pública e moral era requisito básico para a constituição desse mestre, que deveria ostentar signos de um bom cristão, de um homem que cumpria com seus deveres e respeitava os princípios da boa convivência social. Do Professor, esperava-se zelo, honestidade e competência para encarar a sua função de maneira digna, pois era dele o dever de prover a juventude com bons exemplos, era dele a tarefa de formar sujeitos civilizados. (MIRANDA, 2012, p. 122).

Os requisitos destacados pela autora designavam como um “bom” Professor deveria se comportar, para ser exemplo de civilidade para seus discentes. Se levarmos em conta os discursos que expusemos no capítulo anterior, Clementino Procópio não seria um sujeito que poderia cumprir na íntegra os requisitos acima citados. Mesmo assim, a sua atuação no magistério é lembrada ainda em vida enquanto “O bom guia dos moços campinenses, enchendo-os de influxos salutares, amenos conselhos e ricos ensinamentos (ANNUARIO, 1925, p.175). Logo o educador ao longo de sua carreira procurou “apagar” todos incidentes que ocorreram no século XIX de cunho pessoal. Até por que os sujeitos que escreveram algumas linhas referentes ao educador não abordam alguns acontecimentos que possam desapreciar a imagem de seu mestre, selecionando as ocorrências que engrandecem o Professor, e quando esses eventos eram abordados é enfatizado o ativismo político do preceptor. Todavia o assunto em pauta referente a Lei 455 como destacado não é citado por nenhum biógrafo de Clementino Procópio, provavelmente deveria ser desconhecido para esses escritores que tiveram mais contato com educador no século XX. É importante destacar que as experiências de vida dos sujeitos que conviveram com o mestre acabam sendo “mais importantes” que os assuntos do passado daquele que os ensinavam. Assim, através da leitura de Le Goff (2013, p. 495) observamos que o material produzido por alunos e familiares é resultado da sociedade e das relações de poderes existentes na época que foram produzidos os discursos. É por essa razão que quando o passado do antigo Professor era vasculhado, apenas as histórias que possibilitavam enaltecer o mesmo eram evidenciadas.

Diante do ambiente que foi construído após a publicação da nota de repúdio do Jornal O Publicador referente ao comportamento do Professor, quais os efeitos a Escola São José sofreria, se a mesma era uma instituição privada, e a Lei 455 era válida para as cadeiras

públicas? Para a casa de ensino o comportamento do educador pode ter gerado naquele momento o cancelamento de algumas matrículas de discentes, devido a insatisfação dos pais com o ambiente em que seus filhos estavam expostos, tendo em vista, que a questão abordada pelo meio de comunicação refletia a opinião pública da região a partir de um cunho moral. Logo, a conduta comportamental do sujeito traria para sua instituição algum prejuízo financeiro, mas em “momento algum” o Professor poderia ser afastado de seus afazeres, pois a lei não poderia o punir, se o mesmo estivesse atuando estritamente na iniciativa particular, pois dessa maneira não havia gratificações advindas dos poderes públicos para serem cortadas. Em outras palavras, não poderia haver punição, exceto se o preceptor estivesse atuando na iniciativa pública, e o que de fato estava ocorrendo segundo O Jornal O Publicador⁵⁵, tinha sido nomeado Professor público interino⁵⁶ em 1886. Todavia o mesmo não ficaria muito tempo no cargo, pois de acordo com Miranda (2012, p. 122) o educador seria demitido do cargo que exercia por não estar capacitado moralmente para desempenhar a função. Alguns anos após esse acontecimento seria novamente preterido. Dessa forma,

Em 1888, foi nomeado presidente da província, Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, Barão do Abiahy, que mandou abrir concurso para provimento da cadeira de Professor primário, de Campina Grande. Clementino Procópio inscreveu-se, foi submetido a concurso, classificou-se em 1 lugar, foi nomeado Professor público vitalício da cidade de Campina Grande (PROCÓPIO, 1962, p.21-22)

É interessante que nem ao menos uma menção ao comportamento do educador é feito, quando o mesmo é nomeado Professor vitalício de Campina Grande. Pois, o educador permanecia vivendo com D. América sem se casar na Igreja, e mesmo assim o governo provincial da Paraíba o contratara, é claro que agora o preceptor não iria continuar ministrando suas aulas na residência em que morava, como a Lei designava, Clementino Procópio alugara um prédio no atual centro de Campina Grande para poder ensinar os jovens daquela região na iniciativa pública. Assim, a sua residência continuou a receber discentes que estavam interessados em pagar por sua instrução, mas a dupla atuação do educador nas duas esferas do ensino campinense não agradaria a todo mundo, e um artigo publicado pelo Jornal Gazeta do Sertão evidencia isso.

O « Conservador » e « Monitor » deffendendo a Administração pele infeliz nomeação do Professor Publico desta cidade, sensurada pela « Gazeta da Parahyba », attribuem-me qualidades indignas por demais para serem

⁵⁵ O jornal citado foi Publicado em 4 de maio de 1886, a numeração é desconhecida.

⁵⁶ Era um sujeito que exercia a função de educador temporariamente, enquanto não havia um concurso para a contratação de um professor vitalício. Os interinos também eram contratados em caso de afastamento do Professor vitalício, seja por motivos de saúde ou por problemas disciplinares, no caso suspensão.

explicadas, ao mesmo tempo que rodeiam o nomeado de conceitos que o colocam superior a redacção de qualquer de ditos periódicos (JORNAL GAZETA DO SERTÃO, 1888, N°10).

Através dessa citação percebemos o quanto a nomeação do Clementino Procópio foi polêmica, pois dois veículos de comunicação da Capital Paraibana elogiam o provimento do novo Professor público de Campina Grande. Um dos jornais que apoiaram a escolha do educador pertencia ao partido conservador, a qual o preceptor era filiado desde 1881. Em contrapartida aos simpatizantes do mestre campinense, havia também os meios de comunicação que condenaram a escolha do governo provincial, sendo um destes da capital, e o outro era a Gazeta do Sertão das terras campinenses. O autor que expressaria a insatisfação da escolha de Clementino Procópio nesse impresso era Dr. Rego Melo, o bacharel em direito que fizera alusão no pequeno trecho que expusemos nesse trabalho, a todos “os desvios de conduta”, daquele que assumiria o cargo de Professor vitalício de Campina Grande. A insatisfação do advogado não era só política, já que o novo responsável pelo magistério público campinense era apadrinhado político do Dr. Antônio da Trindade Antunes Meira Henriques, líder do partido Conservador na província da Paraíba, a qual o bacharel e os proprietários do jornal eram opositores. Essa designação do novo Professor público desagradaria esse grupo, pois ficariam sem alternativas para matricular seus filhos homens nas escolas da cidade, pelo fato das duas escolas terem o mesmo preceptor como responsável pela formação de seus descendentes. Para aqueles que não gostavam do responsável da Escola São José a escola pública era uma alternativa, com o mestre atuando nas duas instituições de Campina Grande, não tinham como fugir do educador, só matriculando em um colégio interno da capital Paraibana ou do Recife. Não era todos que estavam dispostos a fazer esse tipo de investimento, esse talvez fosse o caso do Dr. Rego Melo que mesmo a contragosto matriculara seu filho com o mestre na iniciativa pública (trataremos desse caso mais à frente).

Apesar desses problemas de ordem pessoal que ocasionaram a produção de alguns discursos que contribuíram para uma imagem negativa do Professor Clementino Procópio no século XIX, o mesmo conseguiu em sala de aula cativar os seus discípulos. Tendo influído sobre esses “enorme respeito e carinho”, traduzidos pelas linhas que foram escritas por Hortênsio Ribeiro e por outros sujeitos que tiveram oportunidade de ter o mesmo enquanto mestre. É através destas lentes que irei analisar o comportamento de um sujeito que é visto ainda em vida, enquanto um “Homem que maior benefício espiritual tem prestado a Campina Grande” (ANNUARIO, 1925, p.175). Para entendermos melhor, precisamos analisar os

discursos daqueles que dividiram com preceptor o mesmo espaço por alguns anos de sua vida, e é através das experiências desses sujeitos que obteremos o porquê de Clementino Procópio ter se tornado “uma referência” para o magistério campinense, mesmo com os “desvios de conduta” que apresentamos até aqui.

3.2 “O propulsor da cultura campinense”: preparando os discentes para a vida intelectual em meio às descobertas da modernidade

De origens rurais bem marcadas, mas logo rendido à cidade, pela porta do seminário de Olinda e do magistério, toda a saga do velho Clementino em Campina Grande situou-se, heroicamente, entre a construção e o protesto. Sem abdicar de escravaria doméstica, no caso os ladinos, em número de quatro. A construção ocorreu em Clementino Procópio por conta da condição de Professor concursado a que alçou ainda no Império, a fundação em 1900, do primeiro estabelecimento de ensino secundário de Campina Grande, a seu empenho pelo progresso da terra, que cedo intuiu. (MELLO, 1978, p. 314).

Após sua chegada às terras campinenses, ocorreram diversas mudanças, e é claro que nem todas as transformações vivenciadas pela nova cidade do interior paraibano, eram frutos da participação ativa do educador pernambucano. Todavia, o mesmo teria sido propulsor para o desenvolvimento da educação em Campina Grande tendo enquanto discentes sujeitos que iriam contribuir para o desenvolvimento da mesma. Pois, segundo Mello (1978, 314) Clementino Procópio possuía “um espírito de construção, condicionado pela sua nomeação ao cargo de Professor público”. Todavia, antes de ser um servidor da província da Paraíba, o mesmo já atuava no magistério campinense na iniciativa privada. E como já destacamos mais acima, a Escola São José foi a primeira casa de instrução particular de Campina Grande, logo, o Professor pernambucano desde a sua chegada as terras campinenses trouxera consigo a “busca pelo progresso”. A instituição de ensino inaugurada em 1878 se manteve aberta por 54 anos ininterruptos, sendo em algumas ocasiões a única escola particular da cidade.

De acordo com Câmara (1998, p.50) até 1907 era Escola “São José, o mais antigo, com quase trinta anos de fundação e único que imprimiu caráter de estabilidade, funcionava num casarão sem conforto, fora da cidade.” Nessa época Clementino Procópio já tinha comprado a propriedade Urbano Freire como destacamos mais acima, a extensão de terra que compunha esse lote comprado pelo educador receberia o nome de Vila América, em homenagem a sua esposa. E era uma propriedade relativamente grande, sua extensão absorvia

hoje a estação ferroviária nova, o batalhão da polícia militar e o Hospital Pedro 1 (PROCÓPIO, 1962, p. 22). Mesmo possuindo um espaço propício para a construção de um Educandário que suprisse as necessidades daquela localidade, a princípio postergou, em razão do mesmo não possuir tempo e condições financeiras para suprir um empreendimento grandioso desse porte. A falta de tempo era ocasionada pelas inúmeras atividades desenvolvidas pelo mestre, ao mesmo tempo que atuava na iniciativa pública, também atuava na diligência privada. E em algumas ocasiões o educador tinha que faltar com suas funções no magistério, para advogar a favor de sujeitos que o procuravam para defender suas causas. A impossibilidade de se dispor completamente ao empreendimento do educandário, fez que o mesmo investisse na ideia de incentivar a iniciativa filantrópica de abrir uma instituição que abrigasse o ensino secundário em Campina Grande, assim surgiu o Grêmio de Instrução Campina Grandense.

O meu pai, Professor concursado, Clementino Gomes Procópio, com quem estudei, convidou os homens de letras da terra para fundar um estabelecimento de ensino secundário. Todos a quem êle expôs o seu plano aderiram à idéia e trataram de pô-la em execução. Existia um prédio que a prefeitura municipal havia construído e estava sem utilização. Foi essa construção cedida para a instalação do “Grêmio de Instrução Campina Grandense” (PROCÓPIO, 1962, p.25)

Em uma época de grande acirramento político na cidade, o projeto de Clementino Procópio e do Magistrando Alfredo Deotado Espínola seria bem recebido e uniria os dois grupos que se digladiavam pelo poder local em prol do surgimento do novo empreendimento que beneficiaria os filhos desses sujeitos. Pois, muitos jovens campinenses iniciavam o curso primário e não podiam dar continuidade aos seus estudos na cidade, e esse foi o caso de Severino Procópio: “Iniciei o curso primário ao sete anos. Eramos depois, diversos rapazes com doze anos, precisando de um curso mais adiantado” (PROCÓPIO, 1962, p.25). Para resolver esse problema era necessário haver um coesão da elite de Campina Grande que intermediasse a conclusão da construção do prédio que a princípio abrigaria os alunos do ensino primário. Almeida (1979) enfatiza que a iniciativa para construção do prédio partira de Cristiano Lauritzen no período em que foi intendente do município no começo da república (1889-1891). O seu intuito era construir um prédio com uma boa estrutura para abrigar as escolas públicas da cidade (ensino primário), porém, o seu mandato acabou antes da conclusão da obra. Já quase na virada do século XIX para o XX, com a ajuda dos amigos seria concluído o prédio que se transformaria no educandário do Grêmio de Instrução. O prédio que a princípio abrigaria as escolas municipais campinenses, ganharia um novo destino com

intuito de preparar a mocidade do município para a faculdade. Já que os jovens da cidade para dar continuidade aos estudos tinham que estudar em outras cidades, com o Grêmio de Instrução os jovens de Campina Grande não precisavam mais se deslocar para outra cidade. De acordo com Almeida (1979) Cristiano Lauritzen se sentiu constrangido com o destino que seria dado ao prédio, já que sua intenção era tirar as escolas públicas do município dos espaços precários em que funcionavam. Mas, aceitou a nova orientação, em razão da unanimidade dos sócios⁵⁷ da agremiação que foram favoráveis ao novo destino do educandário.

O Professor enquanto sócio fundador participava ativamente da instituição formando a equipe dirigente do educandário, além de também fazer parte do corpo docente da instituição, ministrando aulas nas cadeiras de Português, História, Francês, Latim, Geografia e Matemática. O esforço feito pelo educador e por todos os sócios para que o Grêmio de Instrução tivesse vida longa na história da cidade Campina Grande, barrou na filantropia do empreendimento, a iniciativa de uma parte da elite campinense de fundar um estabelecimento de ensino que pudesse suprir a necessidade da sua juventude, sem nenhum apoio do poder público em que os responsáveis seriam os seus próprios fundadores acabou fracassando, após quatro anos da sua fundação em 1900. Sobre esse assunto Almeida afirma que o Grêmio de Instrução chegou ao fim após a conclusão do ano letivo

Realizaram-se os exames e entraram os alunos em férias. Entrou em crise agônica o “Grêmio de Instrução”. Outros membros da diretoria alegando motivos ponderáveis, solicitam eliminação. Não havia na cidade elementos capazes para preenchimento dos claros. Escasseavam Professores idôneos. Reuniram-se os sócios para o encontro da solução definitiva. Reconhecida a inviabilidade das medidas aventadas, desfeitas todas as esperanças, aceitaram contristados a providência inapelável. Resolveram dissolver a sociedade, fechar as portas do educandário, entregar o prédio a prefeitura. (ALMEIDA, 1979, p.338)

Os motivos para o fim do Grêmio de Instrução da cidade Campina Grande foram por questões financeiras, os associados sentiram no bolso a dificuldade de manter a instituição e acabaram decidindo por sua dissolução no ano de 1903⁵⁸. O Professor não desistira da ideia

⁵⁷ O Grêmio de instrução Campina Grandense surgiu enquanto um empreendimento gerido por associados que investiam com recursos próprios a gestão do educandário que recebera alunos não só de Campina Grande, “Do Sertão chegaram vários para estudar.” (PROCÓPIO, 1962, p.25).

⁵⁸ Sobre o Grêmio de instrução existem muitas informações desconhecidas, as fontes que possuo acesso divergem tanto na data de inauguração da casa de ensino, como do cerramento de suas portas. Sendo Almeida (1979) que melhor situa sobre o empreendimento, destacando que antes do surgimento do educandário, foi formado o grupo de associados que administraria a instituição, isso em 1899. O Colégio abriria suas portas em

de promover em terras campinenses o ensino secundário, tendo em vista que após a sua aposentadoria da instrução pública em 1907, o mesmo investiria na construção de um prédio que abrigasse estritamente os alunos que viesse a se matricular, o Preceptor transformara o seu estabelecimento de ensino em 1910 em colégio, e seria mantido o seu nome de batismo São José. Assim, o educandário possuiria externato e internato, para receber alunos da região que poderiam se preparar na sua instituição para a faculdade. Diferente do Grêmio de Instrução, o educandário do Professor permaneceria possuindo apenas um preceptor e as turmas seriam aglutinadas em um mesmo ambiente, a diferença seria apenas a divisão entre os alunos do primário e do secundário que ficaria em salas diferentes. Segundo o filho do mestre-escola Severino Procópio (1962, p. 23), apesar de o colégio ser uma instituição privada o mestre aceitava alguns alunos em que os pais não podiam pagar a mensalidade “para ensinar grátis as crianças pobres”. De acordo com o Jornal A Razão o educador recebia uma ajuda financeira da prefeitura de Campina Grande, como podemos observar abaixo:

Certo que tocamos de passagem, no colégio S. José, o antigo e conhecidíssimo collegio a cuja frente se acha o conspieno Professor Clementino Procópio; mas, isto mesmo, devido ter sido retirada uma verba que lhe fora concedida pela municipalidade, para aceitar, gratuitamente, os meninos pobres. Sugerimos, ao mesmo tempo, a ideia de um auxilio por parte do poder público, ao Dr. Alfredo Passos que acha a leccionando nesta cidade, visto a verba do collegio S. José haver sido cortada. (JORNAL A RAZÃO, 1919, N°14)

Era devido a ajuda financeira advinda do poder público para instituição do Professor que propulsionava o acesso de alunos de famílias carentes aos espaços ocupados por jovens oriundos da elite campinense. Com o corte do aporte financeiro, o preceptor seria “forçado” a não aceitar mais os alunos que não possuíam condição de pagar a mensalidade do seu educandário. Todavia, o mestre tomara uma atitude no mínimo interessante, pois mantivera os discentes que já estavam cursando um dos cursos que eram oferecidos pelo educandário. Sobre essa passagem, Ronaldo Dinoá situa que um dia apareceu no colégio um dos pais destes

1900, esta data tem a confirmação de Severino Procópio (1962) discente da escola. Todavia Almeida (1979) revela que a instituição encerrou suas atividades após a conclusão do ano letivo em 1901, essa data gera discordância, quando analisamos Procópio (1962), o mesmo enfatiza que estudara até 1903 no Grêmio de Instrução, quando o mesmo fecha as suas portas, tendo o filho do Professor Clementino Procópio buscado o Liceu Paraibano na capital paraibana para concluir o seu último ano do secundário. Apesar de Almeida dar mais detalhes sobre essa instituição, preferir me apegar a Procópio, pelo o mesmo ter sido aluno do educandário, logo acredito que suas informações sejam mais verossímeis, sem querer tirar os méritos da pesquisa feita por Elpídio de Almeida. Contudo, existem outras fontes que apontam que o educandário só surgiu em 1907, esses são os casos de Câmara (1998), Silva Filho (2005) e do anuário de Campina Grande de 1925 para 1926, essas fontes não conferem com os relatos de Procópio (1962), que nessa época já era aluno da faculdade de Direito do Recife.

jovens para levar consigo o garoto, pelo fato de não possuir condições de pagar a mensalidade. “Professor vim para levar meu filho para casa. Clementino Procópio foi incisivo: “Meu amigo você pode levar seu filho por outro motivo, mas por esse, ele não deixará de estudar”. E o menino continuou ali, até terminar os estudos”. (DINOÁ, 1993, p.233). A conduta assumida pelo Professor poderia representar uma afronta ao governo municipal, tendo em vista que o ensino público da cidade era “deficiente”, logo o investimento municipal no educandário São José, era uma maneira de encobrir a inoperância da gestão perante a falta de estrutura do ensino que era oferecido na localidade. É importante destacar que nessa época o Prefeito de Campina Grande era o dinamarquês Cristiano Lauritzen, sendo o educador opositor dessa gestão, mesmo assim, por algum tempo a prefeitura investiu no colégio São José (infelizmente as fontes não evidenciam o tempo de duração dessa ajuda de custo). A manutenção dos alunos carentes em sua instituição demonstrava que o educador mesmo com poucos recursos poderia proporcionar um ensino de “melhor qualidade” do que a própria gestão pública.

Outrossim, a diligência do educador ajudaria a transformar a educação na cidade de Campina Grande, graças ao espírito de construção e protesto de Clementino Procópio relatado por Mello (1978) que afluera desde sua chegada ao solo campinense, sendo o mesmo pioneiro nas causas ligadas ao magistério da localidade, e é através dessa busca pela “evolução” da instrução campinense que novos educandários surgiram com estruturas melhores do que o próprio São José nas décadas posteriores. De acordo com um artigo que foi publicado pela revista Manaíra de 1949, o Professor era apresentado enquanto “o propulsor da cultura Campinense”. O autor se revela enquanto um aluno do educador e destaca o quão foi importante o mestre para Campina Grande dentro do cenário cultural local. Sendo impulsionador não só da cultura escolar, como de símbolos do moderno. Quando jovem e discente do educandário São José, o autor enfatiza que o preceptor motivava os seus discípulos que nunca tinham visto uma locomotiva a ir ver a chegada de uma delas na estação, certa vez o escritor foi junto com alguns colegas ver essa “maravilha da modernidade” que para eles era desconhecida, “um grande assombro” os abatera:

No domingo fomos assistir a chegada do trem. O pasmo seria enorme. Nenhum de nós conhecia aquele gigante vomitando fogo, num vuco-tevuco acelerado, a gritar como suíno amarrado. Na imaginação de muitos, ele teria funções contrárias da que vimos na realidade. Próximo a uma ponte deu um apito estritamente como nos dizendo – saiam do trilho que vou chegando que vou chegando. Foi um berro rouquenho de fera assustada, a estrugir, prolongado como cantiga de cigarra! Naquele momento menino abriu da perna deixando o bebal desatinado. Eu fui encontrando no sangradouro do

Açude Velho espantado como novilhote que faz tempo que não ver gente. – Eu sabia disso, disse o Professor ao nos encontrar: Esse paspalhões não me surpreendem com essas novidades! (REVISTA MANAÍRA, 1949, Ano-X).

O “pavor” vivido pelo autor dessas memórias, se remete a supressa que aquela invenção da modernidade suscitara sobre seu íntimo. Para Clementino Procópio a chegada de um trem não mais o espantava, o mesmo já era acostumado com as idas e vindas das locomotivas, tendo participado da comitiva campinense que recebeu o primeiro trem que desembarcara em Campina Grande em 1907. Se as Marias fumaças não impunham no mestre mais nenhum tipo de assombro, o cinema por outro lado proporcionava divertidas emoções. Assim, após enfatizar que aquela invenção da modernidade não espantava, o mesmo dizia para os seus discípulos que “Domingo levarei uma turma ao Cine-Fox. Irão ver o filme de Eddi Polo e os gracejos de Carlito.” (REVISTA MANAÍRA, 1949, Ano-X). A intenção do mestre ao apresentar essas invenções do mundo moderno, possuía o intuito de deixar os seus discípulos cientes dessas novidades que para ele já estavam se tornando comuns, e era preciso que seus alunos também assimilassem essas novidades. A diligência do educador seria importante para o desenvolvimento intelectual e cultural de seus discípulos. O autor desconhecido revela que ficou muito ansioso para que chegasse o dia que o preceptor tinha prometido que levaria a sua turma para o cinema, e a ansiedade para conhecer este espaço era tanta, que o escritor passara a semana toda pensando como seria a sua reação.

Iriamos a uma bilheteria comprar ingressos entrar de salão a dentro onde a multidão assistia, de lâmpadas interrompidas, a representação de figuras que passavam através de um orifício luminoso, em espirais, numa fumaça veloz, projetando numa tela um movimento extraordinário a fazer a gente refletir a conquista da cena muda como cousa maravilhosa. Atiravam em gente correndo a cavalo, amarravam os artistas, uns eram varados de balas num tiroteio tremendo e saiam sãos. Cavaleiros violentos lembravam os nossos vaqueiros indômitos e um fazendeiro de chapéu de abas largas montava um cavalo possante como os que serviam nas nossas vaquejadas. Era um quadro admirável. Tão cheio de vivacidade que a gente desejava ficar assistindo o resto da vida. – Tomei gosto pela diversão. O meu espírito, por muito tempo encheu-se daquele movimento. Nunca mais deixeis de ir ao cinema... os de tela e os da vida... (REVISTA MANAÍRA, 1949, Ano-X).

O fascínio pela sétima arte surge nesse sujeito através dessa experiência influenciada pelo seu mestre que ficara na sua lembrança. Naquela época tudo era novo para o autor, o simples fato de comprar ingressos na bilheteria para poder acessar ao cinema era uma novidade, a tela e as imagens em movimento despertava curiosidade e emoção. Todas as

vezes que o escritor assistia a um filme no cinema possivelmente lembrava dessa experiência. Logo, é bem provável que a escrita dessa lembrança deve ter surgido, após esse autor sair do cinema, pois um “filme propicia por si só uma atração especial, é envolvente, mobiliza a atenção concentrada, envolve o espectador, mobiliza aspectos emocionais, explora a percepção, valores, julgamentos, paixão e compaixão, opiniões e até desejos” (CASTILHO, 2003. p.8). Logo, as aventuras assistidas naquele primeiro momento fizeram emergir no sujeito, tanto um sentimento de saudade de sua terra, quanto da sua família, por estar distante dos mesmos. A busca por encurtar divisas transformara o faroeste americano em algo próximo e conhecido. Após sua maturidade, a lembrança que emergia daquele momento era de Clementino Procópio que incentivara esse prazer pela sétima arte. É por isso que para esse escritor desconhecido da Revista Manaíra o seu educador era “o propulsor da cultura campinense”.

3.3 “Só muita palmatória para dar jeito” nesses jovens: o uso de recursos punitivos para disciplinar os discentes

Os antigos discípulos do mestre, como é o caso de Eurípedes de Oliveira, evidenciava que o educador era “sério e rigoroso” no ambiente escolar, e era comum visualizar o Professor portando uma palmatória na mão em tom de ameaça, contra aqueles que não seguissem corretamente os procedimentos exigidos por ele. A palmatória foi um instrumento de ensino utilizados pelos educadores para punir as infrações e a falta de interesse dos discípulos, o “bom aluno” era um sujeito aplicado e interessado, e a recompensa adquirida através do desempenho não era apenas fugir da punição da bordoadada, nem mesmo ser aprovado e passar de ano, a gratificação almejada por esses discentes era ser reconhecido pelo mestre, sendo escolhido por esse para exercer a função de Decurião⁵⁹, e essa promoção era almejada por aqueles que se aplicavam.

O Professor deve evitar, tanto quanto possível, usar castigos; ao contrário, deve procurar tornar as recompensas mais freqüentes que as penas, sendo os preguiçosos mais incitados pelo desejo de ser recompensados como os diligentes que pelo receio dos castigos; por isso será muito proveitoso, quando o mestre for obrigado a usar de castigo, que ele ganhe, se puder, o coração da criança, antes de aplicar-lhe o castigo. (FOUCAULT, 2014, p.177)

⁵⁹ Decúria ou decurião, era um aluno mais avançado ou treinado, que era encarregado pelo Professor para exercer a função de monitor. Ver: (MEN & NEVES, 2007, p.2)

Dessa maneira, o incentivo através das recompensas era importante para o aluno para que o mesmo se motivasse a se esforçar para conquistar as premiações oferecidas no ambiente escolar. A prática de punir qualquer disparate dos discentes só promovia o receio destes de ser punidos. Os castigos deveriam ser exemplares, mas, para o educador desempenhar essa prática era necessário antes conquistar o respeito e o carinho dos alunos. Algo que podemos observar quando analisamos o discursos dos ex-alunos do preceptor

“O Professor Clementino inspirava simpatia e infundia respeito”. Tinha o hábito de arrepiar: a cabeleira escassa na inquietação dos desmandos colegiais, e, gritava – só muita palmatória dará jeito a essa gente! Todavia, em tudo, cercava-se uma bondade infinita; o Professor Clementino queria aos alunos como filho: era extremoso para com todos e a sua vivenda permanecia cheia de filhos adotivos a quem dava a melhor: acolhida, educando-os e dando-lhes destinos futurosos. (REVISTA MANAÍRA, 1949, Ano-X).

O caráter paternal adotado pelo antigo discente do mestre revela o sentimento que muitos dos alunos possuíam perante o docente. As punições efetuadas pelo Professor poderiam ser assimiladas pelos seus discentes enquanto penalidades similares as que eram impostas em seus lares pelos seus pais. A relação de Professor com o aluno, ganhava outros status na ocasião descrita pelo o artigo da revista Manaíra, pois o fato do mesmo viver no internato São José, igualmente a outros jovens transformava o Professor em uma figura similar a um pai, e a distância dos seus progenitores aproximava os mesmos do educador, transformando em uma relação de pai e filhos. De toda maneira, os alunos do educador percebiam a mudança de comportamento adotada pelo mestre, quando o mesmo estava em sala de aula. Mauro Luna contribui com a citação acima quando destaca que “Fora da classe, era sempre expansivo, afável, cavalheiresco” (DINOÁ, 1993, p.234). Podemos constatar que haviam dois sujeitos para os discentes, o mestre rigoroso do ambiente escolar, e o sujeito “afável” fora daquele ambiente. Para os jovens que estudaram na época do internato seria mais fácil fazer a distinção acima, mas e os jovens que estudaram antes do internato, na mesma instituição do educador e na escola pública, será que os mesmos conseguiam distinguir esses diferentes comportamentos do Professor?

Nem todos conseguiam fazer essa distinção inclusive na época do internato, como é o caso de Eurípides de Oliveira que estudara no educandário São José. As suas lembranças do ambiente que ficava frente a frente com seu preceptor são permeadas de recordações dos bolos que sofrera através das eternas lições de caligrafia que para ele não deixavam ter

saudade da sua época de estudante do colégio. Sua maior felicidade enquanto aluno do Professor Clementino Procópio, foi quando o mesmo conseguira “cheio de orgulho, o lugar de decurião. Era o prêmio ao aluno mais cuidadoso e tinha o privilégio de ficar respondendo pelo Professor nas suas raras ausências da sala...” (OLIVEIRA Apud SENA, 1999, p.38), mas os recursos para instruir o conhecimento eram questionados pelo estudante, pois o principal recurso disciplinar utilizado pelo mestre era utilização da palmatória. Para o historiador Bruno Gaudêncio (2008) o relato do jornalista era mais crítico ao método do que propriamente ao Professor, pois havia por parte do antigo aluno a compreensão de que o Professor só agia daquela maneira em razão de ser uma prática do sistema de aprendizagem habitualmente utilizado no Brasil entre o século XIX e o começo do XX era o método Lancaster⁶⁰ baseado

No ensino oral, no uso refinado e constante da repetição e, principalmente, na memorização, porque acreditava que esta inibia a preguiça, a ociosidade, e aumentava o desejo pela quietude. Em face desta opção metodológica ele não esperava que os alunos tivessem originalidade ou elucubração intelectual na atividade pedagógica, mas disciplinarização mental e física. Identificado com trabalho pedagógico realizado por Bell, também, utilizou monitores para o encaminhamento das atividades pedagógicas. Todavia, o principal encargo do monitor não estava na tarefa de ensinar ou de corrigir os erros, mas sim na de coordenar para que os alunos se corrigissem entre si. Para Lancaster, os monitores eram os responsáveis pela organização geral da escola, da limpeza e, fundamentalmente, da manutenção da ordem. (MEN & NEVES, 2007, p.2)

O método lancasteriano era utilizado estrategicamente pelos mestres-escolas para disciplinar o alunado e manter a ordem no ambiente escolar. Além de ser um meio pedagógico que facilitava a gerência e o controle dos comportamentos humanos que não se ajustavam à ordem social. De acordo com Lamarão (2011) esse modelo educacional foi interessante para a política de ensino público do Brasil no período imperial, para doutrinar as cabeças dos jovens para que esses se tonassem bons exemplos de sujeitos disciplinados e conformados. Essa ação do Estado tinha como intuito a construção de uma nação obediente às hierarquias que começaria a partir da sala de aula, com o aluno respeitando o Professor, e isso evitaria conflitos que foram comuns no Brasil no século XIX. Salientando que o método de

⁶⁰ Joseph Lancaster nasceu na Inglaterra (1778-1838) era defensor confesso da nobreza e membro da seita religiosa dos *Quaker*. O método de ensino desenvolvido por este foi inspirado no trabalho pedagógico realizado em Madras, na Índia, pelo pastor anglicano Andrew Bell (1753-1832), e com os ideais reformadores do jurista inglês Jéremy Bentham (1748-1792), autor do *Panóptico*, estabeleceu em 1798, uma escola para filhos da classe trabalhadora, também utilizando monitores para o encaminhamento das atividades pedagógicas. Todavia, Lancaster amparou seu método no ensino oral, no uso refinado e constante da repetição e, principalmente, na memorização, porque acreditava que esta inibia a preguiça, a ociosidade, e aumentava o desejo pela quietude. Ver: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_joseph_lancaster.htm ACESSO EM 02/02/2015.

Lancaster não foi empregado apenas para disciplinarizar os corpos dos jovens brasileiros. Mas sim, para “resolver, em parte, o problema da falta de Professores no início do século XIX no Brasil, pois a escola poderia ter apenas um educador” (LAMARÃO, 2011, p.29). Nesse modelo de ensino o Professor escolheria dentre os alunos mais avançados ou treinados pelo educador para ser um decúria, e este ficaria responsável por orientar uma turma a aprender e corrigir entre si.

Dentro desse cenário da educação compreendemos a felicidade de Eurípedes de Oliveira ao ser escolhido pelo Professor para ser Decurião, além de ser reconhecido pelo mestre enquanto um aluno aplicado e responsável, em que o mesmo escaparia de levar as bordoadas, pois o seu papel agora era de monitorar seus colegas para que os mesmos corrigissem os erros cometidos nas lições aplicadas pelo mestre. Em algumas ocasiões, alguns decúrias se excediam mais que os próprios Professores. Esse foi o caso do monitor do Professor Pedro Otávio⁶¹, educador contemporâneo a Clementino Procópio em Campina Grande que de acordo com Moraes (1985) toda vez que o Professor precisava sair o decúria se virava para os meninos e mostrava um cipó rijo, e o escondia debaixo do seu material, indicando para seus colegas que quem saísse da linha seria punido com o cipó. Essas “são recordações de um tempo bom e de uma infância sem sonhos, naqueles tempos inocentes” (MORAIS, 1985, p.32), no qual Professores e monitores se utilizavam de métodos de punições que muitas vezes inibia o aluno até de querer frequentar o ambiente escolar.

A “ordem” era mantida em sala de aula através dos instrumentos que provocavam dor, tanto física, quanto psíquica. Era dessa maneira que surgia às relações hierárquicas no ambiente escolar que revelavam como a disciplina docilizava os corpos dos alunos com intuito constante de coagir os mesmos para não sair da linha imposta pelo educador. Logo, os decúrias se apresentavam como mecanismos de poder responsáveis também pela afirmação de um sistema punitivo que formava a engrenagem educacional da época. Nesse sentido Foucault (2014) aborda que cada sujeito se encontra preso a uma universalidade punível-punidora, na qual, suas ações são cabíveis a penalizações sobre qualquer fração de desvio de conduta. No cotidiano escolar que estamos analisando, esses mecanismos disciplinares surgiam através de castigos físicos e de pequenas humilhações. Mas, se enganam que os alunos se tornavam subservientes, pois havia por parte destes táticas para amenizar essas punições.

Na época que Clementino Procópio foi aprovado como Professor público vitalício de Campina Grande em 1888, ele vivenciara uma experiência de insubordinação por parte de

⁶¹ A escola do Professor Pedro Otávio se situava onde hoje é a Rua Jovino do Ó. Ver MORAIS, 1985, p.31.

seus discípulos. O educador marcara uma sabatina para uma sexta-feira, e os alunos inconformados com as constantes punições que ocorriam, confabularam no dia anterior ao exame para esconder as palmatórias, objeto que impunha temor nesses testes, entre os conspiradores estava inclusive o decúria “a segunda pessoa do Professor”. Em um momento de descuido do mestre as suas duas palmatórias foram furtadas e jogadas no telhado. Ao perceber a falta dos seus objetos, o Professor “jurou” vingança, e os discentes do Professor felizes com logro comemoram “Sabatina sem bolos”. Infelizmente os jovens se enganaram, pois o preceptor não iria deixar passar aquele ato de indisciplina dos seus discípulos. No dia do exame, os alunos aguardavam o Professor chegar de frente a escola, quando o mesmo chegou as portas foram abertas e os alunos adentraram ao ambiente. Nesse dia, os jovens se surpreenderam com o novo objeto de punição que o mestre utilizaria, antes de iniciar a sabatina.

“O mestre escola mandou pedir um par de tamancos para substituir suas armas. E a cada minuto jurava que sua vingança seria pior do que a destruição de Jeruzalem, anunciada pelo messias. Nem mesmo o seu decurião escaparia” (JORNAL PEQUENO, 1910, N° 151, p.2)

O escritor da crônica que relata esse acontecimento é o filho do Advogado Rego Melo, que falamos anteriormente que criticara a contratação do mestre pelo governo provincial da Paraíba. Mario Melo,⁶² filho do bacharel, lembra desse dia com muito terror, pois foi ele que entregou os seus colegas ao mestre. Após o Professor revelar sua insatisfação com a travessura cometida pelos seus discípulos, o mesmo se aproximara de Mario com afagos, e prometera que se entregasse os jovens desviantes receberia uma gratificação em forma de “gulodice”. Apesar de Mário não ter feito parte do conciliábulo, ele observara tudo, inclusive os meninos jogando as palmatórias em cima do telhado. “Inocentemente, traindo a solidariedade dos colegas, levei-o ao local em que vira jogarem as palmatórias, contando o que sabia” (JORNAL PEQUENO, 1910, N° 151, p.2). O escritor se culpara pela sua inocência devido à pouca idade que o mesmo possuía, sendo matriculado na escola aos 3 anos de idade. “Está bem visto que eu não ia aprender couza alguma”. Isento da culpa e recompensado pelo educador com doces, o terror abatera o jovem, pois

⁶² Mário Carneiro do Rego Melo nasceu em 5 de Fevereiro de 1884, no Recife, filho do Juiz federal Manuel do Rego Melo, conhecido em Campina Grande como Dr. Rego Melo. Cursou o primário em Campina Grande-PB e Paudalho-PE, cursando o secundário no Recife no colégio Salesiano. Formado em Direito na faculdade do Recife, militarara por muito tempo na imprensa Pernambucana, falecendo em 1959. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=708 acesso em 29/07/2017.

O castigo foi horroroso. Diante do espetáculo desagradável de gritos, impropérios, vociferações, soluços e lágrimas, extorsões, lamúrias, exclamações, pedidos de misericórdia, fiquei impressionadíssimo, chorando também por minha vez, pela dor dos colegas. (JORNAL PEQUENO, 1910, N° 151, p.2).

Dessa forma, o castigo efetuado naquele dia ficara por muito tempo na lembrança de Mario, e apesar de não ter sofrido nenhum tipo de repressão de seus colegas por causa de sua idade, quando o mesmo rememorava aquele acontecimento e lembrava do mestre, o sujeito se arrepiava temendo sofrer um castigo tão terrível que ele observara os seus companheiros sofrerem. “Um pensamento assim que se fixa na imaginação de uma criança, perdura até o fim da existência” (JORNAL PEQUENO, 1910, N° 151, p.2). A crônica escrita por Mario Melo em 1910 ao Jornal Pequeno não cita o nome de Clementino Procópio, mas, apresenta todas as qualidades físicas e morais do Professor, e o escritor até aponta o ano que o mesmo foi aluno do mestre entre 1888 ou 1889, ano que Clementino Procópio era Professor de primeiras letras da província da Paraíba. O fato do autor não citar o nome do preceptor em sua crônica poderia representar duas hipóteses, a primeira é que o escritor ainda temia o sujeito que tivera enquanto mestre em Campina Grande, e outra justificativa é que apesar da crônica ter sido escrita em um jornal do Recife, o mesmo também circulava no estado da Paraíba, e para não entrar em atrito com um sujeito que ainda atuava no magistério paraibano, que por sinal também era uma personalidade pública daquele lugar. Nesse caso, era melhor omitir o nome do educador para evitar desentendimentos. Após aquele acontecimento narrado por Mario, o seu pai recebera uma promoção para exercer o cargo de Juiz de Direito em Paudalho-PE, lá o jovem pode dar continuidade aos estudos e esquecer o que tinha acontecido naquele fatídico dia, porém, as recordações deixaram marcas. Certa vez, quando Mario possuía doze anos de idade, ele foi pego em um ato de infração na sua escola. Ele relata que,

Ao ouvir pronunciar a palavra castigo, me veio a idéia o fato de Campina Grande e embora eu ignorasse que na bondade de minha mestra não havia a perversidade do preceptor sertanejo, á mente correu-me o espetáculo horroroso que eu presenciara e no qual iria figurar como personagem. (JORNAL PEQUENO, 1910, N° 121, p.2).

Assim, através dessa citação percebemos que Mario Melo e Eurípides de Oliveira possuíam pensamentos diferentes quanto aos castigos aplicados na época em que os dois eram estudantes. As diferenças existentes nos discursos proferidos são referentes as épocas que os mesmos escreveram sobre o assunto. O último, como já destacamos, percebe que o problema era referente a metodologia aplicada para manter a disciplina em sala de aula. Enquanto Mario

acredita que a atitude do mestre revela a “índole violenta” do sujeito que o educava, que foi à “forra” por ser contrariado, retirando qualquer culpa do modelo educacional da sua época. O ato de indisciplina cometido pelos colegas do filho do bacharel tivera um castigo disciplinar que ficara por muito tempo na memória do autor da crônica.

Outra ação infratora cometida por um aluno de Clementino Procópio chegaria até nós através também de uma Crônica de Dorgival Terceiro Neto que relata uma transgressão cometida por seu pai no educandário São José. Com a implantação do internato na Escola São José em 1910, o Professor se viu na necessidade de empregar novas estratégias de controle para o alunado, já que agora o educador receberia no seu estabelecimento de ensino estudantes advindo de outras cidades que ficariam hospedados no internato do colégio, na Vila América, sobre os seus cuidados. Se antes o mestre escola necessitava apenas “manter a ordem” na sala de aula, agora precisava manter a disciplina no novo modelo adotado pelo seu estabelecimento de ensino, que segundo Terceiro Neto (1999) teria o apoio da sua esposa D. América Procópio que o ajudaria na administração e na manutenção do educandário. Os alunos internos do preceptor seriam disciplinados para cumprirem as regras da instituição. Por exemplo, era permitido aos discentes saírem nos horários livres, inclusive à noite.

O pai do cronista Dorgival Terceiro Neto o relatava algumas experiências da época em que foi interno do colégio São José destacando “que saíam, vez por outra, à noitinha, para o lazer cidadão, circunscrito a caminhadas pelas poucas ruas da cidade, ou visitas ligeiras a amigos e conhecidos. À hora marcada se recolhiam todos.” (TERCEIRO NETO, 1999, p. 206). A instituição do Professor Clementino Procópio permitia a saída dos garotos para que esses pudessem “desopilar” nas horas vagas, já que seria muito difícil manter presos jovens como o pai do cronista, o seu Melquíades Vilar que, na época em que foi interno do educandário entre os anos de 1910-1914, já tinha dos seus 16 a 20 anos. Estrategicamente o educador permitia a saída dos seus discentes, todavia, existia um horário de recolhimento, que tinha que ser cumprido. Aqueles que não fossem pontuais com o horário estipulado acabariam sendo punidos. Isso era uma maneira do mestre-escola manter a ordem no seu estabelecimento de ensino, dando liberdade aos discentes, mas impondo regras para sua chegada. Mas, para toda estratégia, existe uma tática (CERTEAU, 2009), e o seu Melquíades Vilar é um exemplo:

Certa noite, ele chegou com atraso, porque prolongara a conversa em casa de umas jovens. Ao se aproximar do colégio, lá vem o cachorro agressivo que Severino Procópio, filho do Professor, criava, e ao a qual concedia habeas-corpus noturno, depois que os internos se recolhiam. O estudante retardatário não teve outra opção, a não ser atracar-se com o bicho, quando este partiu

para mordê-lo. Acostumado a derrubar boi no mato e a enfrentar riscos, valeu-se da agilidade e força física para segurar o cão pelo pescoço. Apertou-o tanto que o animal desmaiou e morreu. No outro dia, o assunto era um só mataram o cachorro do filho do Professor. Se descoberto, o autor do cachorricídio seria penalizado com expulsão, acaso fosse aluno do colégio (TERCEIRO NETO, 1999, P. 206).

Se no cotidiano escolar o Professor Clementino Procópio se utilizava do estratagema da metodologia lancasteriana, principalmente empregando o uso de monitores para manter a ordem em sala de aula. À noite, analogamente, o eleito para função de monitor era o cachorro que seu filho criava após o esgotamento do prazo para os internos voltarem. O animal era solto para montar guarda e fazer a segurança da propriedade, e, de vez em quando, acabava “delatando” os alunos retardatários que chegavam após o horário. O cachorro, igualmente um “decúria”, tinha a função de disciplinar e de educar os estudantes para não mais chegarem atrasados, já que este estava ali para denunciar os procrastinadores ao docente. Para burlar essa fera raivosa que alertava o Professor da chegada de um interno retardatário, Melquíades Vilar teve que se atracar com o cão para silenciar seus latidos, a partir da citação acima percebemos que o maior medo do aluno não era se machucar enfrentando o “decurião animalesco”, e sim ser pego infringindo as regras do preceptor. Então, de maneira improvisada o educando se utilizou da sua astúcia para conseguir adentrar os aposentos onde ficavam os estudantes do internato sem ser notado. Quem levaria a pior nessa história era o canino que perderia sua vida.

De acordo com Terceiro Neto (1999) a esposa do Professor, a Dona América, ficou muito revoltada com a morte do vigia de estimação. Despertando sobre o jovem Melquíades Vilar temor, já que depois da morte do cachorro sempre o mesmo avistava a D. América em posse de um rifle, a qual a mesma manobrava com muita destreza. O medo de ser descoberto fez o interno guardar segredo sobre a fatídica noite, o mesmo só revelou essa história algum tempo depois quando se encontrava na sua cidade natal em Taperoá-PB, livre do medo que a esposa do Professor Clementino Procópio representou após a morte do seu animal de estimação. O que podemos concluir dessa história é que o responsável por burlar as regras impostas pelo educandário, referente ao horário de se recolher, não pôde se vangloriar do seu logro para os colegas de alojamento, já que temia ser descoberto, e principalmente porque seus atos despertaram a ira da matriarca da instituição. O risco de sofrer algum tipo de punição caso fosse desvendado, fez o seu Melquíades Vilar silenciar até concluir seus estudos no colégio São José.

É importante destacar que o cotidiano escolar da época que foram produzidos esses discursos sofreram com a influência do método Lancaster. Uma das funções dessa metodologia era manter a ordem no ambiente escolar público (MEN & NEVES, 2007, p.1) sendo também empregado no ensino particular como observamos no contexto educacional de Campina Grande, entre os séculos XIX e começo do XX. As intenções que inspiravam essa metodologia era docilizar o sujeito. A partir do cotidiano escolar do estabelecimento de ensino do Professor Clementino Procópio, percebemos que ele fazia uso de recursos punitivos como meio estratégico de manter a ordem, mas ao mesmo tempo, percebemos a resistência por parte do alunado para sublevar as normas que os regulavam.

3.4 O declínio do Educandário São José e a aposentadoria do Mestre

O prof. Clementino é um símbolo e o seu nome equivale a uma legenda sugestiva. O peso dos anos ainda o não abateu para uma deserção. Retirar-se êle definitivamente do ensino seria um golpe traumático no fio de sua preciosa existência. (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, N°3, p.9).

Apesar do discurso que exalta o sujeito e suas habilidades enquanto educador, já havia algum tempo que Clementino Procópio analisava a possibilidade de deixar o magistério, não por não gostar mais de ensinar, e sim pelas condições financeiras que não permitiam mais que o Professor mantivesse o seu Educandário. As especulações sobre o encerramento das atividades do Colégio São José iniciara no começo da década de 1920. O próprio preceptor confidenciou sua intenção para Lino Gomes⁶³, que expôs através de um artigo publicado pelo Jornal A Razão a intenção do mestre.

Há pouco visitando esse acreditado educandário, tive ocasião de ouvir o seu provector diretor coronel Clementino Procópio, a respeito da carestia da vida. Dizia-me aquelle Professor: ah! meu amigo; tenho, com grande desprazer, de fechar o collegio, devido a carestia da vida. Há 48 annos que ensino, mantendo sempre o mesmo preços para seus alunos internos e semi internos, no entanto, já tendo sacrificado parte do que possuía no propósito de não aumentar as mensalidades, vejo agora que me é impossível continuar (JORNAL A RAZÃO, 1920, N°31)

⁶³ Natural de Campina Grande, Lino Gomes da Silva nasceu 23 de setembro de 1864. “De origem humilde, trabalhou como vendedor ambulante e carregador de água, tornando-se um grande comerciante na cidade. Político, foi vice prefeito de Cristiano Lauritzen”, em Campina Grande também militara na imprensa, além de ter sido um dos fundadores da Loja Maçônica Regeneração Campinense em 1923, falecendo em 1924. Ver: (MEMORIAL URBANO DE CAMPINA GRANDE, 1996, p. 164)

Todo o esforço do Professor para manter os preços das mensalidades iguais ao da fundação da sua instituição escolar, já vinha fazendo o educador se desfazer de alguns imóveis que possuía. Era necessário aumentar a mensalidade, todavia, o educador não queria fazer isso. Para Clementino Procópio, era melhor fechar do que estender os preços que os pais iriam pagar para matricular e manter o seus filhos. O educador se sentia “acanhado” em promover esse aumento, temendo ser visto pelos os familiares dos seus discentes enquanto um “explorador”. Lino Gomes convenceu o mestre a mudar de ideia, e a sua justificativa era a importância da casa de ensino para Campina Grande, sendo naquele momento o único colégio da cidade que abrigava o ensino secundário. Logo, o cerramento de suas portas significaria um prejuízo para a cidade, e os argumentos proferidos pelo colega fariam com que o educandário permanecesse ativo. Inclusive nesse mesmo jornal é veiculada uma propaganda do Colégio com os preços a serem pagos para os interessados em matricular os seu filhos. Confira a seguir:

Figura 2- Anúncio sobre as mensalidades do Colégio São José

PREÇOS SEM COMPETENCIA
CAMPINA GRANDE — Estado da Parahyb

COLLEGIO S. JOSE

CAMPINA GRANDE

Neste estabelecimento ensinam-se os cursos primario e secundario com vantagem para a mocidade estudiosa, attenta a pratica de 46 annos, que desta profissão tem o seu Director *CLEMENTINO GOMES PROCOPIO*.

As aulas abrem-se a 15 de Janeiro e fecham-se a 15 de Dezembro

MENSALIDADES

INTERNOS por trimestre	210\$000
SEMI-INTERNOS por trimestre	120\$000
EXTERNOS (curso secundario por trimestre	45\$000
(curso primario por trimestre	30\$000

NÃO SE COBRA JOIA

LAVADO E ENGOMADO POR CONTA DO COLLEGIO. MEDICO E PHARMACIA POR CONTA DOS PAIS. ROUPA E CAMA A VONTADE DOS PAIS. GOZARA 10 POR CENTO DE ABATIMENTO QUEM MANDAR MAIS DE UM ALUMNO OU PAGAR LOBO ATS DE UM TRIMESTRE. TODO PAGAMENTO SERA ADIANTADO

Fonte: JORNAL A RAZÃO, 1920, N°31

O anúncio veiculado pelo Jornal A Razão não era novo e estava desde de 1918 sendo repetidamente publicada, inclusive o colégio permanecia com o mesmo tempo de atuação quando foi impresso pela primeira vez. Apesar de estar dissuadido da ideia de fechar o educandário, Clementino Procópio não aumentara de imediato as mensalidades da sua casa de ensino, em virtude da proximidade do cinquentenário do São José que seria comemorado em 1922. Após essa data não haveria mais impedimentos para se fazer o reajuste necessário para manter as portas abertas da instituição, e uma carta foi escrita pelo mestre para explicar os motivos que o levaria a promover os reajustes.

Há 48 anos completos hoje, abrimos o “Colégio São José”, com as mensalidades que ainda hoje cobramos, e que apesar da alteração natural que o correr dos tempos faz no valor de tudo, apesar das secas contínuas que nos têm afligido, e não obstante a alta descomunal que o flagelo da guerra mundial elevou o preço dos gêneros alimentícios e da vida em geral por toda parte, nunca as aumentamos, desejando sempre, pelo contrário, mantê-las inalteradas até 1922, quando, queremos Deus, pretendemos festejar o jubileu da instalação do colégio. (ALMEIDA, 1978, p.318)

Os pretextos apontados para reajustar as mensalidades de acordo com Almeida foram aceitos, considerando que a manutenção do colégio estava acima do que era cobrado, e por esse motivo ameaçava fechar o educandário. Mas, por que esperar as comemorações do cinquentenário do São José para reajustar as mensalidades? Sobre esse assunto as fontes não nos apresentam uma resposta, contudo, através de uma pequena biografia do escritor João Norberto da Nobrega, nascido em Patos-PB publicada em um jornal do Recife em 1951, destaca que:

Escolas não existiam. Professores particulares eram raríssimos, mantinham colégios de que ainda se fala, a distância e preços impossíveis: Antonio Gomes no Brejo da Cruz e em Campina Grande, Clementino Procópio. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1951, N° 102)

As tarifas cobradas pelo Educandário São José não eram tão acessíveis como deixa transparecer os discursos que dão voz a Clementino Procópio. Todavia, com o passar dos anos e as mudanças ocorridas na economia mundial, que afetavam logicamente Campina Grande os valores para 1920 se tornaram obsoletos. Levando em conta que quando o educador ministrou suas primeiras aulas com essas tarifas, o espaço ocupado era o da sua residência, havia poucos alunos e não 120 discentes com o comparecimento de 80 anualmente⁶⁴. Essa quantidade de alunos aumentava os gastos assumidos pelo mestre que em 1920 não conseguia mais fechar a conta com as tarifas que eram cobradas anteriormente.

Com muito esforço o Educandário São José conseguira comemorar os seus 50 anos, uma grande festa foi montada para comemorar essa data festiva, o paço municipal de Campina Grande conclamou a cidade para uma sessão especial para homenagear Clementino Procópio. Se fizeram presente alunos e ex-alunos, inclusive o escritor Hortênsio Ribeiro que discursara e entregara para seu antigo mestre uma condecoração do município pelos seus serviços prestados para o magistério campinense, se tratava de uma medalha de ouro.

⁶⁴ Informações retiradas do Anuário de Campina Grande de 1925 para 1926, quando indica a capacidade de discentes aceitas pelo Educandário São José.

Muito emocionado com a honraria recebida, o Professor agradeceu as palavras das gerações que passaram por suas mãos, manifestando em público o seu testamento “Dou alma a Deus, em que creio piamente. Dou os meus cinquenta annos de serviços à pátria. Dou meu corpo aos discípulos, inclusive filhos e netos. Dou a minha família o meu nome e minha memória” (ANUARIO DE CAMPINA GRANDE, 1925, P.176). Dessa forma, o discurso proferido pelo educador aponta que o mesmo desejava construir uma imagem que o colocasse na condição de defender que o seu trabalho estava voltado para os interesses da pátria, no desejo de disciplinar os jovens da nação para respeitar as hierarquias do Brasil, consolidando o projeto nacional instituído no período imperial, a qual se dar o início da sua carreira no magistério. Porém, este também revela o amor que sente em trabalhar com a mocidade, tanto que este afirma doar o seu próprio corpo a este ofício por longos anos. É provável que seja por esse motivo que o mesmo não reajustou as mensalidades de sua casa de ensino em 1920, aguardando passar o momento festivo. A documentação pesquisada não aponta se após as comemorações do cinquentenário Clementino Procópio aumentou as mensalidades, pois nesse período festivo o educador recebeu uma notícia importante advinda do governo do Estado. O presidente da Paraíba Sólon de Lucena⁶⁵ tinha concedido um aumento da aposentadoria do mestre

Em 1922, estava eu no palácio, conversando com o Presidente Solon de Lucena, quando perguntou-me qual era a situação de meu pai, como Professor público aposentado de Campina Grande. Contei-lhe que êle havia ensinado durante 40 anos desde a monarquia quando moço, fizera concurso para cadeira primária daquela cidade, tendo se aposentado com cem mil réis. O presidente achou ridícula a remuneração. Dias depois, sem que eu lhe tivesse pedido a Assembléa do Estado votava uma lei mandando dar ao Professor Clementino Procópio uma pensão de 300 mil réis. (PROCÓPIO, 1962, p.147-148).

O aumento da pensão promoveria a continuidade do educador a frente do magistério campinense, dando suporte para a manutenção do Educandário São José. O colégio permaneceria ativo até 1932, quando fecharia as suas portas, ficando na lembrança daqueles que passaram por aquele ambiente. Os motivos que levaram ao fim do Educandário mais antigo de Campina Grande, seria a competição de novos educandários com estruturas melhores e com uma qualidade de ensino que seria superior a instituição do mestre, que sofria já algum tempo com a competição de outros colégios. A idade do Professor que superava os

⁶⁵ Natural de Bananeiras-PB, Sólon Barbosa de Lucena nasceu no ano de 1878, foi um político que por duas vezes esteve à frente do Governo Paraibano, a sua primeira oportunidade ocupando a cadeira de gestor da Paraíba, foi em 1916 de primeiro de Julho a 22 de outubro desse ano. Voltando a ocupar esse cargo em 1920, a qual permanecera até 1924, inclusive foi nesse ano em que falecera.

75 anos era outro empecilho, e a sua saúde estava comprometida, e dessa maneira era difícil para o mesmo assumir a instrução de tantos jovens. Um outro fato que culminaria para o encerramento das atividades do São José, foi uma comissão formada em 1930 para investigar atos considerados suspeitos por essa incumbência na gestão do ex-presidente João Suassuna⁶⁶. Todavia, essa comissão acabaria suspendendo o reajuste feito por Sólon de Lucena na aposentadoria do educador. Esse ato foi considerado por Severino Procópio como insatisfatório, tendo em vista que o mesmo apoiava o governo vigente. O filho do mestre demonstra a sua insatisfação com essa ação “O que deveriam fazer de importante não fizeram por covardia, ou conveniência suspeita. Elementos da comissão estavam agindo com sabedoria perniciososa e maléfica. (PROCÓPIO, 1962, p.148). Essa ocorrência teria um efeito danoso para o educador, com o desfalque financeiro que tinha sido emposto, o Professor se atolaria em dívidas. Até mesmo sua biblioteca seria vendida em 1938 para a prefeitura campinense pela sua esposa para suprir as suas necessidades, após a morte do educador.

Nesse sentido, o fim do São José, forçou Clementino Procópio a se aposentar, apesar de ter assumido outras identidades ao longo de sua vida. Era enquanto Professor que o sujeito se reconhecia. Por isso a Revista Evolução é feliz na sua afirmação, quando destaca que retirando o preceptor do ambiente que o mesmo estava habituado, era pôr fim a existência do homem. Foi encerrar as suas atividade e Clementino Procópio morrera aos 80 anos em 1935. Fechava assim um livro, que por muito tempo passara seus ensinamentos para os jovens do interior paraibano. Nesse Capítulo apresentamos as lentes que registraram a história da educação campinense, foi através de alunos e familiares que refletimos sobre diferentes aspectos que estão intimamente relacionados com o papel do educador que o sujeito exerceu na sociedade como um todo através do magistério. No próximo capítulo iremos analisar a produção de lugares de memória para o Professor e como esses espaços também acabam se transformando em espaços de esquecimento.

⁶⁶ Natural de Catolé do Rocha-PB, João Urbano Pessoa de Vasconcelos Suassuna nasceu em 19 de Janeiro de 1886. Foi um político que governara a Paraíba entre os anos de 1924 a 1928. Falecera em 9 de Outubro de 1930, tendo sido assassinado no Rio de Janeiro, o político era pai do também falecido Escritor Ariano Suassuna.

4 CAPÍTULO 3: NÃO HÁ CORPO, NEM MATÉRIA, SÓ EXISTE AGORA LUGARES DE MEMÓRIA E TAMBÉM DE ESQUECIMENTO: A CONSTRUÇÃO DE LUGARES DE MEMÓRIA PARA CLEMENTINO PROCÓPIO EM CAMPINA GRANDE

Passa um dia e, afinal, um mês, um ano, e do tempo não cessa a caminhada... este, chora e maldiz, aquele ufano, sorri da vida a límpida alvorada! Do sofredor, porém, finda a jornada... e o que sorria, lépido e profano, sente em su`alma, súbito abalada, o choque aterrador do desengano! ... É que todos, enfim, de alma vencida, descem, chorando, a encosta desta vida, buscam, na morte, a extrema salvação... Mas o tempo não para; o tempo corre: pois só ele, afinal, é que não morre, não sofre a mais ligeira alteração! ... (LUNA, 1997, p. 61).

O tempo é cruel com as pessoas e com as coisas, Cronos na sua eternidade não possui compaixão com as existências que estão abaixo do Monte Olimpo. Quem somos nós então? Nessa infinidade que é o universo, nos assemelhamos a pequenos grãos de areia que evaporamos no ar, nas grandes tempestades de areia. A nossa finitude evoca preocupações produzidas pelo medo de ser esquecido, precisamos ser lembrados pelos nossos familiares ou pelos nossos admiradores, o esquecimento é o fim de tudo é o apagar do nosso viver. E como combater essa ameaça que nos aflige? Uma preocupação tão antiga que já afligia heróis da antiguidade, esse é o caso de Aquiles que mesmo sendo um grande guerreiro conhecido por todos em sua época temia acabar sendo esquecido. Na época, morrer em batalha era ascender ao Olimpo dos grandes heróis, a guerra de Tróia foi seu passaporte para eternidade, até os dias de hoje lembramos dos feitos deste herói, e como a sua morte foi tão inusitada. Além disso, não são apenas os mártires que são imortalizados, na obra de Homero percebemos que alguns gestos e astúcias também podem promover um sujeito para o grupo dos imortais da memória, é o caso de Odisseu que sobrevivera a Guerra de Tróia, e assumira um papel importante para queda dos muros troianos, a ideia do presente de grego que também conhecemos nos dias atuais, iniciara através do presente do grande cavalo ofertado pelos guerreiros de Agamenon. A ideia surgira da mente criativa de Odisseu, que saíra vitorioso e vivo. Após os anos de guerra e a longa trajetória para voltar para seu lar o sujeito astucioso voltara para casa e morrerá nos braços de sua família.

E aqui estou eu escrevendo sobre suas peripécias que valera a vitória dos gregos sobre os troianos, e muitos outros sujeitos escreveram sobre ele ao longo de quase três mil anos, e a

longevidade desse acontecimento é tão extensa, que hoje não sabemos bem se essa história é real ou faz parte do campo da mitologia, mas não importa quais desses cenários essa história se insere, a nossa preocupação aqui é com a finitude promovida pelo esquecimento que está bem introduzida pela narrativa de Homero, que revela costumes de uma época.

Semelhantemente a época da narrativa de Homero, permanecemos buscando perpetuar nossas existências para a posteridade. Sabemos que ainda não existe uma maneira de nos perpetuarmos nessa existência, talvez, nunca conseguiremos descobrir essa dádiva que só os deuses possuem. Inquietos com esse processo que termina com a morte da nossa matéria, permanecemos iguais a Aquiles buscando maneiras de nos eternizar, pelos menos no que concerne ao campo da memória. Em certas épocas surgiram sujeitos que se destacaram e se tornaram exemplos para outros indivíduos em diferentes áreas, alguns se tornaram referências globais, enquanto outros locais. Alguns desses sujeitos conseguiram perpetuar seus feitos até os dias de hoje, enquanto outros foram “condenados” ao limbo e caíram no esquecimento. Como podemos combater o tão temido medo de afogar no Rio Lete⁶⁷? De acordo com Dias (2000, p.1) a estratégia da história oficial para combater o esquecimento é promover a produção de memórias edificadas nos espaços/monumentos:

Essa estratégia apresenta, é verdade, suas limitações. Primeiro, porque o critério de seleção se altera com o passar dos anos. Em cidades seculares, caso de São Paulo, é comum encontrar ruas antigas que mudaram de nome duas ou três vezes (PORTO, 1996). Segundo, porque o tempo pode diluir o significado das homenagens e tomá-las pouco mais do que uma placa na rua. Para que não se perca o sentido que moveu a nomeação, é imprescindível o acompanhamento permanente de outros processos de informação e educação, como o ensino de história e as festas cívicas (PINSKY, 1988; BITTENCOURT, 1988). Se o conteúdo histórico do nome da rua não é conhecido pelo transeunte, é porque esses outros mecanismos não estão sendo eficientes. (DIAS, 2000, p.1-2).

A proposta da história oficial de resguardar os feitos dos grandes sujeitos esbarra nas suas próprias limitações. É o que Dias aponta acima, pois antes de nomear um logradouro público de uma cidade é preciso situar a população daquele lugar os motivos daquele local receber o nome do ilustre sujeito, que em algumas ocasiões é desconhecido pelo moradores locais que acabam reconhecendo o espaço por outros nomes que não o oficial. Logo, é necessário por parte dos órgãos públicos reforçar o interesse da população em conhecer as histórias das pessoas que dão nome as ruas, escolas, praça e etc., com intuito de que esses

⁶⁷ Lete é uma palavra que vem do grego e a sua tradução literal para nossa língua é esquecimento. Lete também é o nome do rio que corta o mundo de Hades, aqueles que tem o desprazer de cair nas suas águas experimentam o total esquecimento.

espaços se tornem lugares de memória e não apenas o nome em uma placa escondida por um arbusto de uma árvore. Possivelmente, essa era a preocupação de Cristino Pimentel em uma crônica publicada em 1956 pelo Correio da Manhã, jornal impresso do Rio de Janeiro. O escritor relata a sua preocupação com esquecimento de duas personalidades de Campina Grande, são eles Clementino Procópio e Cristiano Lauritzen, que na percepção do autor desenvolveram naquele lugar um papel digno de lembrança de sua população:

E Campina Grande, está esquecendo-os. Não, Campina Grande, não, volta atrás, os governos que tem passado pela Casa Grande, que até agora têm se limitado a realizar obras de protecionismo, com sentido político, apesar do espírito da época exigir coisas mais avançadas e de onde emanem a sabedoria e gratidão e façam a alma do povo feliz. Reverenciar os mortos ilustres é um dever dos vivos como o é também o de fazer com que a multidão se sinta a vontade, e a cidade expanda-se com ar e asseio adequados. (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 1956, N. 19443).

Cristino Pimentel culpa a gestão municipal em não incitar em sua população a manutenção da memória de sujeitos que fizeram parte da história de Campina Grande. Por isso que o mesmo destaca o desejo de escrever sobre esses sujeitos, possuindo o intuito de despertar nos seus leitores e principalmente em seus conterrâneos o reconhecimento perante aos dois sujeitos que a política local não dava o devido respeito que mereciam. Os motivos desses sujeitos não serem contemplados pelo gestores municipais daquela época, é por que os dois em questão representavam uma outra Campina Grande de ruas estreitas e de “costumes ultrapassados”. A nova cidade surgira após a reforma urbana, e símbolos do “atraso” foram derrubados. É por isso que Pimentel destaca na citação acima que o município não volta atrás, todavia, o mesmo reconhece que é preciso desenvolver na população campinense o sentimento de gratidão com os sujeitos que outrora lutaram pelo progresso do município e que naquele momento histórico representavam o “retrocesso” para os gestores. É devido a esse sentimento que “esses homens são esquecidos. Mal puseram seus nomes em algumas ruas, quando o dever e a gratidão ordenam que seus bustos em bronze se mostrem em algum canto para que se se investigue que papel, de fato, representaram” (CORREIO DA MANHÃ, 1956).

Tomando o exemplo de Clementino Procópio, na época que essa crônica foi publicada já existia uma praça e uma escola na cidade com seu nome e nenhum desses locais possuía um busto do educador e nem tão pouco ressaltava a importância do mesmo para dar nome aqueles lugares. Esses espaços de memória acabam se transformando em lugares de esquecimento, com o passar do tempo, e é preocupado com esquecimento dos grandes homens que Pimentel é instigado a escrever sobre o assunto.

É incitado por essa discussão que o objetivo desse capítulo é analisar a produção de lugares de memória para Clementino Procópio, um sujeito considerado importante para formação intelectual de homens que ascenderam socialmente no cenário campinense e estadual. Um exemplo que pode ser apresentado é o do interventor Argemiro de Figueiredo, que no ano em que o educador falecera, assumira o governo do estado da Paraíba. Além do interventor, tiveram outros alunos do Professor que se destacaram no campo da política, principalmente na cidade de Campina Grande. Entre esses, está o prefeito, Vergniaud Wanderley que em sua gestão desenvolvera obras estruturantes na cidade entre as décadas de 30 e 40. Em sua primeira oportunidade a frente da prefeitura de Campina Grande inaugurara uma praça no ano de 1936, que tinha sido recém-construída pelo seu antecessor Bento Figueiredo que deixara o mandato antes de inaugurar o espaço. O Prefeito daria o nome do seu ex-Professor.

A homenagem prestada pelo prefeito Vergniaud Wanderley, pode ser incluída em um trecho, que é veiculada pela *Evolução-Jornal*, em decorrência da morte do Professor Clementino Procópio que inspirava a necessidade da manutenção da memória do Professor. Esta fora destacada dessa maneira pelo jornal: “A sua imagem permanecerá nos corações, com que ele repartiu a sua vida. Todos têm os seus redivivos é uma forma elegante da gratidão.” (EVOLUÇÃO-JORNAL, 1935, N°8). Esse trecho citado ressalta que manter a lembrança do educador já era um dos primeiros passos. Logo, para cumprir esse objetivo era preciso que as memórias individuais daqueles que tiveram contato com o Professor fossem rememoradas. Assim, a matéria póstuma do redator Porfírio Catão⁶⁸ descreve esta atitude de reavivar a memória dos cidadãos campinenses, para o não esquecimento do “morto ilustre”. Todavia, a homenagem feita pela gestão municipal campinense celebrava os serviços prestados, que o Professor Clementino Procópio tinha exercido na cidade. Essa homenagem enfatiza uma comemoração, a qual a cidade participara, dando impulso para desenvolver um lugar de memória para o Professor.

É através desse exemplo da praça que iremos analisar a produção de lugares de memória para o Professor na cidade de Campina Grande. Ademais, estes lugares se constituem enquanto um Documento-Monumento, para o historiador Jacques Le Goff (2013,

⁶⁸ Nascido em Serra Redonda-PB que na época do seu natalício era distrito de Campina Grande em 26 de novembro de 1905. Foi aluno do Professor Clementino Procópio e também cursara contabilidade no Instituto Pedagógico, atual Alfredo Dantas, onde depois atuou enquanto Professor, também atuando no colégio das Damas. Além de Professor, também militara na imprensa campinense, sendo redator da *Evolução Jornal* impresso ligado ao Instituto Pedagógico. De 1944 a 1968 exercera a profissão de bancário no Banco do Comércio de Campina Grande S.A. falecendo em 1970. Ver: (MEMORIAL URBANO DE CAMPINA GRANDE, 1996, p. 215)

p.494) o que o transforma o documento em monumento é a sua utilização pelo poder. É o que ocorre no caso de Campina Grande, os espaços que receberam o nome do educador só surgiram em decorrência das autoridades locais nutrirem o desejo de perpetuar a memória do antigo “mestre escola” para que as gerações futuras tomassem conhecimento dos feitos do sujeito homenageado. Essa é uma maneira do passado se impor ao futuro e por isso que precisamos estudar como se deram a produção desses locais, para que possamos compreender as relações que produziram esses espaços de memória para o Professor que também acabam se constituindo enquanto lugares de esquecimento.

4.1 A memória de um Professor no coração de Campina Grande

O vestígio da sua passagem pela cidade que tem uma virgem santa por padroeira, não está assinalado apenas no lindo logradouro que a veneração dum a edilidade municipal lhe mandou erquer, ali, onde outrora só via um horripilante presidio enjaulando os que na terra mataram, ensanguentaram e roubaram. (RIBEIRO, 1979, p. 94).

É em um espaço marcado por abrigar “sujeitos infratores” da ordem social, que surge a praça Clementino Procópio, a iniciativa de uma higienização moral do espaço, partiu da gestão municipal, que desativou no ano de 1935, a cadeia da cidade, transferindo para um lugar mais afastado do espaço urbano. Com a casa de detenção inativa, o prédio que abrigava os detentos não ficaria abandonado e nem tão pouco seria reutilizado. Era preciso esquecer que ali foi um local habitado por criminosos, “seu arrasamento foi um começo de luz penetrado na alma da cidade” (PIMENTEL, 2011, p. 141).

A demolição da cadeia ainda nos idos de 1935 abriria novos horizontes para aquele lugar permeado por lembranças negativas por parte de alguns adultos que viveram sua infância sobre os olhares dos prisioneiros que observavam tudo atrás das janelas gradeadas. Esse é o caso do Cronista Cristino Pimentel que quando criança morava bem perto da cadeia, tendo inúmeras memórias daquele ambiente que despertava medo e curiosidade. Segundo o escritor o espaço antes de se tornar uma prisão era para ser um matadouro, porém, os gestores da época mudaram rapidamente de atitude e alteraram o destino do prédio, para abrigar detentos, na visão de Pimentel houve apenas uma troca de desígnio, se antes era para ser um matadouro de animais agora era de humanos. Pois os sujeitos que eram submetidos a esse local vivenciavam uma verdadeira morte social, todavia, não eram totalmente esquecidos em razão do prédio que lembrava a população que eles estavam vivos e bem próximos, o que os separavam eram os muros da prisão.

A cadeia velha era um casarão quadrado, terrível e escuro construído em 1877 pelo Dr. Trindade. Tinha dois compartimentos e quatro grandes janelas gradeadas de ferro, com um grande portão de entrada. Portão artístico, de ferro, se acaso pode ser artística uma concepção do inferno. Ai de quem ali penetrasse para ficar! Antes de 1900, passou por uma reforma. A sala da guarda foi transformada numa prisão para mulheres, passando a ser feita a entrada para a prisão pelo lado traseiro que ficou sendo frente, olhando para rua do Rosário, hoje Praça da Bandeira. (PIMENTEL, 2011, p. 142).

De acordo com Pimentel não havia como não fixar os olhares para aquele espaço, e quando criança o cronista revela que possuía uma certa fixação por esse lugar, vivia a espiar da rua do Rosário a movimentação dos prisioneiros. Apesar de ser um crítico do progresso desacerbado que Campina Grande vivenciou entre os finais da década de 1930 e seu prolongamento na década 1940, Cristino Pimentel foi favorável a demolição da prisão no ano de 1935, por entender que aquele espaço “enfeava” aquele local. Em seu lugar iniciara a construção de uma praça que seria inaugurada em 25 de janeiro de 1936, o responsável pela a construção da obra era o Prefeito Bento Figueiredo, que não chegaria a inaugurar o empreendimento por ter sido removido da sua função de gestor. Sendo encarregado desse ensejo o sucessor do cargo de prefeito de Campina Grande, Vergniaud Wanderley, que não comparecera a solenidade de inauguração da praça que receberia o nome do falecido ex-Professor do gestor. De acordo com Ferreira (2012, p. 62) na ausência do prefeito, o secretário da prefeitura o Professor Almeida Barreto ficaria responsável por inaugurar a praça Clementino Procópio, agradeceu ao empenho da antiga administração para construção do espaço público e elogiou o primeiro ano de governo do interventor da Paraíba Argemiro de Figueiredo. Se fizera presente aquela ocasião Severino Procópio filho do principal homenageado que agradeceu a lembrança em nome de sua família.

Segundo Da Silva (2006, p.80) a escolha pelo nome de Clementino Procópio era uma maneira de contrapor a memória antiga do lugar que a praça ocupava. A nomeação de um sujeito que para os gestores da época representava um “bom exemplo” de cidadão e repleto de qualidades para os mesmos, era uma tentativa de apagar as lembranças dos prisioneiros que ocupara aquele espaço outrora. A construção de um lugar de memória para Clementino Procópio em um local que antes representava “tudo de ruim” que existia na cidade, era uma maneira da gestão municipal confrontar as recordações predominantes de sua população, perante ao antigo prédio demolido para o surgimento da praça ou a memória de um Professor recentemente falecido. Para Hortênsio Ribeiro era óbvio que seu mestre seria sempre lembrado em detrimento do antigo casarão.

A sua memória está impressa pelo selo da glória na lembrança reconhecida de quantos tenham ou não tenham sido seus discípulos ainda guardam recordação de tudo que ele fez em apego, dedicação social, sentimentos de admiração, e um tocante espírito e sacrifício pelas crianças e pelos desgraçados. (RIBEIRO, 1979, p.94)

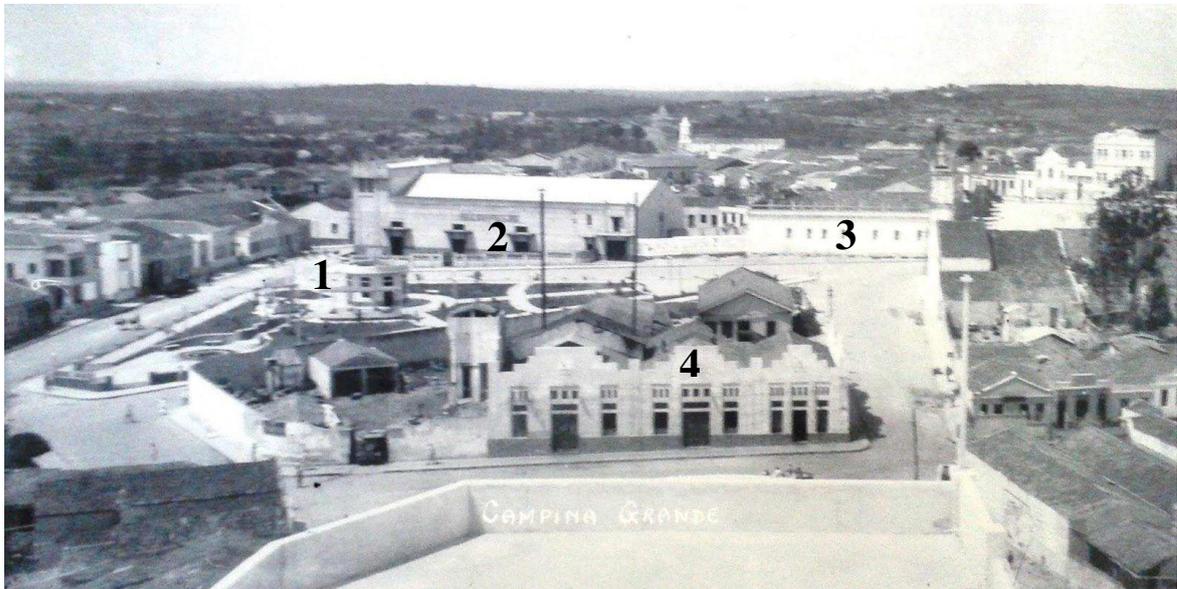
É através dessas considerações feitas por Ribeiro que percebemos o processo de ressignificação vivenciado pelo espaço antes ocupado pela prisão para dar lugar a uma praça que possuía o nome de um sujeito que naquela época possuía inúmeros admiradores do seu trabalho, principalmente na educação. A comoção construída por intermédio da morte do antigo Mestre Escola por grande parte da população campinense, foi ponto de partida para homenagem organizada pelos órgãos públicos de Campina Grande, promovendo um lugar de memória para Clementino Procópio institucionalmente. Apesar das lembranças naquela ocasião serem recentes, tanto da cadeia quanto do sujeito que daria nome a praça, é provável que o fato da demolição e não mais a existência do prédio que abrigava prisioneiros tenha possibilitado a disseminação das recordações do sujeito que nomeava o novo logradouro. De acordo com Ferreira (2012, p. 62) a nova praça desde a sua inauguração era ocupada por populares até tarde da noite. Um dos motivos para os campinenses ocuparem esse espaço era devido ao cinema Capitólio inaugurado em 1934 e também da presença da Igreja do Rosário que dividira por pouco tempo o espaço com a praça. Era certamente por essa razão que havia sempre pessoas usufruindo desse novo espaço de sociabilidade construído pela gestão pública municipal. As imagens a seguir permitirão compreender a transformação desse espaço.

Figura 3- Cadeia (1), Construção do Cinema Capitólio (2), Igreja do Rosário (3), Usina da Luz (4)



Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande⁶⁹

Figura 4- Praça Clementino Procópio (1), Cinema Capitólio (2), Igreja do Rosário (3), Usina da Luz (4)



Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande⁷⁰

⁶⁹Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com.br/2015/06/parte-do-centro-de-cg-decada-de-1930.html#.WTVjY5Lyu1t>> Acesso em 05/06/2017

⁷⁰Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com.br/2016/10/vista-panoramica-usina-de-luz-e-forca.html#.WTVk6JrK1t>> Acesso em 05/06/2017.

As duas imagens que apresentamos foram fotografadas do mesmo ângulo tendo como cenário um único espaço em anos diferentes da década de 1930. É perceptível, observar a transformação de uma imagem para outra, apesar do nosso foco ser o lugar ocupado pela praça, é necessário destacar o desaparecimento de alguns casarões de uma fotografia para outra. Dando uma maior visibilidade para a Usina da Luz que naquela época ficava no espaço que atualmente é parte da Avenida Floriano Peixoto, como também se estendia para uma das laterais da Praça Clementino Procópio, que após a destruição desse prédio seria aumentada e ganharia a extensão que hoje possui. Acima da Usina da Luz é apresentado nas duas fotografias, a Igreja do Rosário que se mantinham de pé nessas duas capturas empreendidas por fotógrafos. As diferenças existentes no cenário que estamos analisando é diante do Cine-Capitólio que na primeira imagem (FIGURA 3) está em fase de construção por trás da Igreja do Rosário e tendo como vizinho a prisão. Enquanto na imagem subsequente (FIGURA 4) é apresentado o mesmo já em atividade, com a presença da praça no lugar da cadeia.

As transformações observadas nas duas fotografias refletem o processo de metamorfose vivenciada por Campina Grande. De acordo com Queiroz (2016, p.174) os primeiros anos da década de 1930 surgiram debates que ansiavam por uma intervenção do espaço urbano campinense. “Com exceção das ruas que já se conformaram com certa largura, como a Maciel Pinheiro e a Marquês do Herval, o núcleo central continuava formado por becos, largos, ruas estreitas e com horizontes limitados”. Era necessário abrir artérias que facilitassem o processo de transição da cidade para o futuro, pois o modelo que Campina Grande estava emerso não permitia sua evolução, tendo em vista que sua estrutura urbana que não facilitava a movimentação de automóveis e devido a esses problemas estruturais poderia não ser interessante para o investimento de capital oriundo de outras localidades.

Para manter as exportações de algodão, principal produto do local e que promovera a prosperidade em terras campinenses naquela época, seria indispensável a disciplinarização do espaço urbano, nesse intuito as gestões de Bento Figueiredo e Vergniaud Wanderley seriam importantes para a transformação da urbe “Numa cidade moderna e confortável”. A construção da Praça Clementino Procópio e o desaparecimento de alguns casarões de uma imagem para outra evidencia esse processo, que estava dentro dos planos do arquiteto Nestor Figueiredo responsável por planejar um projeto urbanístico para Campina Grande, o profissional também teria sido encarregado por planejar reformas na capital paraibana e em Cabedelo-PB.

No escopo dos trabalhos do urbanista para Campina Grande, também estavam previstas soluções para problemas ainda sem a ação incisiva do

poder público no começo dos anos 1930, como as deficientes condições de saneamento do município, a carência de áreas verdes e a precariedade das habitações populares (QUEIROZ,2016, p.178).

A preocupação do arquiteto com esses problemas que afetavam Campina Grande seriam colocados no papel em 1933. Todavia, de acordo com Queiroz (2016, p.178) a estabilidade política vivenciada pela prefeitura campinense, não permitiu que o projeto fosse rapidamente iniciado. Só para ilustrar, no ano em que foi formulado o projeto por Nestor Figueiredo até a inauguração da praça Clementino Procópio em janeiro de 1936, quatro prefeitos⁷¹ passaram pela administração de Campina Grande, e essas sucessões foram prejudiciais para a programação urbanística da cidade.

Só em 1938 é que o projeto seria novamente revisto e colocado em prática, isso não quer dizer que antes disso, não havia por parte dos gestores públicos a preocupação por sanar a escassez de áreas verdes na área urbana que é apontado por exemplo por Nestor Figueiredo. O surgimento da Praça Clementino Procópio possui esse intuito, e nesse sentido na sua inauguração é ressaltado que o espaço era ajardinado, sendo o primeiro espaço de Campina Grande construído com essa preocupação, em 1938 surgiria ao seu lado, a Praça da Bandeira, que daria continuidade a esse processo. A praça que recebe o nome do educador, seria uma das primeiras obras elaboradas pelo pensamento modernizador. Apesar de bem aceita pela sociedade daquela época, os frequentadores daquele rossio tinha que conviver com as fumaças escuras que era expelidas pela Usina da Luz. Além do barulho que a Usina promovia, dentro do projeto de Nestor Figueiredo, essa empresa não poderia ocupar o espaço central da cidade. É por isso que nos anos de 1940

Estes galpões foram demolidos para a reforma urbana planejada pelo então Prefeito Vergniaud Wanderley. A unidade termo-elétrica foi transferida para um novo e moderno prédio localizado nas imediações do Açude Velho. Desta forma foi possível prolongar a Praça Clementino Procópio e promover o embelezamento da área. (BLOG RETALHOS HISTÓRICOS DE CAMPINA GRANDE⁷², 2013)

Com a demolição da Usina de Luz a praça Clementino Procópio ganharia mais espaço e expandiria a sua área verde. A população de Campina Grande adquiriria qualidade de vida, por não ter mais uma fábrica que constantemente liberava fumaça e outros dejetos e ainda receberia um espaço maior para desenvolver as suas relações de sociabilidade. Para aqueles

⁷¹ “Antônio Pereira Almeida (12/1932 – 06/1934) Antônio Pereira Diniz (06/1934 – 09/1935) Bento Figueiredo (09/1935 – 12/1935) Verginiaud Wanderley (12/1935 – 11/1937)”. (QUEIROZ,2016, p.178).

⁷² Disponível em: <http://cgetalhos.blogspot.com.br/2013/08/computacao-grafica3d-empresa-luz-e.html> acesso em:06/06/2017

que valorizam a memória dos sujeitos que foram considerados importantes para a localidade, a transferência da usina foi uma verdadeira libertação, tendo em vista, que a praça receberia o nome de um sujeito, o qual fazia parte da memória recente da cidade. Os seus moradores não deram tanta importância para o nome que estampava a placa do logradouro, e logo adotaram um nome mais usual para a mesma, como a praça ficava ao lado da Usina da Luz, os seus frequentadores começaram a chamar de Praça da Luz. Mas, se engana que após a destruição dos galpões da Usina da Luz, o logradouro seria lembrado pelo seu nome institucional. Hoje por exemplo a mesma é mais conhecida como a praça dos Híppies por estar constantemente ocupando esse espaço vendendo seus artesanatos, até o final da última década era a praça dos roqueiros⁷³ por haver uma concentração de sujeitos que gostavam do gênero musical e quantos outros nomes não foram adotados no lugar de Clementino Procópio. A tentativa de propagar a memória de um sujeito através de um espaço por parte de uma gestão, muitas vezes são frustradas, devido a própria interação dos sujeitos que ressignificam o lugar, o nomeando a sua maneira. As práticas dos poderes públicos de legitimarem a história oficial, esbarram nas relações construídas por sujeitos comuns da sociedade de um determinado local.

Nesse sentido, se abordarmos os transeuntes que trafegam cotidianamente a Praça Clementino Procópio, e perguntarmos como se chama aquele espaço possivelmente haverá sujeitos que não saberão dizer o nome evocado pela aquele logradouro que constantemente atravessam ou até mesmo passa um pouco do seu tempo naquele local. E os que sabem a denominação do espaço provavelmente não fazem ideia de quem se trata, isso não ocorre apenas nesse local, é um problema de vários outros espaços. A tentativa de construção de um lugar de memória em muitas circunstâncias acabam promovendo também o esquecimento. O

⁷³ O coreto da praça Clementino Procópio era palco nas sextas feiras, da sexta cultural. Com o objetivo de contribuir para o crescimento cultural do cenário artístico e musical da cidade de Campina Grande, a Guaianum produções criou a sexta cultural na praça, que se iniciou no dia 27 de abril de 2007, onde todos os artistas campinenses, independentes do estilo têm espaço para mostrarem seus talentos. Essa era a descrição do evento na comunidade do evento no Orkut. Nem todos os estilos musicais eram bem aceitos na praça, pagode, forró e até mesmo MPB eram abominados, já que o público deste evento em grande maioria era formado por roqueiros. Antes mesmo de ser elaborado este evento na Praça Clementino Procópio, existia na década de 2000 uma grande concentração de roqueiros, que se reuniam na sexta nesse espaço. O evento tinha como intuito uma diversificação musical, o que não ocorreu, já que os outros estilos quando se apresentavam, sofriam vaias do público que exigia rock. A desistência de músicos de outros estilos de tocarem na praça tornou o evento mais voltado para o rock. Disponível em <http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=11759155> acesso em 11/11/2010.

próprio cronista Cristino Pimentel faz referência em seu artigo para o Correio da Manhã sobre o esquecimento do sujeitos que na sua concepção foram importantes para Campina Grande

Esses homens são esquecidos. Mal puseram seus nomes em algumas ruas, quando o dever e a gratidão ordenam que seus bustos em bronze se mostrem em algum canto para que se investigue que papel, de fato, representaram, ou representam, como é próprio dizer-se, na crônica histórica da terra berço. O bronze foi descoberto mais para isto. (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 1956, N. 19443).

Na falta de um corpo físico, um busto feito de bronze possui o mesmo efeito, para Cristino Pimentel essa referência seria importante para despertar na população campinense a curiosidade pelos sujeitos homenageados. Por exemplo, se usarmos como modelo a praça Clementino Procópio que desde a sua inauguração nunca possuiu uma menção para o papel desenvolvido pelo o sujeito que dar nome ao lugar e nem tão pouco um busto que desperte olhares dos transeuntes que trafegam por aquele local, dar margens para a produção do esquecimento, uma simples placa sem um reforço histórico dos órgãos que evidenciaram a nomeação não propiciam que aqueles espaços exerçam como lugar de memória. E principalmente quando esses espaços são ocupados por outros monumentos que fazem alusão a outros sujeitos, esse é o caso da praça Clementino Procópio em suas dimensões encontraremos uma estátua de Argemiro Figueiredo antigo político local, e um monumento em homenagem a Teodósio de Oliveira Lêdo, fundador de Campina Grande.

Figura 5- Estátua de Argemiro Figueiredo



Fonte: Câmara Municipal de Campina Grande⁷⁴, 2015

Figura 6- Monumento a Teodósio de Oliveira Ledo



Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande⁷⁵

⁷⁴ Disponível em <https://www.camaracg.pb.gov.br/joao-dantas-solicita-limpeza-e-restauracao-dos-monumentos-e-das-poesias-expostas-na-praca-clementino-procopio/> Acesso em 12/08/2017.

⁷⁵ Disponível em: <http://cgetalhos.blogspot.com.br/2010/07/top-10-fotos-recentes-de-campina-grande.html> Acesso em 14/08/2017.

As esculturas apresentadas anteriormente foram erguidas em gestões posteriores a administração que idealizou a construção da praça Clementino Procópio, a falta de uma identidade que promova uma identificação com o sujeito que dar nome a praça permite que o espaço construído com intuito de promover a memória do antigo Professor também seja um espaço de esquecimento. Para Le Goff (2013, p. 495) é preciso analisar esses espaços enquanto fruto das relações de poder existentes na época que foi idealizada. Em outras palavras, os sujeitos que fomentaram o desejo de prestar uma homenagem para Clementino Procópio imaginaram que sua memória se propagaria para posteridade naquele local, pelo fato das lembranças dos campinenses sobre esse homem serem “muito recentes”, não foi visualizado a necessidade de suscitar naquele lugar outro tipo de homenagem que não fosse uma placa na praça, pois quem não conhecia aquele sujeito naquela época. Em menos de dez anos a praça já era conhecida por um outro nome, a preocupação de Cristino Pimentel em preservar a memória através de bustos de bronze talvez fosse precipitado, todavia, possuía o intuito de suscitar nas gerações futuras uma empatia pelas personalidades que compõem a história oficial de Campina Grande.

Da sua inauguração até os dias atuais Campina Grande vivenciou um processo de expansão, atrelado a isso surgiram problemas de cunho social, comum em toda cidade grande e não seria diferente por aqui, a Praça Clementino Procópio se tornou alvo de pessoas consideradas delinquentes, pedintes e sem tetos, que acabam transformando a praça em moradia. É frequente ver pessoas dormindo no coreto, já que este é coberto e se torna um abrigo. O número de sujeitos em situação de rua e que dormem na praça é grande, por diversos fatores são os motivos de estarem ali, alguns não possuem verdadeiramente moradia, há outros casos de pessoas que vieram tentar a sorte em Campina e acabaram se tornando parte deste “problema social” enfrentado pela praça. Há pessoas que possuem moradia, mas por serem usuários de drogas, acabaram indo viver na rua e a praça acaba sendo um lugar mais cômodo. Este é um dos problemas existentes da Praça Clementino Procópio, que os frequentadores têm que conviver. Apesar dos problemas sociais citados a Praça que possui o nome de um antigo educador faz parte da memória de Campina Grande.

4.2 Um grupo escolar intitulado Clementino Procópio

Inaugurar-se-ão, dentre em breve, os grupos escolares do bairro do São José e dos districtos de Galante e Queimadas. Os mesmos terão os nomes do Professor Clementino Procópio do deputado José Tavares e do governador Argemiro de Figueiredo, respectivamente. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1936, Nº 172.p.10)

Os Grupos Escolares noticiados pelo impresso pernambucano, seriam inaugurados no dia 25 de janeiro de 1937 pelo o Interventor do Estado da Paraíba Argemiro de Figueiredo. Como as três instituições educacionais se localizavam em Campina Grande naquela época, as cerimônias de aberturas de suas portas seriam no mesmo dia, sendo dessa maneira mais cômodo para as autoridades que se deslocariam da capital do estado da Paraíba para o interior. A escolha dos nomes dos sujeitos que nomeariam os Grupos Escolares sofreriam algumas alterações, o nome do Professor Clementino Procópio, seria mantido no bairro do São José pela importância que esse sujeito teve para a cidade como para esse bairro. As mudanças ocorrem nos distritos de Queimadas e de Galante, pois o nome do Deputado José Tavares que iria nomear a casa de ensino de Galante, seria transferido para Queimadas, e os motivos dessa mudança, era devido ao político ser oriundo dessa localidade. Enquanto o de Galante receberia o nome do Monsenhor Sales, diferente do que era previsto pela citação acima. Essas modificações ocorreram devido a adequações políticas, apesar de Argemiro Figueiredo ser o responsável por esses empreendimentos, parece não ter havido objeção por parte do Interventor em não mais ter seu nome estampado em um dos prédios. A Implantação dessas casas de instrução pelo poder público está inserido em um cenário de otimismo vivenciada pelos paraibanos com a oferta de mais vagas para os jovens nas escolas. Esse processo está incluído na perspectiva de Pinheiro (2002, p. 236) que designa a existência de duas fases que compreende as construções e inaugurações de Grupo Escolares no estado da Paraíba. A primeira é intitulada de período de passagem, enquanto a segunda de Período de euforia. Sobre essas fases o pesquisador nos propicia maiores considerações:

O período de passagem, iniciado com a criação do primeiro grupo escolar na Paraíba, o Grupo Escolar Thomaz Mindello, em 1916, estendeu-se até 1929 e foi marcado pela coexistência de dois modelos de organização escolar: de um lado, as cadeiras isoladas e, de outro, os grupos escolares. O período de euforia teve início nos primeiros anos da década de 1930 e prolongou até o final dos anos de 1940, quando essa euforia passou a ter novo objeto: as escolas rurais. (PINHEIRO, 2002, p. 236)

É nessa época que corresponde a fase de euforia que seria construído os grupos escolares de Campina Grande, até 1937 quando são inauguradas as escolas, os campinenses só possuíam um Grupo Escolar que era o Sólon de Lucena, inaugurado em 1924. O surgimento dos novos colégios propiciaria o aumento de vagas para a escolarização da mocidade de Campina Grande, que poderia usufruir de um ensino de qualidade gratuitamente, esse aumento de espaços para se escolarizar ocorreu em toda Paraíba. De acordo com Silva (2011, p. 65) entre os anos de 1930 a 1949 foram construídos e inaugurados 11 grupos escolares que permitiram a Paraíba adentrar na discussão de políticas públicas de cunho nacional, como era o caso do movimento escolanovista⁷⁶. É através desses debates resultantes do ideário da Escola Nova que alguns intelectuais brasileiros lançam o manifesto dos pioneiros em 1932, após uma ampla discussão na IV Conferência de Educação ocorrida um ano antes. Segundo Rocha (2000, p.40) a influência desse manifesto renovador teria a Escola Pública como principal campo de atuação. Entre as propostas fomentadas por esses intelectuais estava a elaboração de um documento público de Bases e diretrizes que superaria “o estado fragmentário deixado pelas reformas parciais” (ROCHA, 2000, p.40) que eram difundidas para educação pelo poder público nacional. A expansão dos grupos escolares na Paraíba suscitou a difusão desses debates no cenário local, provocando o desaparecimento sumariamente das cadeiras isoladas no Estado paraibano no período denominado de euforia, que seria tomado por esses ideais que rompiam com “Escola Tradicional”.

A cidade de Campina Grande também seria afetada por esses debates em razão da construção e inauguração dos Grupos escolares, principalmente por vivenciar nessa época uma busca pela modernização de todos os setores da sociedade. As reformas não poderiam só abranger o espaço urbano, precisavam ser assimiladas pela população para que estes adotassem novas práticas que corroborassem para o processo que estava em vigência. A instrução assumiria um papel importante nessa ação, tendo em vista que o momento vivenciado por Campina Grande não era novo no cenário nacional, outras cidades do Brasil experimentaram essas novidades que com o tempo se tornaram hábitos comuns e nas terras campinenses não poderiam ser diferentes. Apesar de todo o aparato urbano, e as novas casas de ensino, as mesmas não conseguiram suprir à quantidade de jovens que precisavam ser escolarizado. Sobre esse assunto o Cronista Cristino Pimentel aponta que:

⁷⁶ É nos idos da década de 1920 que aparecerá no Brasil um grupo de intelectuais que se manifestam favoráveis aos ideais Escolanovista e pelo ensino Leigo. Os Ideais da Pedagogia Nova surgem na Europa entre o Final do século XIX e início do XX, um novo e ousado modelo pedagógico que sugere um ensino livre de credos religiosos e partindo de uma proximidade da pedagogia com as ciências médicas, biológicas e a psicologia traz uma pedagogia voltada para formação e disciplinarização dos estudantes.

Campina Grande, depois da capital, é o maior núcleo escolar do Estado e conta somente com dois pequenos grupos para uma população de 40 mil habitantes, e, aproximadamente, para 6 mil crianças em idade escolar. Vê-se, portanto, daí do quanto necessitamos de Professores e de grupos para o preparo desta força em começo. (JORNAL VOZ DA BORBOREMA, 1938, N°10).

A abordagem feita pelo cronista desconsidera os grupos escolares sediados nos distritos de Campina Grande, considerando apenas os colégios públicos da área urbana da mesma que não conseguiam satisfatoriamente absorver o contingente necessário de sujeitos. O número de instituições educacionais para Pimentel não supria as necessidade que Campina Grande carecia naquele momento. E nenhum outro grupo escolar seria construído nessa fase de euforia na área urbana reivindicada pelo cronista. O único Grupo Escolar construído nessa fase no espaço citadino campinense foi o Clementino Procópio no bairro do São José, e por mais de uma década permaneceu sendo a última escola construída pelo poder público paraibano naquela localidade. A construção desse colégio nesse lugar ocorreu devido

O bairro São José, em Campina Grande, nas décadas de 1930 e 1940, por localizar-se perto do centro da cidade, sofreu um crescimento populacional, devido às reformas empreendidas nas ruas centrais da cidade o que levou os moradores a buscarem novos espaços para habitar. Assim, no momento em que ocorreu a construção do Grupo Escolar Clementino Procópio, o bairro já possuía uma igreja católica, a Igreja da Guia. (SILVA, 2011, p.73)

A proximidade do centro de Campina Grande facilitou a elaboração pelo poder público local de um projeto de povoamento desta área. De acordo com Queiroz (2016, p.182) foi elaborada uma planta referente ao loteamento São José no ano de 1937 pelo engenheiro civil Lourival de Andrade, o loteamento era composto de mais de mil terrenos, havia a necessidade imediata para que aquela área fosse ocupada, o espaço se tornaria rapidamente alvo da especulação imobiliária. Devido as inúmeras facilidades que poderiam encontra ali, “o anúncio de venda dos lotes fazia questão de ressaltar as qualidades de se viver naquele bairro”, (QUEIROZ, 2016, p.182) como, por exemplo, a existência de um hospital, de um grupo escolar e avenidas e ruas recém abertas, além desses benefícios, os moradores do loteamento São José ainda contariam com luz elétrica, com linhas telefônicas, água encanada e esgotamento, algo que naquele momento o próprio centro de Campina Grande não possuía na sua totalidade. Esses benefícios facilitaram a ocupação do Bairro do São José, que outrora se resumia apenas a um pequeno povoado que iniciaria, segundo Câmara (1998, p.63) em 1888 surgiram as primeiras casas nas imediações da atual Praça do Trabalho, o processo de povoação começaria com uma pequena rua que se constituiria no largo São José.

O nome do Santo que nomeou o bairro e que na tradição Católica compõe a sagrada família, ao lado de Maria e Jesus, segundo Censo Demográfico de 2010⁷⁷ foi adotado possivelmente devido a herança da antiga escola que existiu naquela localidade, era o colégio do Professor Clementino Procópio que fixara residência naquela área em 1898, após comprar uma propriedade que ficaria conhecida como Vila América. O colégio que provavelmente se deslocara do Centro para aquelas imediações com o nome do São José, como o número de moradias no começo do século XX eram pequenas naquele lugar, deveria ser comum para os sujeitos de Campina Grande dizer que iriam se deslocar até o São José em referência a escola de Clementino Procópio. É por esses motivos que o Grupo Escolar localizado nesse bairro ganharia o nome de um antigo morador, dono de um colégio responsável por nomear aquele lugar. A nova casa de ensino foi construída e inaugurada no governo do Interventor Argemiro Figueiredo Ex-aluno do Professor que daria nome, anteriormente uma praça teria sido inaugurada com o nome do educador, agora um Grupo Escolar, essas homenagens recentes a memória de Clementino Procópio que tinha falecido a pouco tempo, eram uma prova de que suas lembranças deveriam ser resguardadas tanto pela população de Campina Grande, quanto para os moradores do Bairro São José. O próprio interventor faz referência a busca pela preservação das recordações do antigo mestre em um telegrama direcionado para D. América, um dia após a morte do seu marido, essa mensagem seria publicada na íntegra pelo Jornal União, no dia 28 de Maio de 1935, que transcrevemos aqui:

Peço aceitar com os de digna família a expressão meu maior pesar pelo falecimento velho inesquecível mestre Clementino Procópio cuja a vida minha terra precisa registrar como a mais devotada, proveitosa e eficiente na história da instrução Pública campinense. O magistério parahybano perde com desaparecimento benemérito esposo vossencia uma das suas maiores figuras. (a) Argemiro de Figueiredo, governador do estado. (JORNAL UNIÃO, 1935, p.3)

A nota de pesar emitida por Argemiro de Figueiredo no telegrama enviado para viúva de Clementino Procópio possui o intuito de solidarizar com os familiares pela perda do ente querido. Todavia, como a mesma mensagem foi publicada em um jornal pertencente ao órgão público do Estado da Paraíba, as intenções não eram explicitamente pessoais, e sim coletivas, buscando atingir o público alvo da cidade que o sujeito militava, principalmente no campo da educação, área essa que o interventor faz questão de ressaltar devido ao tempo que compartilhara das lições do referido mestre. Enquanto campinense Argemiro Figueiredo

⁷⁷ Essas informações foram retiradas do site da PMCG que podem ser conferidas no link: <<http://201.59.143.214/sigcg/socioeconomico.html>>. Os dados referentes ao bairro São José estão disponíveis em: <http://201.59.143.214/sigcg/pdf/perfil/SAO_JOSE.pdf>. Acesso: 19 de jun. 2017.

ênfatiza que Campina Grande não pode esquecer o registro deixado por seu antigo preceptor. Apesar de todo o destaque dado a vida de Clementino Procópio no magistério local, Figueiredo não “lembraria” de acrescentar no Grupo Escolar inaugurado em sua gestão e com intuito de homenagear o antigo mestre, o ofício exercido pelo sujeito que merecera através desse exercício a deferência, era Professor, essa era a sua função, e esta referência deveria ser destacada na escola, mais uma vez foi esquecida por seus antigos pupilos. Dessa forma, na Figura 7 podemos ver a imagem da fachada da referida escola com uma placa ampliada, acima do portão principal, em que não situa a área de atuação do sujeito que nomeia a casa de ensino.

Figura 7- Zoom da placa e fachada da Escola Clementino Procópio



Fonte: Gláucia Santos de Maria, 09/08/2017

Assim, sem essa menção, a posteridade ganharia mais um espaço de memória que ao mesmo tempo se perpetua o esquecimento, por não fazer alusão a atividade que o sujeito

conquistara no cenário local. Apesar dessa falta, a escola que se mantém na ativa até os dias atuais, materializa, em certo sentido, a perpetuação da atividade exercida por Clementino Procópio formando os jovens campinenses. A referida escola, está localizada na Rua Felipe Camarão, “em um prédio tombado pelo patrimônio público que mantém conservadas as características arquitetônicas da época em que foi inaugurada” (RODRIGUES & OLIVEIRA, 2008, p.3). As imagens a seguir nos proporcionarão um parâmetro sobre a permanência original do prédio:

Figura 8- Grupo Escolar Clementino Procópio



Fonte: Estado da Paraíba, 1938⁷⁸

⁷⁸ Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/2011_mest_maria_silva.pdf> Acesso 14/08/2017.

Figura 9- Lateral da Escola Clementino Procópio em 2011



Fonte: *Print Scree* do Maps, 2017⁷⁹

Através dessas duas imagens, observamos que poucas alterações foram realizadas no prédio da Escola Clementino Procópio se compararmos a primeira imagem de 1938 e a segunda de 2011 que reflete a estrutura atual. Apenas a sacada que se direcionava para a atual Rua Miguel Vasconcelos foi suprimida para a elevação de um pequeno muro. A paisagem também mudara de uma imagem para outra, na primeira não miramos outros prédios, enquanto na segunda observamos a extensão da rua que compreende a casa de ensino repletas de moradias, devido ao crescimento do Bairro São José e da própria cidade de Campina Grande. Quando o grupo Escolar foi inaugurado em 1937, essa área ainda era pouco habitada, tendo enquanto vizinho mais próximo a Igreja da Guia, que permanece ocupando o mesmo espaço daquela época, na praça do Trabalho, e que inclusive podemos ver uma pequena parte do logradouro ao fundo da segunda imagem.

As transformações que suscitaram o surgimento do Grupo Escolar Clementino Procópio são reflexo de uma época de expansão tanto dos grupos escolares da Paraíba quanto da cidade de Campina Grande. A própria escolha do local em que a casa de ensino iria ocupar foi pensada com intuito de descentralização para promover o deslocamento dos campinenses da área central para o subúrbio, com intenção de promover reformas estruturais no seu centro urbano. Até mesmo a escolha do nome de Clementino Procópio possuía intencionalidades que se inseria naquele cenário de ampliação, sendo esse sujeito um dos primeiros a fazer esse

⁷⁹Disponível em <https://www.google.com.br/maps/@-7.2253133,-35.8903905,3a,75y,341.69h,96.4t/data=!3m6!1e1!3m4!1skRhRXxR08OGe2iALSGBjbw!2e0!7i13312!8i6656?hl=pt-BR>> Acesso em 14/08/2017.

deslocamento e a influenciar a expansão do espaço citadino campinense que se estenderia para o São José e se expandiria para outras localidades. Isso somente com a implantação de uma escola que provavelmente daria o nome ao bairro e seria um dos primeiros estímulos para se evidenciar o traslado de alguns sujeitos para aquele lugar.

4.3 A antiga Vila América e os prédios que inspiram recordações do seu fundador

Do bucolismo da “Villa América”, nada mais resta, senão a saudade, ao recordarmos que naquelas terras e naquela casa, houve um pomar frutífero, onde os canários e os Galos de Campina vinham acordar o velho Professor, chamando-o para a sua missão divina, que era a de fazer luz nos espíritos ignorantes (...) O destino inexorável fez desaparecer tudo que pertencia a Clementino Procópio: terras, colégio, arquivos, móveis, bibliotecas, casa, objetos e pássaros. Não teve quem os conservasse. Pobreza de espírito? Não, falta de amor (...) A “Villa América” e tudo que tinha lá dentro, poderia – se tivéssemos zelo pelas coisas históricas e gratidão à memória dos beneméritos – estar constituindo um museu, a exemplo do que fizeram com os objetos de Pedro Américo, em Areia (...) Campina Grande tem esquecido o seu dever para com a memória do Professor Clementino Procópio”. (PIMENTEL Apud MELO, 2009).

A Vila América foi um antigo arrabalde campinense, onde o Professor Clementino Procópio fixara moradia e residira até o final da sua vida. A origem desse lugar é ligada ao educador, em razão do mesmo ter sido responsável pela ocupação desse local em 1898, através da compra da propriedade Urbano Freire de Araújo que receberia carinhosamente o nome de Vila América pelo seu comprador em homenagem a sua esposa. Em posse dessa terra ergueria sua primeira residência, segundo historiador Josemir Camilo de Melo (2009) essa construção seria elevada onde hoje se encontra o Hospital Pedro I, possivelmente essa casa possuía o mesmo formato da sua segunda residência que permanece de pé nos dias atuais. O Professor era adepto de construções que se assemelhavam a uma cruz grega, esse modelo de edificações era comumente adotado para construção de igrejas e templos religiosos. Seria também nesse espaço que ministraria suas aulas, só posteriormente é que teria sido levantado um prédio específico para abrigar estritamente o colégio São José que seria de frente para essa antiga casa. A nova estrutura foi inaugurada em 1910, e se tratava de um educandário que receberia alunos do ensino primário e secundário, com capacidade para receber 120 discentes com idades variadas. O novo empreendimento possuía instalações para comportar internos que na sua maioria eram oriundos de cidades do Cariri Paraibano e do compartimento da Borborema. A antiga casa do Professor se transformaria em dormitório

para esses sujeitos. Um ano antes da inauguração do Educandário o educador teria erguido sua segunda residência na atual Avenida Almirante Barroso, o prédio continua de pé, mantendo a planta antiga elaborada pelo preceptor, em suas extremidades permanecem em alto-relevo a data da construção e o nome da propriedade que estampa as faixadas da frente e dos fundos. Nas imagens abaixo podemos visualizar essa informação:

Figura 10- Parte frontal da antiga casa de Clementino Procópio



Fonte: *Print Scren do Google Maps, 2015*⁸⁰

⁸⁰ Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-7.230771,-35.8938209,3a,75y,65.33h,93.99t/data=!3m6!1e1!3m4!1smbg3Dry0b02mYL3LiB9rg!2e0!7i13312!8i6656?hl=pt-BR>> Acesso 14/08/2017.

Figura 11- Parte posterior da antiga casa de Clementino Procópio



Fonte: Gláucia Santos de Maria, 09/08/2017

Apesar das imagens apresentarem a manutenção das características originais das fachadas da casa de Clementino Procópio, alguns cronistas e memorialistas expõem sua insatisfação com os rumos que foram dados, após a morte do educador. Um desses sujeitos é Cristino Pimentel, o qual ressalta que houve “pobreza de espírito”, tanto da família do Professor quanto dos órgãos públicos, que não buscaram conservar a Vila América no seu estado original. Para o cronista, espaços como a residência de Clementino Procópio deveriam se transformar em um museu igualmente foi feito pela cidade de Areia com a casa de Pedro Américo. Mas, para Pimentel a cidade de Campina Grande se isentou da responsabilidade de manter viva a memória do educador. Quando deixou que os espaços que produziam recordações sobre o educador fossem utilizados para outros fins que não se assemelhavam com as antigas práticas exercidas pelo Professor. Sobre esse assunto Cristino Pimentel rememora o que fora a Vila América e o que se tornara após a morte do preceptor:

Aos domingos, a sua ‘Villa América’, onde residia, era visitada por gregos e troiano. Bem perto ficava o prédio do colégio, próprio bastante amplo, onde mantido o internato masculino. Foi adquirido dos herdeiros, pelo Estado, para ser aquartelado o 2º Batalhão de Polícia. Nos terrenos adjacentes, outro governo construiu o quartel de bombeiros. O terreno ocupado pelo hospital dos maçons foi doação sua, exigindo apenas que dessem ao nosocômio o nome de D. Pedro Primeiro, o que foi feito. (...) As terras que foram suas, estão divididas. É todo o “Moita”. Aí está localizada a nova estação da Estrada de Ferro. Onde foi sua residência, estão localizados os depósitos da

empresa Rainha da Borborema. Aquilo que foi um sítio de ensino e virtude, é agora um centro de bulício militar e de ônibus velhos. Ironia, talvez do destino... (PIMENTEL Apud MELO, 2009).

A Vila América no passado era o destino de muitas famílias que saíam de suas casas para visitar aquele local, os motivos que levavam a esses passeios de acordo com Cristina Procópio era devido ao “jardim, que circulava” a residência do seu avô que na sua opinião era muito bonito e estava “Sempre tomada por crianças, risos e alegria, esse era o ambiente da casa de Clementino Procópio” (DINOÁ, 1993, p.235). Essas lembranças emitidas pela neta do Professor são referentes a recordações da sua infância, que corroboram com discurso emitido pelo Cronista Cristino Pimentel que lamenta a orientação tomada para o espaço antes tão frequentado, se tornar uma garagem de ônibus, sendo esse lugar ocupado até os dias atuais por esses veículos coletivos. Sobre esse assunto o memorialista Ronaldo Dinoá aponta que a condições que levaram a residência de Clementino Procópio em vida, a se tornar uma garagem de ônibus, “se constituía uma injustiça a um homem que deu tudo de si a Campina Grande, através de um dos mais preciosos bens que o homem pode possuir: a Educação” (DINOÁ, 1993, p.235). Na época que Ronaldo Dinoá escrevera essas considerações, (provavelmente na década de 1980), referentes ao casarão do antigo educador, havia sujeitos similares ao Professor e teatrólogo Hermano José que estava algum tempo empenhado “junto aos poderes públicos, para que a casa fosse tombada e transformada em museu (DINOÁ, 1993, p.235). Apesar do esforço desenvolvido pelo teatrólogo, o mesmo não obteria êxito, morreria em 2014 sem ver aquele local se tornar um museu da educação.

Segundo Melo (2009) desde que “a casa saiu das mãos dos descendentes do Professor Clementino Procópio, por volta de 1946”, a mesma é utilizada enquanto um depósito de ônibus, sendo uma das últimas propriedades a serem vendidas pelos familiares do antigo mestre. Analogamente, ao que ocorrera com a residência do educador o prédio que foi construído para abrigar o Educandário São José foi vendido pouco depois da morte do preceptor, sendo adquirido pelo governo estadual da Paraíba, que daria um novo destino para aquelas instalações, que outrora recebeu inúmeros sujeitos que buscava aquele lugar sobre a orientação do Professor para se instruírem, agora se tornaria um quartel da polícia. De acordo com Câmara (1998, p.146) no dia 15 de Agosto de 1944 seria inaugurado o 2º batalhão policial no local que anteriormente abrigara o colégio São José. O mesmo autor enfatiza que apesar do espaço pertencer ao governo estadual, a obra do prédio que abrigaria a polícia seria

construída pela prefeitura municipal de Campina Grande, por intermédio do Prefeito Vergniaud Wanderley que reivindicara

A permissão do governo do Estado para inverter em obras públicas a quota de 10% a que os municípios por lei são obrigados a fornecer ao Estado em prol da instrução. O prefeito utilizou-se da referida percentagem e com ela construiu três edifícios – Quartel de Polícia, Recebedoria de Rendas e Departamento de classificação de produtos agro-pecuários. (CÂMARA, 1998, p.146)

O prefeito conseguira a permissão e construíra os prédios, para a insatisfação do cronista Cristino Pimentel, no que concerne ao novo destino do Educandário São José, que segundo suas palavras se tornaria um “bulício militar”. Para o escritor que demonstra preocupação com a memória do antigo colégio que não foi mantida, devido a ressignificação do espaço agora ocupado por policiais, provavelmente, ele não se oporia em sua escrita se a iniciativa do prefeito Vergniaud Wanderley fosse reformar e reativar a escola São José. Sob a direção do poder público, esse seria mais aceitável para o cronista, pois ajudaria a reforçar nos campinenses a memória do sujeito que tinha fundado aquela casa de ensino. Mas, essa não era a intenção do prefeito de Campina Grande que já estava deixando de pagar uma porcentagem destinada para educação que era repassada para ao Estado paraibano, e em contrapartida oferecer novas possibilidades que agradasse a gestão pública da Paraíba, para que a mesma aprovasse essa medida. Logo as obras que foram efetuadas partiram das necessidades de ambos os governos. Dessa maneira de 1944 até os dias de hoje permanece o 2º Batalhão da Polícia Militar (VER ANEXO A) no mesmo local, na avenida D. Pedro I em frente ao hospital com mesmo nome.

Do antigo Colégio São José só restaram as lembrança dos antigos alunos da instituição que escreveram algumas linhas sobre a mesma. Pois, imagens da fachada ou do interior do Educandário de Clementino Procópio são de difícil acesso ou possivelmente se perderam com a passagem do tempo. O 2º batalhão da Polícia Militar é hoje a nossa referência do espaço que antes ocupara o Colégio São José, como diria o Jornalista Porfirio Catão em artigo publicado em 1934 pelo Evolução Jornal, “Tudo Passa” inclusive o antigo educandário em que estudara. Foi a essa conclusão que chegara Porfirio Catão em visita ao Bairro do São José ao se deparar com antiga escola que tinha encerrado a suas atividades, mas, o prédio se mantinha de pé, observara que havia luzes acesas e pessoas a dançar e comemorar os festejos juninos. Diante do espelho de sua saudade nada era como antes

Era uma mocidade elegante que se divertia prazerosamente, com os motivos da tradição místicas daquelas datas, no velho edifício em cujos salões funcionou, por tantos anos, o Colégio São José, que Clementino Gomes Procópio – decano dos Professores do Estado, dirigiu tão sabiamente. Procurei com os olhos da alma um ponto de contacto com o passado íntimo da antiga casa de instrução, e somente a paisagem imota atendeu ao meu apelo. (EVOLUÇÃO JORNAL, 1934, N°4, p.3)

Ao olhar o antigo prédio que fazia parte de sua lembrança afetiva, nada o fez recordar da época em que era estudante, não havia nenhum detalhe que o aproximasse das vivências que experimentara naquele local, apenas a paisagem se mantinha similar. Era através desse cenário que o jornalista afirma que procurou “reviver aquilo que fora outrora um viveiro de esperanças e um foco de luz radiante. Era o salão de aulas, alunos, material pedagógico e a figura respeitável do Professor Clementino, muito vermelho” (EVOLUÇÃO JORNAL, 1934, N°4, p.3). O ambiente que permeava as lembranças de Porfirio Catão não era mais o mesmo, faltava os sujeitos que compartilharam alguns momentos especiais naquele lugar, como por exemplo “As celebres batalhas, futebol, alegria colegial” (EVOLUÇÃO JORNAL, 1934, N°4, p.3). O esporte bretão⁸¹ era muito praticado no educandário São José, até uma equipe nasceria nessa instituição era o “União Foot- Ball Club⁸²” segundo o anuário de Campina Grande (1925, p. 26) o time dessa escola era muito forte. Essas recordações de um passado recente para Porfirio Catão esbarrava na realidade atual que o mesmo estava observando, era o mesmo lugar, mas, não era o da sua memória. Talvez, se a porta estivesse o antigo Professor a recepcionar o público, amenizaria a inquietação do ex-aluno que estava parado fitando suas lentes para o prédio que permeava suas lembranças. Mas, Clementino Procópio não estava lá, sua falta fizera o jornalista enfim concluir que

Um punhado de coisas o tempo tinha levado para outras bandas, deixando apenas a estrutura ambiente que se modifica a proporção do tempo que a vida marcha. Caía o pano; o sonho acabava... voltei as vistas e no salão, ao som de um harmonio, dançavam um delicioso maxixe. Deplorei o contraste e num vehiculo, em companhia de um colega, abale para a cidade. Tudo se transforma... tudo passa... (EVOLUÇÃO JORNAL, 1934, N°4, p.3).

Com tristeza Porfirio Catão partira, consciente de que aquele espaço que outrora estudara, nunca mais iria voltar a ser o que era antes, por dois motivos, o primeiro é que todos

⁸¹ A explicação para utilização dessa palavra é devido ao futebol ter sido organizado com suas regras na Grã-Bretanha no século XIX. A origem, porém, desse esporte é reivindicada por várias culturas, sendo o relato mais antigo dessa prática advém da China o “tsu chu” prática similar ao futebol inventada no século III A.C. Disponível em: <http://lexsports.com.br/?p=988> acesso em 27/06/2017.

⁸² Os fundadores dessa equipe eram José Olasso e Zacharias Ribeiro.

que tiveram o prazer de estudar já tinham se deslocado para outros lugares, devido seus afazeres, e segundo o Professor já não possuía mais saúde e condição para ensinar, não há como parar o tempo, nem ao menos voltar, tudo se transforma. Como diria Marx (2008, p.14) “tudo que é sólido se desmancha no ar” inclusive o prédio que abrigara o São José que foi abaixo para dar lugar ao quartel da polícia, provavelmente o jornalista antecipara o destino da sua antiga escola, quando enfatizara que o tempo designaria uma nova função para aquele espaço com decorrer dos anos.

Diferente do que ocorrera com a Residência de Clementino Procópio e com o Colégio São José, o espaço hoje ocupado pelo Hospital Pedro I, que também estava inserido no terreno que compunha a propriedade do educador não foi adquirido pós morte do sujeito em questão e sim em vida. Para Dinoá (1993, p.233) esse acontecimento se relacionaria ao desprendimento existente do Professor em prol dos interesses da cidade que o acolhera e pelo bem da população. Havia a necessidade de construir um hospital em Campina Grande que suprisse a demanda da mesma.

A essa época, o Dr Severino Cruz, médico ilustre e dedicado, falou-lhe da necessidade de um terreno para a construção do hospital em Campina Grande. Clementino Procópio fez doação de toda aquela área, e, ao ficar pronto o nosocômio, quiseram homenageá-lo, dando-lhe seu nome. O Professor discordou, alegando que aquele hospital iria crescer juntamente com a cidade, tornando-se grande e famoso. Merecia ter o nome de uma pessoa importante. Foi sugerido, então, D. Pedro I. (DINOÁ 1993, p.233).

O terreno que foi doado por Clementino Procópio ficava a frente do seu educandário, aonde outrora residira (como destacamos acima) naquela oportunidade servia de dormitório para seus alunos internos. Provavelmente, o Professor já imaginava que a hora de parar se aproximava a cada dia. Quando Severino Cruz⁸³ o procurou para conversar sobre esse empreendimento, o educador que segundo Dinoá (1993, p.233) nutria o desejo de ampliar as instalações dos discentes, tendo até mesmo alicerçado as bases para ampliação do internato. Tudo mudara, após essa conversa com o médico, pois o educador doaria toda a área que estava localizado o dormitório para construção do hospital. Segundo Procópio (1962) e o próprio Dinoá (1993) o educador não receberia nada em troca dessa doação, até a homenagem

⁸³ Foi um médico, que nasceu na capital paraibana em 1891, fixando residência em Campina Grande em 1926. Participou do Projeto da loja maçônica Regeneração Campinense para fundar o hospital Pedro I, sendo o primeiro diretor-técnico da Instituição de 1932 até 1955, também foi Vice-Prefeito de Campina Grande, na gestão de Elpídio de Almeida de 1955 a 1959. Ver: (MEMORIAL URBANO DE CAMPINA GRANDE, 1996).

que seria efetuada em razão de sua benfeitoria foi rejeitada, o último dos autores citados evidencia que “Era assim Clementino Procópio, sempre humilde, sem vãos orgulhos, e, ao mesmo tempo, tão grandioso em sua bondade” (DINOÁ, 1993, p.233). Apesar do gesto do educador de abdicar de “uma área de 60 metros de frente por 180 de fundos” (SILVA FILHO, 2005, p.139) ser destacado pelo memorialista enquanto um ato de generosidade, a mudança repentina do educador levanta questionamentos, tendo em vista que o Dr. Severino Cruz era membro da Loja Maçônica Regeneração Campinense e seria esse grupo que ficaria responsável pela construção do Hospital. Logo o Professor doaria para maçonaria o terreno em questão, dessa maneira, seria Clementino Procópio Maçom? Infelizmente as fontes que acessamos não evidenciam se de fato o mesmo era membro dessa irmandade, pelo menos dessa Loja Campinense o preceptor não fazia parte, se não haveria algum tipo de referência devido a sua contribuição para elevação do empreendimento. O educador poderia até não fazer parte da maçonaria, mas, seu filho Severino Gomes Procópio em 1925 aparece entre os membros responsáveis pela previdência Maçônica do Estado da Paraíba que iriam gerir a economia interna das três lojas⁸⁴ existentes no território paraibano, essas informações foram publicadas pelo Jornal União no dia 29 de novembro de 1925. Enfim, não há como apontar se houve uma outra intenção por parte do Professor que não fosse uma benfeitoria.

O Hospital, de acordo com Câmara (1998, p.118) seria inaugurado no dia sete de Setembro de 1932, em razão dessa data se tratar de um marco para nação brasileira e para o sujeito que nomearia o empreendimento. “No edifício foram instalados o centro de saúde do Estado e o posto Médico do município dirigidos, respectivamente, pelos Drs. Arlindo e Severino Cruz” (CÂMARA,1998, p.118). O Hospital Pedro I permanece até os dias de hoje no mesmo lugar que foi erguido, não pertencendo mais a maçonaria desde 2011⁸⁵, tendo sido municipalizado em 2013. Apesar disso, se perpetua na fachada atual do Hospital um símbolo maçônico que podemos observar na imagem a seguir.

⁸⁴ Branca Dias e Sete Setembro da Capital Paraibana e a Regeneração Campinense de Campina Grande.

⁸⁵ Com 87 anos de fundação, o Dom Pedro I era um hospital filantrópico e foi adquirido pela Prefeitura junto à Loja Maçônica Regeneração, que enfrentava dificuldades financeiras para gerir a unidade de saúde. “Em 2011, o Pedro I ameaçava fechar e o Governo do Estado, por meio do Hospital de Trauma, fez uma parceria com a Loja Maçônica e passou a subsidiar 60 enfermarias e nove leitos de UTI, além de destinar cerca de R\$ 500 mil para comprar equipamentos”, assinalou o vice-governador, garantindo que a parceria será mantida com o hospital municipalizado. Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/romulo-destaca-parceria-do-governo-do-estado-com-prefeitura-de-campina/> Acesso em 29/06/2017.

Figura 12- Fachada do Hospital Municipal Pedro I



Fonte: Gláucia Santos de Maria, 09/08/2017

Esses eram alguns dos espaços da Vila América que possuíam significados que promovem recordações referentes a Clementino Procópio, todos esses lugares que o educador desenvolvera algum tipo de atividade, foram modificados com o passar do tempo. Apesar de alguns espaços manterem externamente a planta e a fachada originais como é o caso da última residência do Professor. Os prédios que foram ocupados pelo Educandário São José e pela primeira residência que posteriormente seria transformado em dormitório, seriam demolidos para a construção dos respectivos novos empreendimentos que necessitavam de uma melhor estrutura, para promover seus serviços. Embora, através de uma imagem aérea podemos observar que o Hospital Pedro I possuía em sua planta um prédio em formato de cruz grega da mesma maneira que Clementino Procópio construiu sua antiga casa. Veja a imagem a seguir

vista, a crise que abatera o globo em 1929, devido à queda da bolsa de valores de Nova York que também deve ter surtido efeito no principal produto que estava alavancando a economia campinense que era o algodão. Como resultado da limitação imposta por essa crise, não seria levantado um prédio com uma arquitetura restritamente nova. Essa seria umas das prováveis justificativas para a perpetuação dessa construção em Cruz Grega.

Na imagem acima, visualizamos em espaços numerados em vermelho, ocupados pelo hospital (1), 2º batalhão da Polícia Militar (2), a estação nova (3) e a residência do Professor (4). Toda essa área ocupada por esses prédios faziam parte da Vila América, dessa maneira, a extensão da propriedade de Clementino Procópio segundo relata o filho desse sujeito, nos dias atuais compreenderia partes do Bairro do São José, da Liberdade e do Centenário. Podendo ser ainda maior, já que em uma das citações que expusemos nesse capítulo, Pimentel aponta que todo o Moita pertencia ao educador. Na época que esse cronista fez essa consideração o Moita era dividido em duas regiões “O de Cima” e “O de Baixo”. O de “Cima” é hoje a Liberdade enquanto “O de Baixo” é o Centenário. Toda essa extensão de terra, após a morte de Clementino Procópio seria herdada pelos seus descendentes, e estes aos poucos foram se desfazendo dos imóveis e da própria propriedade.

4.4 A família se desfazendo das lembranças do educador

Tudo que pertencera a Clementino Procópio, os seus herdeiros não conseguiram sustentar, essa “falta de cuidado” com a memória do familiar é destacado pelo cronista Cristino Pimentel como “falta de amor” com as coisas oriundas do educador. As fontes não deixam evidente os motivos que levaram os herdeiros do Professor a se desfazerem de tudo que o mesmo conseguira conquistar em vida. Segundo Pimentel até mesmo objetos pessoais, arquivos e livros, não escaparam de ser alvo desse “desapego” promovido pela família. A biblioteca do preceptor foi adquirida pela prefeitura de Campina Grande, pelo gestor Bento Figueiredo em 1938, com intuito de aumentar o acervo da recém inaugurada Biblioteca da cidade que ao longo daquele ano recebeu inúmeras doações de livros, como destaca a pesquisadora Danielly Vieira Inô Espíndula

Além das doações de livros realizadas pela população, o acervo da biblioteca municipal de Campina Grande vai sendo constituído também através das bibliotecas de particulares ilustres, adquiridas pelo governo após o falecimento do proprietário. É o caso por exemplo, da livraria de Clementino Procópio, adquirida ainda durante o ano de 1938 e cujo 226 volumes foram

avaliados e catalogados por Hortensio de Souza Ribeiro, a pedido do Prefeito Bento Figueiredo. (ESPÍNDULA, 2015, p.74)

Aquisição por parte da Prefeitura possuía o intuito de homenagear a memória do extinto educador, deixando aberto para a população campinense o acesso aos livros que outrora tinha sido manuseados por Clementino Procópio que através dessas leituras disseminava o conhecimento que teria absorvido daquelas obras. De acordo com Hortênsio Ribeiro que ficou responsável por catalogar os livros do seu antigo mestre, em um artigo publicado em um jornal que circulava em Campina Grande, destaca que as obras adquiridas se tratavam na sua maioria de livros considerados raros pelo fato já terem se esgotado. Ribeiro ainda evidencia a felicidade do gestor campinense por ter adquirido esse acervo:

Graças aos esforços do prefeito municipal, Bento Figueiredo, e a boa vontade de sua veneranda viúva, que não regateou no preço oferecido espontaneamente pelo edil campinense- O que cultuam a memória abençoada de Clementino Procópio não viram se dispersar ingloriamente um tesouro espiritual incalculável, não só por haver pertencido a um dos homens mais uteis da Paraíba com também pelo valor intrínseco que em conjunto representa essa coleção de livros. (JORNAL VOZ DA BORBOREMA, 1938)

Esse acervo impulsionaria alguns leitores da cidade a se deslocar até biblioteca para fazer uso dos livros que eram oferecidos. De acordo com Espíndula (2015, p. 77) a média de visitantes nos meses de Agosto, Setembro e Outubro de 1938 foi de 202 pessoas. O acervo de obras que pertenciam a Clementino Procópio estava entre os consultados pelos visitantes, todavia, nos lembramos da crítica direcionada por Pimentel a família e aos poderes públicos por não cuidarem da memória do educador. Tendo em vista a aquisição da biblioteca do Professor, por parte da prefeitura de Campina Grande imaginamos que esta tenha sim proporcionado um destino equivalente para o valor das obras que foram adquiridas e principalmente para conservação da mesma. Mas, é preciso lembrar que Pimentel escrevera essas críticas em 1958, e até essa data a biblioteca municipal de Campina Grande já tinha mudado de prédio algumas vezes por esses motivos “assim como ocorreu com outras bibliotecas brasileiras, a Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande nunca contou com um prédio próprio, projetado para recebe-la” (ESPÍNDULA, 2015, p. 79). Essa falta de um prédio fixo proporcionou deslocamentos e com essas mudanças algumas obras se perderam ou até mesmo se deterioraram devido à má conservação dos livros em ambientes impróprios,

Espíndula expõem que até o porão do Teatro Municipal Severino Cabral (Em uma época posterior a crítica de Cristino Pimentel) já foi utilizado para abrigar a Biblioteca.

É por essa razão que Cristino Pimentel apresenta em sua crônica uma crítica ao poder público e aos descendentes de Clementino Procópio, que não souberam valorizar o que receberam de herança. Na citação acima, observamos que a viúva do Professor aceitara prontamente o dinheiro oferecido pelo prefeito Bento Figueiredo para vender os livros de seu marido, sem ao menos negociar para obter um maior lucro sobre a venda. Essa atitude tomada por D. América poderia simbolizar uma necessidade financeira que a mesma estava passando naquele momento, e devido a isso não poderia recusar propostas como a do prefeito, temendo até mesmo tratar de preços para não afastar o comprador. Embora, as fontes silenciem, provavelmente Clementino Procópio deve ter contraído dívidas em vida, que obrigara os seus familiares principalmente sua esposa a se desfazer das propriedades e até mesmo dos pertences do mesmo para poder se manter financeiramente. Essa hipótese é levantada devido ao preceptor ser adepto de ações assistencialistas, ao longo desse trabalho apresentamos algumas atitudes do Professor que indicam essa característica. A sua neta Cristina Procópio relata em seu diário algumas ações emitidas por seu avô a qual expomos uma dessas

Sempre que apareciam retirantes fugindo das secas, tinham abrigo certo naquele lar. Havia mesmo um galpão, construído perto da casa, feito com aquela finalidade. Uma ocasião, chegou uma mulher com três filhos. Ela era muito fraca, depois de uma longa caminhada a pé, faleceu poucos dias após sua chegada. Pois bem, meu avô acolheu estas três crianças que, de lá, só saíram depois de adultos e casados. A sua casa era sempre cheia. Muitos outros órfãos encontraram nele um pai afetuoso e bom. Ele os criava, educava e casava quando era tempo. (DINOÁ, 1993, p.234).

Essas ações assistencialistas por parte de Clementino Procópio pode ter custado caro para suas finanças, pois além de cuidar de crianças que perderam seus pais, ainda abrigava os retirantes em sua propriedade em um galpão construído com essa finalidade. A alimentação desses sujeitos eram custeadas pelo Professor, que de acordo com Da Silva (2006, p.76) promovia esses atos considerados de bondade com intuito de manter essas famílias unidas e dentro dos códigos impostos pela sociedade, que sem esse apoio poderia ocasionar degradação moral dessas vítimas da seca. “Apesar de ter tido apenas dois filhos, ele fez 62 casamentos, isso contando, além dos órfãos, com os netos, sobrinhos e também as moças que para lá fugiam para casar. Ele as acolhia e de todas fazia os seus casamentos como se fosse suas filhas.” (DINOÁ, 1993, p.235). Essas ocorrências podem ter contribuído para as

dificuldades financeiras que levaram à venda de tudo que o pertencia após sua morte. Uma fotografia corrobora com as atitudes citadas pela neta do educador perante ao acolhimento que seu avô promovia, nessa imagem é citado o nome dos sujeitos que compunha a família Procópio, três mulheres usando vestidos claros e duas meninas usando vestidos escuros são deixadas de lado pela legenda da imagem simbolizando que as mesmas não faziam parte daquela família.

Figura 14- Família Procópio e conhecidos



Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande⁸⁷

A imagem em destaque deve ter sido fotografada em finais da década de 1910, provavelmente na propriedade do educador, as mulheres não identificadas pela legenda deveriam se tratar das meninas que foram criadas por Clementino Procópio e que permaneciam sobre seus cuidados por não ter se casado ainda. E as duas garotas vestindo vestidos escuros provavelmente também se enquadrava no mesmo cenário, tendo em vista que

⁸⁷ Disponível em <http://cgretalhos.blogspot.com.br/search?q=clementino+proc%C3%B3pio#.WZH519KGO1s>
Acesso em 20/07/2017.

apesar de Severino Procópio filho do preceptor nessa ocasião possui além do filho que estava montado na ovelha, mais duas filhas, as mesmas eram mais novas que o garotinho que aparece na fotografia e possivelmente seriam citadas pela legenda. Igualmente a essas jovens, outros garotos também seriam criados pelo mestre, e todos esses jovens gerariam despesas para o mesmo. Embora tenha conquistado na cidade de Campina Grande patrimônios que proporcionava para ele e sua família uma condição “ótima” para aquela época. Possivelmente o seu final de vida foi em dificuldade, devido aos atos de assistência, talvez esse teria sido um dos principais motivos para a quantidade de pessoas que foram ao seu enterro, e o respeito que inclusive os comerciários tiveram promovendo o cerramento de suas portas em consideração ao educador. Seus atos podem ter custado problemas financeiros, mas, sua caridade com os necessitados o promoveria a ser lembrado enquanto benfeitor.

Em virtude do que até o momento apresentamos poderíamos concluir que os familiares se desfizeram do que herdaram por essas razões que destacamos até aqui. Todavia, é preciso enfatizar que os dois filhos do Professor possuíam condições financeiras que dava para suprir as necessidades de sua mãe. Apesar de haver contradições de fontes que indicam que a filha do Professor, Maria Amélia Procópio de Arruda Câmara⁸⁸ tenha morrido em 1923. Por outro lado é apresentado em decorrência da morte de Clementino Procópio que a mesma estava viva, e além disso seria apresentado as qualidades e a condições financeiras dos dois filhos do falecido preceptor:

O Dr. Severino Gomes Procópio, que tem ocupado cargos de maior confiança em várias administrações e é conceituado proprietário em João Pessoa, e D. Maria Amélia Câmara, viúva do distinguido Parahybano Sr. Euphrasio Camara. (JORNAL A UNIÃO, 1935, p.3).

O marido de D. Maria Amélia era proprietário do Engenho Sapé em Alagoa Grande, no qual, após contrair núpcias se mudara para aquele local, o seu cônjuge era uma das forças políticas da região. Além disso, Severino Procópio é apresentado enquanto um sujeito de posses, estaria Cristino Pimentel então correto ao afirmar que a família do educador não tivera zelo com a herança que foi herdada de Clementino Procópio? Tendo em vista a condição financeira dos dois filhos do educador era imaginável que pelo menos os pertences do

⁸⁸ Essa informação está inserida na genealogia elaborada por um descendente de Clementino Procópio, na mesma consta que Maria Amélia Procópio de Arruda Câmara morreu em 11 de março de 1923 em Alagoa Grande.

Disponível em: <https://www.myheritage.com.br/site-family-tree-263256061/pereira-de-mendonca-procopio?rootIndivudalID=1500008&familyTreeID=1> acesso em: 03/07/2017.

Professor fossem conservados. Todavia, não sabemos como era a relação desses sujeitos com D. América para entender por que motivos a mesma vendera os imóveis e os objetos que pertenciam ao seu marido, se seus filhos possuíam condições para mantê-la. Se de fato houve essa necessidade de se desfazer do que tinha de valioso e que despertava nos sujeitos interesse de compra, possivelmente houve consentimento dos filhos para que os imóveis e objetos fossem vendidos, pois, D. América não poderia vender nenhum dos patrimônios herdados sem autorização dos herdeiros interessados. Os Patrimônios conquistados por Clementino Procópio se perderam para a insatisfação de Pimentel que em tom de lamento enfatiza que se tivéssemos zelo pela coisas históricas de sujeitos iguais ao Educador, levantaríamos museus em nome da memória de sujeitos da estirpe do Professor.

Se o mesmo cronista que evidenciou duras críticas ao poder público e a família do preceptor estivesse vivo nos dias de hoje, talvez ficasse desapontado ao visitar o cemitério do Monte Santo. Pois, ao perambular por essa necrópole encontraria a lápide de vários sujeitos que compuseram a história oficial da cidade de Campina Grande, mas, não encontraria nenhuma referência a Clementino Procópio. Possivelmente se questionaria: cadê a lápide do educador? E sobre esse assunto escreveria um artigo para algum meio de comunicação digital questionando a tentativa da própria família de promover o esquecimento do educador. Do mesmo modo, foi a reação que senti ao visitar o cemitério após toda uma manhã de um sábado ensolarado do dia 18 de Fevereiro de 2017, e ao circular pelo local verifiquei que não havia o túmulo do educador, apesar de ter encontrado o jazigo de sua família, onde possivelmente o mesmo foi enterrado. Diante disso, solicitei aos coveiros que trabalhavam naquele dia o contato do administrador, e eles me disseram que ele estava de férias. Após algum tempo, entrei em contato com o administrador e o mesmo me informou que lá no Monte Santo não havia nenhum tipo de registro, mas que possivelmente encontraria tais informações na SESUMA (Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente). Me dirigi a essa secretaria do município e fui à sala responsável por gerir os cemitérios de Campina Grande. Conversei com o seu Fernando que foi solícito e me mostrou o documento mais antigo que constava lá. Ele se tratava de um caderno com páginas amareladas e escrito à mão em lápis grafite, e que continha a informação que o jazigo que encontrei na minha visita ao cemitério do Monte Santo pertencia ao Dr. Severino Gomes Procópio e adquirido em 1926.

Nesse caderno, infelizmente não há registros dos sujeitos que eram sepultados, apenas existem informações dos proprietários dos jazigos e os demais cadernos seguem o mesmo padrão. Logo, Clementino Procópio não chegou a possuir jazigo próprio no Monte Santo,

sendo provavelmente enterrado no túmulo de propriedade de seu filho. Mas, o que ocorreu com a informação que continha na sepultura do Professor com o passar das décadas? Será que foi retirado pelos seus familiares para colocar informações de outros parentes que foram enterrados posteriormente, ou a lápide foi furtada por sujeitos que profanam os túmulos em busca de materiais em bronze? As interrogações levantadas nos levam para essas respostas confirmadas pelo próprio responsável pelos cemitérios de Campina Grande que não há como coibir esse tipo de furto, principalmente em um cemitério do porte do Monte Santo, pois a responsabilidade por cuidar dos jazigos é dos familiares que são donos dos túmulos. De toda maneira, no jazigo que pertenceu a Severino Procópio encontramos a lápide de Cristina de Mendonça Procópio primeira esposa deste, que faleceu em 1909, possivelmente, seu corpo a princípio teria sido enterrado no Cemitério das Boninas e posteriormente transferido para esse novo local. Os demais familiares⁸⁹ que também estão enterrados no mausoléu, na sua maioria foram sepultados na década de 1980 em diante, como podemos visualizar a seguir:

⁸⁹ Aluísio Henrique Silva empresário e esposo de Christina Procópio Silva, neta de Clementino Procópio, consecutivamente suas lápides estão lado a lado. Abaixo do casal se encontra o seu filho, o economista Antônio Augusto Silva e um dos seus netos Aluísio Amazonas Silva Neto. Ainda podemos encontrar as lápides do estudante Universitário Wagner Pinto Peixoto e da empresária Nair Medeiros Silva Pinto Peixoto, os dois últimos não encontrei relação com a família Procópio. E por última, Christina de Mendonça Procópio, foi a primeira esposa de Severino Procópio.

Figura 15- Jazigo adquirido por Severino Procópio



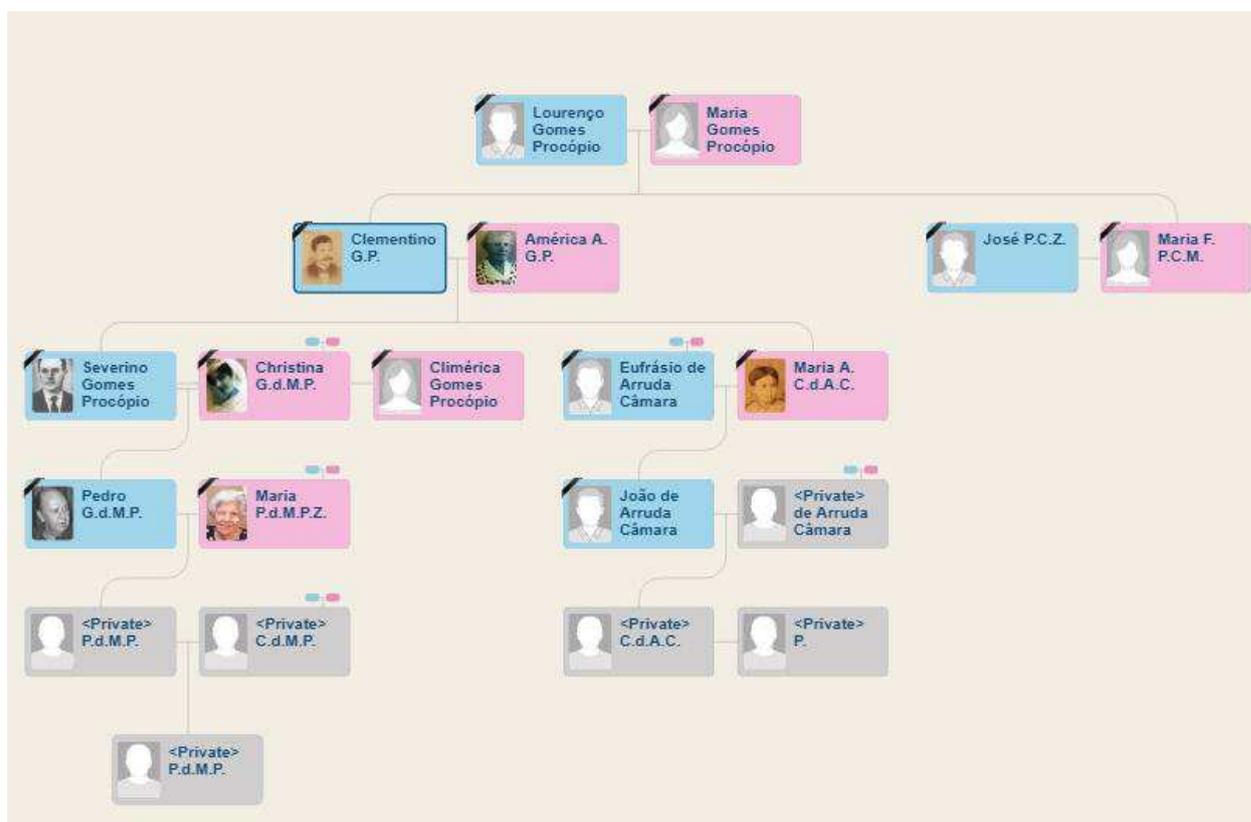
Fonte: Gláucia Santos de Maria, 09/08/2017

Outrossim, a falta de uma referência, no caso, a ausência de uma lápide que possa indicar para os visitantes da necrópole os sujeitos que ali estão sepultados, ocasionam ações semelhantes as descritas pelo historiador Philippe Ariès (2014, p.743) “Onde não há monumentos aos mortos, também não há comemoração possível e, portanto, nenhuma festa”. Essa reflexão contribui para as considerações de Timpanaro (2006, p.68) no que concerne que os cemitérios se constitui enquanto museus a céu aberto, repleto de imagens recheadas de significados, analogamente ao museus. Até mesmo o público que visita esses lugares está à procura de algo específico, por exemplo, no museu existe por parte dos visitantes uma determinada obra de arte que o levou até aquele recinto. Na necrópole existe o mesmo sentimento, o que me levou até o cemitério do Monte Santo era o desejo de encontrar o túmulo de Clementino Procópio, por saber que o mesmo foi enterrado ali, imagine a frustração de não encontrar essa lembrança, seria similar visitar o Museu do Louvre em Paris e não encontrar a Mona Lisa de Leonardo Da Vinci naquele local. Por isso, que os romanos na antiguidade concebiam que “Um monumento funerário (estava) destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte” (LE GOFF, 2013, p. 486). Diante disso a lacuna proporcionada pela carência de uma

lápide pode evidenciar a não preservação da memória de um sujeito por parte de sua família, pois quando os descendentes de Clementino Procópio visitam o Jazigo que estão sepultados seus antepassados só visualizam os sujeitos que possuem as suas descrições no mausoléu, o resto é passado que foi superado e ignorado.

Embora, os familiares do educador que residem em Campina Grande tenham perdido aos poucos esse senso de reconhecimento com antigo preceptor, existem sujeitos que pertencem a família Procópio no Estado de Minas Gerais que possivelmente nunca pisaram seus pés em solo paraibano. Mas, são adeptos da genealogia de suas famílias, esse é o caso de Gladstone Pereira de Mendonça Procópio, bisneto de Clementino Procópio, que elaborou em um site uma árvore genealógica contendo todos os seus familiares conhecidos, inclusive inserindo o Professor enquanto um dos patriarcas de sua família paterna. A seguir podemos visualizar a árvore genealógica elaborada por ele:

Figura 16- Genealogia da Família Procópio



Fonte: Print Screen do MyHeritage, 2017⁹⁰

⁹⁰ Disponível em: <<https://www.myheritage.com.br/site-family-tree-263256061/pereira-de-mendonca-procopio?rootIndivudalID=1500008&familyTreeID=1>> Acesso 07/07/2017.

Podemos perceber, que existe por parte desse sujeito que pertence à família Procópio a busca por resgatar as origens de sua genealogia para as futuras gerações que irão compor o seu grupo familiar, para que as mesmas se reconheçam através dos sujeitos que os antecederam. Em outras palavras, essa prática corrobora para manter viva as lembranças dessas pessoas, pela importância que tiveram, dentro da memória familiar.

Diante das questões que apresentamos nesse capítulo, pudemos perceber que os lugares de memórias, tanto os que foram instituídos pelo poder público, quanto os que foram produzidos pelo próprio Clementino Procópio se converteram também em espaços de esquecimento no decorrer do tempo. Em razão das constantes transformações vivenciadas pela cidade de Campina Grande que instituiu uma praça com o nome do educador, mas, não elaborava formas para reforçar na sua população a importância que aquele sujeito proporcionara para estampar seu nome naquele espaço público. O mesmo ocorrera na Vila América que foi “engolida” pela expansão urbana da cidade que a descaracterizara, essas mudanças aos poucos tornaram aquele local desconhecido para os sujeitos que transitava outrora, obscurecendo as lembranças antigas do sujeito que primeiro habitara aquele lugar. A família assumira também um papel importante para que o educador fosse sendo esquecido pelo município, quando aos poucos foi se desfazendo dos imóveis e objetos do Professor, e essas ações que descrevemos nesse trabalho corroboraram para que esses lugares de memória também se transformassem em lugares de esquecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso que seguimos para produção desse trabalho está se aproximando do seu desfecho, decerto, longe de esgotar as possibilidades de analisar o sujeito que nos debruçamos até aqui. As linhas que redigimos são frutos de um árduo afã de leituras e de busca de fontes que contribuíssem para esse texto dissertativo. Como abordamos a história de vida de um sujeito através de discursos que foram produzidos por jornais, revistas, anuários, cronistas e memorialistas, era comum que em nossa análise deixasse de abordar alguns assuntos, tendo em vista, a dificuldade de promover todos os acontecimentos de uma vida. Pois "escrever a vida é um horizonte inacessível, que no entanto sempre estimula o desejo de narrar e compreender". (DOSSE, 2009, p.11). A escrita de um sujeito sempre promoverá questionamentos e lacunas que permitirão que outros sujeitos enveredem nessa jornada fantástica de esclarecer as perguntas que surgirão nesse trabalho, seja por uma questão metodológica ou mesmo de fonte, é provável que novas perguntas constantemente sujam sobre o sujeito pesquisado. Certamente, seria pretencioso da minha parte achar que esta pesquisa responderia todas as questões sobre Clementino Procópio, pois não existem trabalhos fechados, os mesmos estão sempre abertos a questionamentos. Logo, as conclusões que traremos são orientadas pelos objetivos que escolhemos para produção desta dissertação.

Dessa maneira, tecerei considerações sobre as questões que tratamos ao longo desse trabalho e os seus desenlaces. Ao mergulharmos nesse infinito que é a análise de uma vida, devemos ter cuidado com as muitas armadilhas que esse tema nos expõe, logo, não devemos "Interpretar uma vida buscando-se uma unidade, uma racionalidade, uma linearidade. Ao se procurar entender e explicar a vida de uma pessoa, deve ficar atento a todos os seus aspectos, e não a um só deles, pois em uma vida todos esses se entrelaçam." (BORGES, 2010, p.225). Portanto, busquei nesse trabalho apresentar através dos discursos que examinei os diferentes aspectos da vida de Clementino Procópio sem os separá-los, por compreender que os mesmos não poderiam ser estudados de maneira dissecada, pois, uma existência não pode ser resumida a uma só perspectiva. Entretanto, no que consta a metodologia adotada para a produção da escrita de um sujeito, optamos pelos cortes temáticos em oposição a escrita tradicional que segue uma ordem cronológica que muitas vezes inicia com nascimento e se conclui com o falecimento da pessoa estudada.

Diferente desta perspectiva preferi iniciar com a morte do personagem investigado e os discursos que foram produzidas em razão de seu óbito em dois meios de comunicação da

Paraíba, que contribuíram para analisar a sua vida, tendo em vista, que tanto o jornal A União quanto o Evolução Jornal elaboraram pequenas biografias que se assemelhavam aos discursos que eram empreendidos por esse tipo de escrita no ocidente no século XVII, no qual “o elogio fúnebre selecionava os momentos mais gloriosos da vida do biografado, passando por cima de seus defeitos” (BORGES, 2010, p.205). Essa prática adotada pelos dois impressos possibilitou análises dos discursos e o estudo das diferentes identidades assumidas por Clementino Procópio, como igualmente nos incentivou a seguir os trajetos que o sujeito percorreria em vida. Nesse percurso, investigamos as práticas adotadas pelo personagem estudado em sala de aula através das lentes de seus discentes que produziram algum tipo de discurso referente a experiência de ter tido Clementino Procópio enquanto mestre. Também enveredamos pela análise dos lugares de memórias que foram produzidos para o Professor, tanto institucionalmente quanto afetivamente. Em virtude da prática dos meios de comunicação já citados, terem elaborado pequenas biografias, com intuito de promover elogios, que nos orientamos para a escrita dessa dissertação.

Nessa estrada que trilhei em nenhum momento isolei o sujeito das demais ações que o mesmo promovera ao longo de sua vida. A todo momento houve a preocupação por problematizar os discursos que foram proferidos e que corroboraram para escrita referente a Clementino Procópio, dessa maneira, na minha escrita destaquei tanto as ações positivas do nosso personagem quanto as negativas. Para executar a tarefa de se produzir uma história de vida foi necessário ouvir as “vozes que nos chegam do passado, dos fragmentos de sua existência que ficaram registrados, ou seja, por meio das chamadas fontes documentais.” (BORGES, 2010, p.212). Esses ecos oriundos do passado promoveram o meu desejo por examinar a vida de um homem e suas facetas, a demanda por fontes sobre o personagem estudado foi importante para a construção desse trabalho, sem as mesmas não seria possível estar aqui escrevendo sobre o mesmo. Inúmeras dificuldades surgiram no percurso que segui, como por exemplo não ter encontrado escritos assinados por Clementino Procópio. Na falta desses documentos de autoria do nosso personagem, foi importante a análise dos discursos que foram produzidos sobre o sujeito pesquisado pelos meios de comunicação de sua época e pelos sujeitos que conviveram com o mesmo. Por consequência desses materiais que analisei, esse trabalho então assumiu o papel similar a uma câmera que focaliza os personagens e grava as suas ações para a posterioridade. Esse teria sido o efeito causado pelas narrativas após o processo de erudição que desenvolvi e que foram importantes para a progressão deste afã, sem os mesmos dificilmente teria escrito as páginas que estão sendo folheadas.

Nesse sentido, foi de suma importância os discursos que circularam sobre Clementino Procópio nos meios de Comunicação da Paraíba, como igualmente, os que também circularam fora desse espaço. Ao examinar esse tipo de fonte foi necessário compreender que

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa (LUCA, 2010, p.140).

Consciente de que tudo que é publicado por um periódico ou por um magazine possui um propósito, de fato para uma informação ser divulgada por um meio de comunicação é necessário haver algum tipo de interesse por parte do meio divulgador, isso equivale tanto aos interesses financeiros quanto aos políticos. Nesse sentido, influenciados pela época em que foi produzido, dentro do cenário que investiguei, os impressos paraibanos eram utilizados enquanto produtos “de um único indivíduo que arcava com os custos envolvidos para se valer da palavra impressa como instrumento de combate.” (LUCA, 2010, p.140). Só para ilustrar essa informação, apresento dois jornais de Campina Grande que circularam no começo do século XX que utilizei nesse trabalho que possui esse intuito estritamente para se valer da palavra, é o caso do “Jornal A Razão” que circulou de 1916 a 1920 de propriedade de Salvino Figueiredo, adversário político e opositor da gestão da então liderança política da época em Campina Grande Cristiano Lauritzen. E o outro periódico que destaco é o Evolução-Jornal que circulava entre os anos de 1934 a 1936, esse impresso pertencia ao Instituto pedagógico Campinense, apesar de tratar de assuntos do cotidiano brasileiro e campinense, o mesmo estava mais preocupado com o cenário da educação nacional e local e com a divulgação das percepções da instituição que pertencia.

Esses são alguns dos exemplos que achei necessário situar, haja vista, que os dois jornais citados são do século XX, período marcado por transformações na imprensa do Brasil, já nas suas primeiras décadas, já se observava a mercantilização por parte do seus empresários que enxergavam-na possibilidade de obter lucro vendendo jornais, nesse processo houve a modernização tanto das máquinas de impressão, quanto do material que era utilizado para a produção dos jornais nos grandes centros brasileiros. Em detrimento a esse modelo, os impressos de Campina Grande citados no nosso exemplo seguiam o mesmo formato do século XIX dos periódicos que circulavam no Brasil que possuíam-na sua maioria:

O caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizaram a imprensa brasileira de grande parte do século XIX, que, é bom lembrar, contava com contingente diminuto de

leitores, tendo em vista as altíssimas taxas de analfabetismo. Os Aspectos comerciais das atividade eram secundários diante da tarefa de interpor-se nos debates e dar publicidade às propostas, ou seja, divulga-las e torna-las conhecidas. (LUCA, 2010, p.133-134).

Nesse sentido, os periódicos de Campina Grande pareciam estar distante de adentrar na lógica que estava sendo implantada no cenário brasileiro no século XX, que possuía um cunho mais comercial para a informação, visando obter lucro com as tiragens dos jornais. De acordo com Gaudêncio (2014, p. 261) a imprensa campinense até a metade do século XX “se manteve em muitos aspectos com um modelo artesanal, principalmente nas pequenas folhas que surgiam com a mesma intensidade com que desapareciam”. O mesmo autor destaca que o jornalismo feito em Campina Grande não se comparava com o que era produzido em Pernambuco, tendo em vista, que os pernambucanos já tinham adotado um modelo comercial, enquanto os periódicos campinenses estavam “longe” de implantar esse novo formato. As diferenças dos modos de produção que eram aplicados por esses dois locais, pode colocar um pesquisador em risco, tendo em vista, que o mesmo pode analisar os jornais de ambos os lugares com o mesmo olhar, sem observar os estímulos que cada jornal possui.

Como nesse trabalho, dispomos tanto dos jornais paraibanos quanto dos pernambucanos foi necessário mirar na lógica de produção de cada impresso, logo, a análise do Jornais, “Diário de Pernambuco” e “Jornal de Pequeno”, ambos do Recife não poderiam ser as mesmas dos jornais paraibanos que utilizamos no século XX, que são no caso, “o Jornal A Razão”, “Evolução Jornal” e o “Jornal União”. Como destacamos esses periódicos eram produzidos ainda com o intuito de se valer da palavra, para expressar sua própria opinião, apesar do Jornal União da Capital da Paraíba possuir uma estrutura menos artesanal do que os outros dois jornais que eram de Campina Grande, o mesmo se servia do mesmo propósito do outros periódicos, propagar a opinião do órgão que era detentor de sua produção que era o governo da Paraíba. É importante ressaltar que não era por que os periódicos assumiam um formato comercial que abandonavam totalmente a defesa de sua opinião tanto política, quanto ideológica.

De fato, jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que pretende difundir a partir da palavra escrita. (LUCA, 2010, p.140).

A existência de uma equipe editorial por trás de um impresso que seguia uma lógica mercadológica é que influenciava esses jornais a não apenas propagar suas opiniões de cunho político ou ideológico. Tendo em vista, a responsabilidade de ser vendável e de possibilitar que anunciantes investissem no empreendimento. Esses periódicos por questões financeiras comumente publicavam notas ou até mesmo matérias financiadas por sujeitos interessados em divulgar um determinado acontecimento ou assunto que os promovesse ou que afetasse terceiros. No formato comercial não poderia haver restrições para as informações que eram divulgadas, pois havia a necessidade tanto de vender, como de pagar os custos para a produção do impresso, como por exemplo, o trabalho dos profissionais que estavam envolvidos na produção dos periódicos. Isso tornava os meios de comunicação que estavam inseridos na lógica comercial “isentos” de defender ferrenhamente suas concepções. É nesse cenário que surge na imprensa brasileira o discurso de imparcialidade da informação que seria publicado, justamente para angariar simpatia e a confiança dos leitores, é claro que dificilmente algum discurso consiga ser de todo imparcial.

Foi tomado por essas considerações sobre as épocas estudadas, que desenvolvi um olhar para cada impresso, que lancei mão, para produção desse trabalho que envolve uma história de vida de um sujeito. Nesse sentido, foi necessário investigar os interesses por trás de cada publicação que analisamos, inclusive o desejo de publicizar determinados acontecimentos, como por exemplo a morte de Clementino Procópio, o que levou o *Evolução* Jornal e o *Jornal União* ambos publicados em 1935 a divulgar esse óbito? A resposta para essa indagação está por detrás dos títulos dos periódicos, no caso dos veículos de comunicação que destaquei os responsáveis pela sua circulação é que decidiam se uma notícia era interessante ou não para ser divulgada no seu impresso. Como *Evolução-Jornal* era ligado a uma instituição educacional de Campina Grande, era imaginável que esse meio de comunicação nutrisse o desejo de publicar sobre o falecimento de um Professor que infundia sobre o dono do impresso Tenente Alfredo Dantas simpatia. E no próprio redator do jornal inspirava sentimentos nostálgicos como apresentamos em um dos capítulos desse trabalho as recordações do tempo que estudava no São José, sendo o mesmo a escrever a matéria de pesar pela morte do antigo Professor. Já no caso do “*Jornal União*” observamos que a publicação foi tanto política quanto por um vínculo de afetividade, tendo em vista, que a Paraíba nessa época era governada por Argemiro de Figueiredo, natural de Campina Grande, e ex-aluno do falecido educador, como esse jornal era um espelho do governante, a morte de Clementino

Procópio não deixaria de ser divulgada. Foi nesse impresso, inclusive, que obtive maiores detalhes sobre o cortejo e o enterramento desse sujeito, a qual pude escrever algumas linhas.

Além de jornais e revistas, um outro material muito utilizado nesse texto dissertativo foram os escritos de sujeitos que foram contemporâneos de Clementino Procópio, que dissertaram em crônicas ou em memórias algumas recordações sobre o sujeito em questão. Para Borges (2010, 213) esses testemunhos são vistos enquanto puros, pelo fato desses sujeitos terem conhecido “o indivíduo e terem participado de momentos de sua vida; são em geral textos de filhos, amigos ou companheiros”. Essas memórias foram importantes para adentrarmos no íntimo do nosso personagem e compreendermos algumas ações emitidas pelo mesmo. Essas produções na sua grande maioria podem ser encontradas em livros impressos, mas, também achamos em jornais e revistas, foi através de alguns exemplares que pude orientar a minha pesquisa para o destino que estamos próximos a concluir. As questões que formulei e que discuti ao longo desse trabalho surgiram a partir da leitura destas fontes que citei, as mesmas indicaram o caminho que deveria seguir e através delas é que emitirei as devidas considerações sobre as interrogações que levantei e foram respondidas nos três capítulos que compõe essa dissertação.

Um dos primeiros problemas que analisamos foram as identidades reavivadas pelos discursos fúnebres que foram produzidos para anunciar o óbito de Clementino Procópio. De maneira pincelada esses discursos apresentam diferentes faces assumidas pelo sujeito ao longo de sua vida que nos possibilitou dissertar sobre a existência do mesmo. Em razão da morte do nosso personagem que pesquisamos a sua vida e suas nuances apresentando as identidades que os dois impressos paraibanos expõe que são: O retirante, o forasteiro, o político, o rábula e é claro o Professor. Essas identificações são apresentadas de maneira elogiosa pelos dois jornais que tivemos acesso, de acordo com Borges esse formato de escrita se constitui como uma “monografia de circunstância que é pautada em promover elogios fúnebres comumente observado na imprensa escrita” (BORGES, 2010, p.213). Nesse cenário investigamos cada uma das identidades que foram abordadas pelos discursos lúgubres com intuito de compreender como as mesmas foram assumidas pelo sujeito pesquisado, e se o mesmo se identificava através destas denominações. Nesse percurso vislumbramos várias fases da vida do nosso personagem, do nascimento até ascensão social do mesmo em Campina Grande desfrutando de amizades influentes e desenvolvendo atividades ligadas ao direito. Apesar dessas identidades que trabalhamos e que foram divulgadas pelos discursos fúnebres e que moldaram o sujeito que estudamos, concluímos que Clementino Procópio se

identificava enquanto Professor, profissão a que se dedicara por quase 60 anos, seria difícil para o mesmo se reconhecer de outra maneira. Sobre essa questão Hall (2015.p.11) destaca que muitas vezes projetamos a nós mesmos dentro de uma identidade fixa e esquecemos que podemos assumir temporariamente outras identidades. Somos sujeitos fluidos, e o nosso personagem não se distancia dessa perspectiva.

É por essa razão que decidi nesse primeiro momento dar ênfase a essas identidades para no segundo momento discutir as experiências do Professor Clementino Procópio através das lentes do seus discípulos, e como estes visualizavam as suas práticas de ensino. Para este debate fiz uso dos discursos produzidos por cronistas e memorialistas que na sua maioria possuíam uma relação de afetividade com sujeito pesquisado, sendo muitas vezes familiares, ex-alunos, filhos de ex-alunos e contemporâneos do educador. Esses escritos permitiram adentrar a sala de aula do nosso personagem para investigar as práticas adotadas por esse sujeito para ensinar e disciplinar seus discentes. Nessa discursão, pude perceber, que os alunos criavam táticas para não serem punidos, algumas dessas situações tive a oportunidade de trabalhar.

Constatei por intermédio dos sujeitos que interagiram com o Professor no ambiente escolar e fora desse recinto que suas maneiras de disciplinar foram alvo de críticas por parte de alguns de seus discentes, como é o Caso de Eurípides de Oliveira e Mário Melo. O primeiro entendia que as práticas assumidas pelo mestre eram influenciadas pela metodologia de sua época, no qual, o método Lancaster era muito utilizado. É claro que esse relativismo feito pelo próprio Eurípides de Oliveira corrobora com a época em que ele estava vivendo que era no encerramento do século XX. Já o segundo dar um depoimento no início do século XX questionando o método disciplinar do Professor de Campina Grande apontando a violência que o educador usava para educar os seus discentes. A época que cada discurso foi produzido revela as diferenças do olhar, o próprio Mario Melo pode ter sofrido influência do pai que já nutria pelo preceptor rejeição, o castigo aplicado por Clementino Procópio, pode ter servido como válvula de escape para criar no seu íntimo um sujeito que não possuía nenhum tipo de qualidade positiva. Algo que percebi através da leitura de outros alunos, como é o caso do artigo da Revista Manaíra, que o Professor assumia o papel de uma pai carinhoso e rígido quando tinha que ser.

Logo, compreendemos com a indagação que analisamos que o nosso personagem desde a sua chegada em Campina Grande militara em prol da educação. É por essa razão que Dinoá (1993, p.250) destaca que o exemplo de Clementino Procópio foi importante para o

desenvolvimento da educação campinense, influenciando outras instituições, como Instituto Pedagógico, Damas e Pio XI, o seu legado na instrução promovera em vida ser lembrado enquanto o “Decano da Educação campinense”.

E por último examinei os lugares que produziam memórias para Clementino Procópio, para poder reagir a esse questionamento, voltamos para as matérias fúnebres, para entender os motivos desses impressos promoverem os discursos elogiosos em decorrência do óbito do Professor, como já destacamos acima, é uma prática comum dos periódicos. Mas, também representa a busca por incentivar a produção da memória nos seus leitores, para que as recordações do falecido não sejam esquecidas. É através desses discursos que foram elaboradas homenagens posteriores, como foi o caso da construção da Praça no centro de Campina Grande e de uma Escola, no bairro do São José que receberam seu nome. Esses lugares de memória foram constituídos pelo poder institucional, nesse sentido, no mesmo tempo que promove recordações sobre o sujeito pesquisado, também produz esquecimento, pois, não há um reforço por parte do poder público local que possibilite a população que utiliza esses espaços identificar as ações que levaram o sujeito a ser homenageado.

Consciente desse problema o cronista Cristino Pimentel já na década de 1950 fez duras críticas aos gestores campinenses e aos familiares, por não conservar os lugares de memória construídas afetivamente por Clementino Procópio, já imaginando a possibilidade de um total esquecimento com o passar dos anos. A conclusão que pude retirar dessa discursão é que tanto os lugares de memória produzidos institucionalmente quanto os que foram gerados afetivamente com o passar tempo se tornaram espaços de esquecimento, por não haver por parte dos sujeitos responsáveis interesse na conservação da memória. Lembramos novamente do diálogo entre Clementino Procópio com Eurípides de Oliveira quando o mesmo revela sua preferência por ser identificado enquanto Professor, pois facilitaria o seu reconhecimento para posterioridade, talvez, o educador já estivesse prevendo o destino que suas lembranças tomariam após sua morte.

As questões tratadas nessa dissertação permitiram que os leitores conhecessem um pouco do que foi a vida de Clementino Procópio e do universo que o mesmo estava inserido, pois

Não se pode ter a pretensão de esclarecer o mistério de uma vida somente a partir de fatos e de achados concretos; é significativo não só o que se encontrou documentado, mas as incertezas intuídas, as possibilidades perdidas etc. A sensibilidade e a intuição do historiador são muito importantes a fim de aproveitar ausências e vazios com os quais ele depara

em seu trabalho de pesquisa para também interpretá-los. (BORGES, 2010, p.213).

Imbuídos por essas considerações que finalizamos essa dissertação, entendendo que as direções que tomei são resultado das fontes que tive oportunidade de ler e apresentar nesse trabalho. E, foi através delas que pude fazer essas discursões e me debruçar sobre a vida de um sujeito que vivera entre séculos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elpidio de. **História de Campina Grande**. 2.ed. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1978. 424p. (Coleção Documento Paraibanos, 8).

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **Falas de Astúcia e de Angústia: A Seca no Imaginário Nordestino – De Problema à Solução (1877-1922)**. Dissertação (Mestrado em História) – Unicamp, Campinas, 1988.

ANDRADE, Moacir. **Vultos Paraibanos**. Campina Grande: RG Editora e Gráfica, 1998.

ANNUARIO de Campina Grande para 1926. Recife: Gráfica Jornal do Commercio, 1925.

A UNIÃO, Jornal. João Pessoa – PB: Edição de 1935. Arquivo da Secretaria de Educação de Esperança. Publicação Periódica.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Tradução Luiza Ribeiro. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandez. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e Misérias da Biografia. In: **Fontes Históricas**. Org. Carla Bassanezi Pinsky. 2.ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2010. (p. 203-234).

BRASIL, Elson da Silva Pereira; SANTOS, Alexandro dos; JERONIMO, Ronyone de Araújo; NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. Revista Evolução e o Movimento escolanovista na cidade de Campina Grande-PB, década de 1930. In: **VIII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e III Encontro Internacional de Ensino de História: Memórias, Sensibilidade e Produção de Saberes**. 2012.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses**. Campina Grande: Editora Caravela, 1998.

_____. **Os Alicerces de Campina Grande: esboço histórico-social do povoado e da Vila (1697 a 1864)**. Campina Grande: Ed. Caravela, 2006. 120p.

CASTILHO, Aurea. **Filmes para Ver e Aprender**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

CELESTINO, Roberto. **O Rio Capibaribe – Um gigante pernambucano**. 2012. Disponível em: <<http://poesiaecordeis.blogspot.com.br/2012/04/o-rio-capibaribe-um-gigante.html>> Acesso em: 20/07/2016.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer**. 16. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DA SILVA, Camilo Barbosa. Varões do progresso e do Bem. In: **Entre o Bem e o Mal: Discursos de Moralidade na Imprensa Campinense**. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade) Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2006.

DE PAULA, Jeziel. **1932: Imagens Construindo a História**. Campinas/Piracicaba: Editora da UNICAMP/Editora UNIMEP, 1998.

DIAS, Reginaldo Benedito. **A História além das placas: Os nomes das ruas de Maringá (PR) e a memória histórica**. Hist. Ensino, Londrina, v.6, p. 103-120, out. 2000.

DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. 2º volume. 1993.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife-PE. Edição de 1936. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Publicação Diária. Nº 172.p.10.

_____. Recife-PE. Edição de 1951. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Publicação Diária. Nº 102.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: Escrever uma vida**. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2009

ESPÍNDULA, Danielly Vieira Inô. **Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB: Histórias, leitores e leituras**. Tese (Doutorado em Linguística) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

EVOLUÇÃO-JORNAL. Campina Grande - PB: Edição de 1934-1936. Arquivo da Biblioteca Atila de Almeida – Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Publicação Mensal, nº4.

_____. Campina Grande - PB: Edição de 1934-1936. Arquivo da Biblioteca Atila de Almeida – Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Publicação Mensal, nº8.

FERREIRA, Rau. **Relatos de Campina**. Esperança/PB, 2012.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2013.

_____. Vigiar e Punir: nascimento da Prisão; Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. Imagens literárias da educação em Campina Grande (1907-1957). In: **Revista Eletrônica Publicada pela EDUEP - UEPB**. v. 02, Nº 01, 2008. Disponível em: <<http://eduep.uepb.edu.br/alpharrabios/v2-n1/v2n1.html>> Acesso em 14/03/2011.

_____. Clementino Procópio: De Educador a Lugar de Memória, um Olhar Biográfico. In: **IV Semana de Extensão**, 2009, Campina Grande. Anais. Campina Grande: Realize Editora, 2009.

_____. A Palavra Impressa: Uma História dos Jornais, Revistas e Outros Suportes Impressos de Campina Grande (1913-1953). XVI Encontro Estadual de História- ANPUH-PB, 2014.

GAZETA DO SERTÃO. Campina Grande-PB: Edição de 1888. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Publicação Semanal.

_____. Campina Grande-PB: Edição de 1889. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Publicação Semanal.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. Para Onde o Poder Vai, A Feira Vai Atrás: estratégias de poder da elite campinense, da Monarquia à República Nova. In: **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande**. PMCG, Campina Grande, 2000. (p.29-57).

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

JOFFILY, Jose. Idéias e posições – A vida agitada da Gazeta do Sertão. In: **Entre a Monarquia e a República**. Rio de Janeiro: Kairos, 1982 (p.93-148).

JORNAL A RAZÃO. Campina Grande-PB: Edição de 1919. Arquivo Pessoal. Publicação Semanal. N°14.

_____. Campina Grande-PB: Edição de 1920. Arquivo Pessoal. Publicação Semanal. N°31.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro: Edição de 1956. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Publicação Diária. N° 19443.

JORNAL DA PARAÍBA. Campina Grande-PB: Edição Especial de 2014. Arquivo Pessoal. Publicação Mensal. Fascículo 5.

JORNAL PEQUENO. Recife-PE: Edição de 1910. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Publicação Diária. N° 121, p.2.

JORNAL VOZ DA BORBOREMA. Campina Grande-PB: Edição de 1938. Arquivo Pessoal. Publicação Semanal. N°10.

LAMARÃO. Julieta Botafogo. **Um Resgate Historiográfico da Condição Educacional Feminina do Brasil Colônia ao Final da primeira República**. Rio de Janeiro, UERJ, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória. Tradução Bernardo Leitão** [et al]. 7ª ed. Revista. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013.

LUCA, Tania Regina de. Histórias dos, nos e por meio dos Periódicos. In: **Fontes Históricas**. Org. Carla Bassanezi Pinsky. 2.ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2010. (p. 111-154)

LUNA, Mauro. **Horas de Enlevo**. Campina Grande: Ed. Caravela, 1997.

MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELLO, José Octávio de Arruda. **João Pessoa Perante a História (Textos Básicos e Estudos críticos)**. João Pessoa-PB, Ed. A UNIÃO Cia. 1978.

MELO, Josemir Camilo de. **A Villa América**. Paraíba, 2009. Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com.br/2015/01/a-villa-america-prof-josemir-camilo.html>> Acesso em: 17/03/2017.

MEMORIAL URBANO DE CAMPINA GRANDE. Paraíba:/Prefeitura Municipal de Campina Grande, 1996.

MIRANDA, Itacyara Viana. **Instrução, Disciplina e Civilização: Uma perspectiva de Leitura acerca das aulas públicas e particulares na Parahyba do Norte (1860-1889)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2012.

MORAES, Antonio Pereira de. **Vi, Ouvi, Senti- Crônicas da Vida Campinense e Outras Narrativas: Versinhos de Ontem e de Hoje**. Campina Grande, 1985.

NASCIMENTO, Alexsandro Ribeiro do. **A Justiça Quase Perfeita: Discussões Sobre Juízes Municipais Na Comarca do Recife**. In: **XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e Diálogo Social**. Natal, RN, 2013.

NEVES, Fátima Maria; MEN, Lilliana. **O Método Pedagógico de Lancaster e a Cultura Escolar**. 2007.

PIMENTEL, Cristino. **Abrindo o livro do passado**. 2. ed. Campina Grande: EDUFPG, 2011.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas é era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. – (Coleção educação contemporânea).

PINHEIRO, Antonio Carlos; CURY, Cláudia Engler (org). **Leis e Regulamentos da instrução da Paraíba no período Imperial**. Brasília/DF: MEC/INEP/SBHE, 2004. (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

POMPÉIA, Raul. **O Ateneu**. Editora Martin Claret. São Paulo-SP, 2º reimpressão, 2009.

PROCÓPIO, Severino Gomes. **Meu Depoimento: Revolta de Princesa Revolução 1930**, Gráfica Imprensa, João Pessoa, 1962.

QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. **Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)**. Campina Grande: EDUFPG, 2016.

REVISTA EVOLUÇÃO. Campina Grande - PB: Edição de 1931 -1932. Arquivo da Biblioteca Atila de Almeida – Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Publicação Mensal, n. 1 a 9.

_____. Campina Grande - PB: Edição de 1931 -1932. Arquivo da Biblioteca Atila de Almeida – Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Publicação Mensal, n. 1 a 9.

REVISTA MANAÍRA, Campina Grande-PB: Edição de 1949. Arquivo Pessoal. Publicação Mensal. Ano-X

RIBEIRO, Hortênsio. **Vultos e Fatos**. Campina Grande, Secretaria de Educação e Cultura, 1979.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Educação Conformada, a política de educação no Brasil 1930-1945**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2000.

RODRIGUES, Melânia Mendonça. OLIVEIRA, Patrícia Montenegro de. Memórias da escola pública em Campina Grande. In: **V Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2008, Aracaju - SE. V Congresso Brasileiro de História da Educação: o ensino e a pesquisa em História da Educação, 2008. v. 1. p. 1-8.

RODRIGUES, Melânia Mendonça; SILVA, Vívica de Melo. Colégio São José: considerações históricas da educação primária em Campina Grande Século XIX. In: **IV Encontro Norte/Nordeste de História da Educação História da Educação: imprensa, impressos e práticas educativas**, 2012, Aracaju - SE. IV Encontro Norte/Nordeste de História da Educação História da Educação: imprensa, impressos e práticas educativas. Aracaju - SE, 2012. v. 1. p. 1-14.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões-Postais, Álbuns de Família e Ícones de Intimidade. In: **História da Vida Privada no Brasil**. Volume 3. São Paulo. CIA das Letras, 1998.

SENA, André de. **Eurípedes Oliveira, Jornalista e Construtor de Açudes**. RG Editora & Gráfica, 1999.

SILVA, Josefa Gomes de Almeida e. Raízes Históricas de Campina Grande. In: **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande**. PMCG, Campina Grande, 2000. (p.13-27).

SILVA, Maria Raquel. **Civilizando os Filhos da “Rainha”, Campina Grande: Modernização, Urbanização e Grupos Escolares**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SILVA FILHO, Lino Gomes da. **Síntese Histórica de Campina Grande, 1670-1963**. João Pessoa: Editora Grafset, 2005. 181 p.

TERCEIRO NETO, Dorgival. Paraíba de Ontem, Evocações de Hoje. João Pessoa; Gráfica Santa Marta, 1999.

_____. Taperoá: Crônica para sua História. João Pessoa: UNIPÊ, 2002.

TALAVERA, Glauber Moreno. O Rábula. In: **Página Legal**. 2008. Disponível em:
<<http://www.paginalegal.com/2008/03/27/o-rabula/>> Acesso em 05/09/2016.

TEJO, William. Uma Vida Dedicada a Campina Grande. In: **Uma Militância na Imprensa**. Campina Grande-PB: GRAFSET, 1984. (p. 9-20).

TIMPANARO, Mirtes. **A morte como memória**: Imigrantes nos cemitérios da Consolação e do Brás. Dissertação (Mestrado em História Social) USP, São Paulo, 2006.

ANEXO A- FACHADA DO 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE CAMPINA GRANDE ONDE FICAVA LOCALIZADO O ANTIGO COLÉGIO SÃO JOSÉ



Fonte: Gláucia Santos de Maria, 09/08/2017